

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MORAR E VIVER NAS ILHAS DO DELTA DO JACUÍ –
ARQUIPÉLAGO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PORTO ALEGRE-RS**

AMANDA CRISTINA BAHÍ DE SOUZA

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Porto Alegre, Dezembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MORAR E VIVER NAS ILHAS DO DELTA DO JACUÍ –
ARQUIPÉLAGO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PORTO ALEGRE-RS**

AMANDA CRISTINA BAHÍ DE SOUZA

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heirich

Prof^a. Dr^a. Icléia Vargas

Prof. Dr. Nelson Rego

Porto Alegre, Dezembro de 2014.

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Amanda Cristina Bahi de
Morar e Viver nas Ilhas do Delta do Jacuí -
Arquipélago de Representações Sociais em Porto Alegre-
RS / Amanda Cristina Bahi de Souza. -- 2014.
142 f.

Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2014.

1. Lugar. 2. Natureza. 3. Representações Sociais.
4. Unidade de Conservação. 5. Porto Alegre. I. Pires,
Cláudia Luísa Zeferino, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Percorri as etapas desta caminhada, amparada pela companhia e contribuição de muitas pessoas, o que me ajudou, enriqueceu, e permitiu o meu amadurecimento, como pesquisadora, como profissional e como pessoa. Por isso reconheço as contribuições e méritos de cada um que me ajudou, seja com discussões, companhia, com conversas descontraídas e reflexivas, fossem elas a respeito deste trabalho ou não.

Agradeço à CAPES, por prover a bolsa de estudos durante dois anos da pesquisa. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós Graduação em Geografia, pelo acesso ao ensino gratuito e de qualidade. Aos professores das disciplinas cursadas, pelas valiosas reflexões e contribuições à minha forma de pensar a Geografia. À orientadora desta pesquisa, professora Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires, pela forma como orientou a pesquisa, respeitando meus argumentos e me ajudando a encontrar os caminhos que deveria tomar.

Ao GRID (Grupo de Gestão de Riscos e Desastres), equipe que tive o prazer e orgulho de fazer parte, onde conheci pessoas maravilhosas e com elas evoluí como pesquisadora. Grupo que me abriu as portas para entrar no bairro Arquipélago, pelo Projeto chamado “O Olhar da Comunidade”, que permitiu aprofundar o conhecimento sobre as questões acerca das ilhas do Delta, e também me permitiu conhecer pessoas a partir de um trabalho muito bonito e gratificante junto à comunidade.

Aos moradores do Delta. Pelas conversas valiosas, têm além do meu agradecimento, a minha admiração pelas suas histórias, seus conhecimentos, sua linda forma de ver o mundo e de lutar por aquilo que acreditam.

Aos colegas de trabalho, que mesmo passando a fazer parte desta trajetória no finalzinho, se jogaram na revisão desta dissertação, contribuindo com correções, discussões e reflexões.

Aos colegas da pós-graduação em geral, com destaque para aqueles que me ajudaram com contribuições, trocas de textos, discussões, fossem elas em aula, ou depois da aula em um bar. A estes menciono os nomes de Tanara, Fabio, Carina, Débora, Leonardo, Aurélio, Eléia, Aline, Clarissa, Iuri, Moisés, Pedro, Bruno, e com carinho para o colega Kinsey, que também poderia chamar de coorientador, pelas muitas vezes que me ajudou.

Aos amigos, que dão cor e alegria à minha vida. Obrigada por me darem força, entendendo minhas reclamações sobre a vontade de finalizar este trabalho, aos que, de certa forma contribuíram com a pesquisa, e aos que me distraem com suas histórias de vida, confiança e companhia. Sem importância de ordem: Angelene, Cardia, Rafael (Mini), Frantiesca, Luíza, Tielle, Rossana, Heloíse, Leonildo, Henrique, Daniel (Mantova), Thiago, Cristiano, Carlos (CV), Juliano, Carolina, Fernando, Isabel, João, Wagner, Taís... Obrigada pela amizade!

Aos queridos, Andrea e Thiago, por compartilharem comigo uma coisa que chamamos de lar, junto com nossa mascote, Vitorinha.

Aos meus padrinhos, Petico e Margot, que me ajudam sempre, sem medir esforços! E à minha família. Meus pais, Paulo e Jussara, meus irmãos, Pedro, Leandro (Lelê) e João, minha cunhada Claudia e sobrinho Tomás. Obrigada por serem "apenas tudo" de mais valioso para mim.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Ocupações urbanas em áreas de proteção ambiental têm sido frequentes no território brasileiro, sobretudo quando ocorrem próximas de grandes cidades. Pressupõe-se que isto se deve à facilidade de acesso e proximidade, tanto da natureza quanto aos equipamentos urbanos das grandes cidades. O bairro Arquipélago, no município de Porto Alegre é um bairro localizado em uma Unidade de Conservação mista, composta por uma Área de Proteção Ambiental e um Parque Estadual. Dotado de uma detalhada caracterização sobre suas delimitações e definições, este bairro apresenta um conflito de uso decorrente da ocupação de grupos de moradores, que apresentam grandes diferenças, seja pelas atividades que desempenham, seja pela representação que possuem a respeito daquilo que se chama “Parque” e “Área de Proteção Ambiental”. Os moradores citados neste trabalho correspondem a três grupos distintos, os quais, compostos por uma comunidade tradicional de pescadores, moradores de baixa renda, e moradores de média a alta renda, produzem diferenças contrastantes na paisagem. Decorrente desta distinta forma de ocupação, pressupõe-se que cada grupo de moradores apresente uma distinta forma de concepção do lugar onde vive, como um conhecimento construído e compartilhado entre os membros do seu grupo. A esta concepção, atribui-se aquilo que se pode entender por representações sociais, tema deste estudo.

Palavras-chaves: Lugar, Natureza, Representações Sociais, Unidade de Conservação, Porto Alegre.

ABSTRACT

Urban occupations in areas of environmental protection have been frequent in the Brazilian territory, especially when occur near large cities. It is assumed that this is due to ease of access and proximity, both nature and the urban amenities of major cities. The Archipelago neighborhood in the city of Porto Alegre is a neighborhood located in a mixed Unit Conservation, composed by an environmental protection area and a state park. Endowed with a detailed characterization of their boundaries and definitions, this neighborhood has a conflict arising from the use of occupation of groups of residents, that have large differences, whether the activities they perform, either by representation about what is called "Park" and "Environmental Protection Area". Residents quoted in this work corresponds to three distinct groups, which composed of a traditional fishing community, low-income residents, and residents of middle to high income, are contrasting differences in landscape. Due to this distinct form of occupation, it is assumed that each group of residents present a distinctive form of design where they live, as a knowledge constructed and shared among members of your group. By this design, it attaches what one can understand the social representations, subject of this study.

Key-words: Place, Nature, Social Representations, Unit Conservation, Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da delimitação do bairro Arquipélago inserido na APAEDJ.	22
Figura 2: Localização e situação do bairro Arquipélago em Porto Alegre	24
Figura 3: Mapa conceitual para compreensão da construção das relações abordadas na pesquisa.	42
Figura 4: Guia de perguntas a serem feitas no Grupo Focal	45
Figura 5: Esquema para compreensão da primeira pergunta do Grupo Focal.....	46
Figura 6: Esquema para compreensão da segunda pergunta do Grupo Focal	46
Figura 7: Quadro explicativo da hierarquia da legislação sobre a APAEDJ.....	51
Figura 8: Histórico das Alterações da APAEDJ.....	58
Figura 9: Objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ, elaborado pela Câmara Temática.	60
Figura 10: Linha histórica da ocupação urbana do Arquipélago desde a ocupação do território até o início da metropolização da cidade.....	67
Figura 11: Abastecimento de água por caminhão pipa.....	73
Figura 12: Bússola do Desenvolvimento do Bairro Arquipélago.....	78
Figura 13: Sede da Colônia Z-5, localizada na Ilha da Pintada.....	81
Figura 14: Residência localizada na Ilha da Pintada, próxima à margem do Lago Guaíba.....	82
Figura 15: Residência localizada na Ilha da Pintada, à margem do Lago Guaíba.	83
Figura 16: Residências com carroça e material de resíduos sólidos no pátio. Ilha Grande dos Marinheiros	85
Figura 17: Carro abastecido com material de resíduos sólidos em frente a uma residência, na Ilha do Pavão	85
Figura 18: Moradia à beira do Lago Guaíba nas ilhas do Delta	87
Figura 19: Moradia de luxo à beira do Lago Guaíba nas ilhas do Delta	87
Figura 20: Marina localizada próxima a moradias de baixa renda. (Ilha do Pavão)	87
Figura 21: Mapa de localização das fotos no bairro Arquipélago.....	90
Figura 22: Atividade realizada na Ilha das Flores	91
Figura 23: Atividade realizada na universidade	91
Figura 24: Ponte da BR-448 com vista para o Delta do Jacuí.....	93
Figura 25: Procissão para Nossa Senhora Aparecida	95
Figura 26: Eventos de matrizes culturais africanas nas ilhas	95
Figura 27: Sistematização para se chegar aos Eixos de Representação	100
Figura 28: Eixos de Representação	101
Figura 29: Eixos de Representação do grupo de moradores tradicionais (pescadores)	103
Figura 30: Eixos de Representação dos moradores de baixa renda.....	111
Figura 31:: Eixos de Representação dos moradores de média a alta renda.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da população do bairro Arquipélago no período de 1980 a 2010	66
Gráfico 2: Renda mensal dos responsáveis de família.	69
Gráfico 3: Domicílios Pobres e Indigentes.....	70
Gráfico 4: Domicílios em área urbanizada e não urbanizada.....	71
Gráfico 5: População residente em área urbanizada e não urbanizada.....	71
Gráfico 6: Percentual de moradores com abastecimento de água	72
Gráfico 7: Quantidade de banheiros por domicílio	73
Gráfico 8: Evolução de Esgoto Adequado	74

Gráfico 9: Taxa de Analfabetismo.....	76
Gráfico 10: IDEB para Anos Iniciais e Anos Finais	76

LISTA E TABELAS

Tabela 1: Dados da população do bairro	65
Tabela 2: Formas de abastecimento de água	72
Tabela 3: Taxa de Abandono Escolar no Ensino Fundamental.....	74
Tabela 4: Taxa de abandono escolar no Ensino Médio no Bairro Arquipélago.....	75
Tabela 5: Gravidez na adolescência	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Princípios da complexidade propostos por Morin.....	29
Quadro 2: Fluxograma de visualização das etapas a pesquisa.	40
Quadro 3: Síntese da indicação da modalidade de entrevistas.	44
Quadro 4: Zoneamento do Plano Diretor de Porto Alegre para as Ilhas da Pintada, das Flores, dos Marinheiros e do Pavão.....	52
Quadro 5: Relação dos princípios de Morin com a interpretação da pesquisa.....	97

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	Problematização de Estudo.....	18
1.2.	Objetivos.....	23
1.2.1.	Objetivo Geral.....	23
1.2.2.	Objetivos Específicos.....	23
1.3.	Situação e Localização da Área de Estudo.....	23
1.4.	Justificativa.....	25
2.	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	27
2.1.	Representações Sociais.....	30
2.2.	Lugar.....	32
2.3.	Natureza.....	34
2.4.	“Os Outros”.....	38
2.5.	Procedimentos metodológicos.....	40
3.	O DELTA DO JACUÍ.....	48
3.1.	Sobre a Legislação.....	48
3.2.	O Plano de Manejo.....	59
4.	O BAIRRO ARQUIPÉLAGO.....	64
4.1.	Contexto histórico de ocupação do Bairro Arquipélago.....	64
4.2.	Caracterização socioeconômica do bairro.....	69
5.	OS MORADORES.....	80
5.1.	Os Pescadores.....	81
5.2.	Moradores de Baixa Renda.....	83
5.3.	Moradores de Média a Alta Renda.....	86
6.	CAMINHOS PERCORRIDOS NO DELTA.....	89
6.1.	Participação em Projeto de Pesquisa.....	91
6.2.	Participação em reuniões.....	91
6.3.	Encontros com moradores.....	93
6.4.	Eventos de Manifestação cultural.....	94
6.5.	Os grupos focais.....	95
7.	PRINCÍPIOS PARA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	97
7.1.	Eixos de Representação.....	101
8.	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	103
8.1.	Dos Pescadores.....	103
8.2.	Dos Moradores de Baixa Renda.....	110
8.3.	Dos Moradores de Média a Alta Renda.....	118
8.4.	Impressões sobre a pesquisa.....	124
9.	CONSIDERAÇÕES.....	127
10.	REFERÊNCIAS.....	130
	ANEXO I.....	137
	ANEXO II.....	142

LISTA DE SIGLAS

AORs – Áreas de Ocupação Rarefeita

APA – Área de Proteção Ambiental

APAEDJ – Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente

DEFAP – (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas)

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

OP – Orçamento Participativo

PAE – Plano de Ações Emergenciais

PEDJ – Parque Estadual do Delta do Jacuí

PLANDEL – Plano Estadual do Parque Estadual do Delta do Jacuí

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SM – Salário Mínimo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UEU – Unidade de Estruturação Urbana

ZC – Zona Crítica

ZOU – Zona de ocupação Urbana

ZPN – Zona de Parque Natural

ZRB – Zona de Reserva Biológica

ZRN – Zona de Reserva Natural

ZUR – Zona de Uso Restrito

1. INTRODUÇÃO

A dualidade cidade-natureza compreende a dependência mútua de dois fatores: à medida que a cidade cresce, surge a necessidade da proximidade com o ambiente natural por questões ligadas à apazibilidade e fuga do urbano. Paradoxalmente, a busca pela filosofia e estilo de vida carpedianos, em realidade não refuta totalmente a dependência do estilo de vida urbano. A distância física foi superada pelas facilidades do meio técnico-científico-informacional, enquanto a proximidade permite conexões ainda maiores, que podem ser realizadas presencialmente. Consequência direta disto tem sido o crescente fluxo de pessoas na cidade, que acarreta na situação degradante do ambiente urbano com congestionamentos de trânsito, inchaço populacional, busca por moradia e serviços oferecidos na cidade, como educação, trabalho, saúde, etc.

Decorrente do crescimento urbano, da expansão das grandes cidades e explosão demográfica que estas sofrem, tendo como causas o êxodo rural e o processo de industrialização contínuo e crescente desde o século XVIII, quando ocorreu a primeira Revolução Industrial. A partir deste ponto, a apropriação da natureza e o seu entendimento como recurso começou a ser difundido com o crescimento urbano e populacional.

Conforme Diegues (2004), o processo de colonização e ocupação do território foi responsável pelo surgimento da preocupação ambiental, culminando no movimento de criações de áreas naturais. Surgido nos Estados Unidos, este movimento foi influenciado por teóricos como Thoreau e Marsh. O primeiro estudou administração florestal e criticava a destruição das florestas para fins comerciais. E o segundo afirmava que a preservação das áreas virgens tinha justificativas tanto econômicas quanto poéticas. Resultante das tensões sociais provocadas pelos amantes da natureza, foi criado nos Estados Unidos o primeiro Parque Nacional do mundo, a saber o Parque Nacional de Yellowstone, em março de 1872. Sua criação determinou que a região fosse proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, sendo dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo. Conforme as leis dos Estados Unidos, toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse suas terras fosse considerada infratora, portanto deveria ser desalojada (Miller, 1980 apud ib.).

Embora suscitada a preocupação ambiental, os primeiros conservacionistas pareciam recriar o mito do paraíso terrestre a partir da criação de parques nacionais desabitados com o objetivo de contemplação da natureza. Entretanto a noção de vida

selvagem (*wilderness*), que serviu como base para a criação dos parques, já vinha sendo criticada principalmente pelos índios remanescentes, que foram amplamente removidos de seus territórios ancestrais (DIEGUES, 2004).

No Brasil a consolidação sobre a preocupação ambiental passou a se tornar insustentável, culminando na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹, no ano de 2000, que define as categorias de unidades e os cuidados necessários a cada uma delas. De acordo com o SNUC, foram criadas inúmeras categorias de Unidades de Conservação (UC), visando a preservação dos recursos naturais. As Unidades de Conservação instituídas pelo SNUC são de extrema importância para garantir a proteção de áreas de relevância ambiental, garantindo a preservação dos ecossistemas e a manutenção da biodiversidade nesses locais. Foram divididas em duas grandes categorias: as Unidades de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As UC de Proteção Integral são as que apresentam os maiores graus de restrição, sendo permitidos apenas os usos indiretos dos recursos naturais, ou seja, aqueles que não envolvem “consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais”². Já as UC de Uso Sustentável são mais permissivas, sendo possível a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, ou seja, permitem o uso dos recursos ambientais renováveis, de forma que mantenham a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável³.

Nestas duas categorias, existem ainda subcategorias de UC⁴. As de Proteção Integral, que se dividem em cinco subcategorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. E as de Uso Sustentável, que dividem-se em sete subcategorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As UC's correspondem a áreas protegidas por legislação ambiental e suas regulamentações estão relacionadas à preservação de seus recursos naturais. Normalmente as UC's são implementadas devido a um grande interesse de uso de suas

¹ A Lei Nº 9985 de 18 de julho de 2000 instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de conservação.

² BRASIL, 2000, art. 2º, incisos VI e IX.

³ BRASIL, 2000, art. 2º, inciso XI.

⁴ BRASIL, 2000, art. 8º e 14.

riquezas naturais. Concomitantemente, o interesse por preservação dos elementos naturais também apresenta o intuito de usufruto desta natureza, e conseqüentemente, ocorrem nos entornos de algumas UC's, zonas de conflitos decorrentes de uso e ocupação.

Dentro do contexto das unidades de conservação, a APAEDJ (Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí), localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), além de possuir uma parte do seu território no município de Porto Alegre. Sua coexistência junto a uma capital de estado acaba sofrendo influência do processo causado pela formação de moradias irregulares, formado por pessoas que buscam a inserção na cidade, e o acabam fazendo por meios irregulares, como a ocupação de áreas impróprias para moradia, próximas do centro urbano e que, sobretudo neste caso, permitem maior contato com a natureza.

Conforme o Ministério Público (MP) (2011), as ocupações irregulares existem em quase todas as cidades brasileiras, atingindo em maior grau aquelas mais urbanizadas e, em especial, as pertencentes a regiões metropolitanas. São formadas, em sua maioria, por população de baixa renda, que, em geral, não tem acesso à habitação formal (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Já para o Ministério das Cidades, a irregularidade fundiária não se restringe aos assentamentos populares, constituídos em decorrência da falta de alternativa de moradia regular, acessível à população de baixa renda. Existem também bairros e loteamentos formados por famílias de média e alta renda que encontram-se fora das leis (BRASIL, 2009).

A oferta de serviços e oportunidades estimula imigração a partir do momento em que a cidade começa a destacar-se economicamente. O fluxo de capital atrai moradores vindos de cidades com poucas alternativas de trabalho, promovendo a falta de serviços urbanos de qualidade, tais como educação, saúde e moradia, entre outros, que permitem melhores condições de vida. No processo de ocupação, o recurso da invasão de áreas públicas ou privadas pode garantir ao sujeito uma forma de moradia, entretanto, muitas áreas públicas correspondem a áreas impróprias para construção por apresentarem suscetibilidade a ocorrência de fenômenos como inundações, por exemplo.

Este estudo busca refletir sobre os moradores das ilhas da APAEDJ localizadas no município de Porto Alegre. Busca-se uma reflexão a respeito da significação que os moradores têm sobre moradia e proximidade com o ambiente natural, através das suas representações sociais. Por tratar-se de uma unidade de conservação mista, a APAEDJ possui diferentes delimitações quanto ao zoneamento. Conquanto, os seus moradores

apresentam diferenças muito contrastantes no seu perfil socioeconômico e isto repercute na disputa de interesses pelas áreas de uso e ocupação. A razão pela qual a APAEDJ tornou-se uma UC mista justifica-se por determinadas modificações na sua categoria de UC. Desde sua implementação enquanto Parque, em 1976, as modificações pelas quais passou foram reivindicadas por entidades ambientalistas, tendo em vista os critérios necessários para a criação de um Parque. Atualmente a APAEDJ refere-se a uma Área de Proteção Ambiental (APA), que possui em seu interior um Parque.

A diferente utilização das áreas da APAEDJ remete a uma discussão sobre a sustentabilidade, uma vez que, conforme a legislação, o uso de uma UC de categoria de APA deve ser feito de forma sustentável. Esta diferença possui causas e consequências – as causas referentes às demandas de utilização do espaço, e as consequências estão relacionadas com a gestão do território e às distintas representações dos sujeitos que fazem parte deste ambiente, repercutindo desta forma, num conflito de representações e interesses.

O princípio de sustentabilidade, para Acselrad (2009), é visto como um princípio em evolução, um conceito infinito, que poucos têm conhecimento e apreensão, portanto, como avaliar algo que não existe? E que, ainda assim, ao existir será uma construção social? Isso esclarece porque distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade, pois são discursos em disputa. E quando os sujeitos que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo das representações das ideias, os riscos são ainda maiores. Para Acselrad (ib), as “percepções do social” produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, justificando para os indivíduos, suas escolhas e condutas.

O uso deste local de relevância ambiental, pelos distintos grupos de moradores, insere os cidadãos numa situação limiar de interesses e articulações distintas. São distintas as relações com os órgãos de gestão e fiscalização ambiental, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), bem como as relações com a Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) e o Orçamento Participativo (OP) diferem-se, corroborando com a fragmentação social.

A fragmentação social decorre daquilo que Heidrich (2007), chama de fratura socioespacial, que é a proximidade física e o distanciamento sociocultural e econômico como fatores associados. Isto quer dizer que, no que se refere à APAEDJ, existem diferentes tipos de moradores, que possuem proximidade física se analisarmos suas moradias, mas possuem práticas socioculturais que os distanciam vastamente, sob o

prisma de uma esfera cultural e econômica. A constituição deste espaço por estes sujeitos forma, portanto, uma caracterização fragmentada do espaço. Para Heidrich (2007), o consumo, a habitação e o lazer, entre outras práticas cotidianas, consolidam-se como maneiras completamente segmentadas de realização. Trata-se de um espaço fraturado a partir de suas características, seu uso e suas representações.

As ilhas do Delta do Jacuí pertencem na sua maior parte, ao bairro Arquipélago do município de Porto Alegre. Embora apresente características muito diferentes dos demais bairros da cidade, o bairro Arquipélago possui relações com a cidade, a partir das práticas de seus moradores. A respeito destas relações com a cidade, pode-se destacar as seguintes:

- ❖ A fuga do centro urbano para as ilhas em períodos de repouso, como fins de semana, feriados e temporada de férias, para os proprietários de residência nas ilhas como segunda moradia. Normalmente atribui-se esta relação aos moradores de alta renda;
- ❖ A coleta de resíduos sólidos provenientes do Centro da capital, para os moradores cujas práticas baseiam-se na coleta de resíduos sólidos;
- ❖ A atividade da pesca, para os pescadores das ilhas do Arquipélago.

A cidade, produtora de capital, de serviços e benesses da vida urbana, possui seus problemas ambientais, decorrentes de toda a estrutura demandada para o seu aporte, além da grande produção de resíduos sólidos. Uma das grandes consequências ambientais dos meios urbanos é a poluição atmosférica e sonora, bem como a elevação da temperatura, ocasionada pela intensa pavimentação e quantidade de edificações. Estes problemas tornam o ambiente urbano inóspito, sobretudo no verão, impulsionando seus moradores à fuga deste meio para lugares de descanso, como praias ou outros ambientes que favoreçam o lazer e o repouso.

O uso do Delta para fins de moradia de média a alta renda tem como causa os efeitos indesejáveis da concentração populacional urbana de Porto Alegre. A valorização do ambiente natural é mediada pelo repúdio ao ambiente urbano. Acselrad (2009) alerta para o fato de que as cidades concentradas sofrem efeitos indesejáveis da elevação da densidade territorial, da produção de rejeitos, comprometendo a sustentabilidade em nível local. Para Mullich⁵ (2011),

⁵ O estudo de Mullich, (2011) busca compreender como se dá o crescimento da ocupação a partir da especulação imobiliária em áreas de proteção ambiental, e questiona suas causas. Seria porque a legislação permite reentrâncias para que o setor imobiliário se aproprie das ofertas de terras nestas áreas,

Ao utilizar os atributos naturais, a apazibilidade das áreas verdes e a proximidade do centro das grandes cidades, o mercado imobiliário tende a transformar os bens ambientais em mercadoria. A ação do mercado imobiliário também ocorre a partir da falta de fiscalização, lacunas e incongruências entre a legislação federal, estadual e municipal. A tensão entre legislação e mercado imobiliário traz como consequência a privatização de áreas de uso comum da população, aumento da poluição dos rios, diminuição de áreas verdes e ocupação desordenada no território. Somada a essa problemática, a tensão entre legislação e mercado imobiliário contribui para o aumento da ilegalidade urbana e com processos de segregação sócio-espaciais entre as populações de baixa, média e alta renda (p.8).

Esta modalidade de uso praticada por moradores de baixa renda está relacionado, muitas vezes, à atividade de coleta de resíduos. É comum entre estes moradores a preocupação com a consciência ecológica, disseminada por projetos comunitários de triagem de resíduos sólidos e engendramento de uma economia da reciclagem. O bairro Arquipélago também sofreu grande crescimento populacional nos últimos anos, decorrente da busca pela cidade, tendo como o recurso de invasão uma alternativa pelo direito à moradia. De acordo com Chiapetti (2005),

Pela sua localização geográfica em alguns dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e pela facilidade de acesso às ilhas através das pontes e da rodovia, esse espaço natural transformou-se em uma paisagem materializada por um “aglomerado de indivíduos”, número que foi crescendo décadas após décadas, como resultado, na sua grande maioria, da exclusão social e migração rural-urbano (p. 18).

Já os moradores tradicionais, por sua vez, fazem uso do Delta tanto para fins de moradia quanto de trabalho. Isto porque seu modo de vida inclui também a observação e relação com as águas. Esta relação permite ao pescador, uma forma singular de conceber o ambiente, favorecendo uma compreensão mais apurada a respeito do que se chama por ambiente, em relação aos outros grupos de moradores.

A conflituosa rede de interesses e ocupação do Delta resultou numa disputa entre moradores “pobres” e moradores “ricos”, entre moradores *tradicionais* e moradores *invasores*. Nas relações dos sujeitos que ocupam as áreas do Delta transparecem os discursos do politicamente correto, da cidadania, dos direitos e inclusão social e da preservação ambiental como argumentos estratégicos que ocultam reais interesses em uma arena delimitada pelo jogo político e econômico (CARDOSO, 2006).

ou se o mercado imobiliário simplesmente negligencia as legislações ambientais? Seu estudo está baseado, sobretudo, na Ilha dos Marinheiros, localizada no bairro deste estudo.

Conforme garantido pelo Ministério Público, a elaboração do Plano de Manejo⁶ deve ser feita de forma coletiva e participativa, com consultas e trabalhos com a população, o que vem sendo realizado juntamente com os representantes comunitários. Acredita-se que o uso das representações sociais podem contribuir positivamente para trabalhos deste tipo, tendo em vista que a criação da APA objetiva, dentre outras metas, a redução dos conflitos de cunho territorial nesta Unida de Conservação (UC).

No decorrer deste estudo, a construção do pensamento a ser sistematizado foi se modificando. Ao tomar conhecimento de muitos aspectos que seriam tratados, optou-se pela análise da pesquisa abordando a discussão dos conceitos geográficos de Lugar e Natureza, que são subsidiados pelas Representações Sociais, bem como questões relativas a estas representações, que por ventura sejam levantadas no andamento da pesquisa.

1.1.Problematização de Estudo

Ocupações urbanas em áreas de proteção ambiental têm sido frequentes no território brasileiro, sobretudo em regiões próximas ao litoral, onde se concentram as maiores cidades. Grande parte destas áreas apresenta maior facilidade de acesso e proximidade, tanto da natureza quanto dos equipamentos urbanos das grandes cidades, como as metrópoles.

O bairro Arquipélago do município de Porto Alegre está localizado em uma Unidade de Conservação mista, a saber, a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ), que possui dentro de seus domínios o Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ). É uma área de grande importância ambiental e próxima do centro urbano, portanto, inserida na Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta unidade de conservação possui uma detalhada caracterização quanto às suas delimitações e definições de uso. Isso se deve, em parte pelo fato de ocupar o território de distintos municípios - comprometendo a legislação compartilhada intermunicipal, além dos poderes estadual e federal que nela operam, e também, pelo fato de que à época da sua instituição em UC, já havia uso e ocupação de moradores nestas áreas.

Decorrente da ocupação, existem neste bairro diferentes tipos de sujeitos sociais que fazem uso da área com finalidade de moradia, os quais caracterizam-se por uma

⁶ Conforme o art. 2º inciso XVII da SNUC (2000), entende-se por Plano de Manejo o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

comunidade tradicional de pescadores, moradores de média a alta renda e de baixa renda, sendo que estes dois últimos também podem ser considerados como moradores irregulares. A população tradicional formada pela comunidade de pescadores possui seu modo de vida baseado na atividade artesanal da pesca sustentável, além de possuírem uma consciência singular do ambiente em que vivem. Estes moradores possuem moradia regularizada por dois motivos: primeiro por serem considerados tradicionais e segundo porque já ocupavam os domínios do Delta do Jacuí antes deste ser instituído como Parque. Sobre o uso dos moradores de média a alta renda e baixa renda, cabe lembrar que alguns deles podem estar em condições irregulares, sendo uma das causas desta irregularidade, o tempo de ocupação. Isto ocorre porque a APAEDJ permite atividades sustentáveis e uso para moradia para os que já estavam instalados à data em que a APA foi instituída.

Quando o Parque foi instituído, em 1976, já havia pessoas ocupando suas áreas, para as quais foi concedido o uso sustentável de tradição da pesca artesanal. Porém, as brechas da legislação e falta de fiscalização permitiram que outras pessoas passassem a se instalar no Delta, tornando irregular a forma de uso e ocupação.

Sobre as moradias do bairro Arquipelago, outro fator a ser destacado é a grande diferença considerável na tipologia das residências, o que representa uma diferença muito grande na estratificação social do bairro. Percebe-se que algumas moradias apresentam condições precárias, com aspectos que evidenciam a prática de coleta de resíduos sólidos, provenientes do centro urbano. Outras moradias com aparência exuberante às margens do Lago Guaíba⁷ aparentam possuir o uso voltado para o turismo e lazer ecológico, constituindo em geral, moradia sazonal de fins de semana e temporada de férias, como o exemplo de locais utilizados na realização de eventos.

A diferença entre estes grupos é contrastante. Primeiramente, devido à tipologia de suas moradias, que marcam fortemente a paisagem, seguido pelas formas de uso a que remetem o modo de vida destes grupos e as causas que os fazem buscar uma área de importância ambiental e próxima à cidade. Isto repercute naquilo que contribui para a forma de ver e pensar o mundo, ou seja, a representação que os moradores têm do ambiente em que vivem.

⁷ Existe uma grande discussão sobre a classificação do Guaíba quanto rio ou lago porque na verdade ele apresenta características das duas classificações.

À medida que se percebe na paisagem, diferenças evidentes nas tipologias das residências, e que neste recorte espacial existem restrições para edificações, torna-se necessária a compreensão sobre o que há por trás destas residências. Quem são as pessoas que vivem nestas moradias? Quem são as pessoas que fazem uso desse local? Quais os papéis que desempenham na sociedade? O que eles pensam sobre morar neste local, visto que possuem relações com este espaço e que ele não é, na sua totalidade, livre de restrições para construções e que faz parte de uma UC? A partir destas questões surge a necessidade de identificar as representações sociais destes moradores, a fim de compreender melhor a temática abordada.

Outra questão decorrente da ocupação e representação dos diferentes sujeitos sociais que vivem no Delta, refere-se às delimitações da UC quanto às áreas permitidas à moradia e uso sustentável (APA), ou áreas que são restritas à proteção integral⁸ (Parque), o que caracteriza a APAEDJ como uma Unidade de Conservação Mista.

Neste cenário de legislação ambiental, em que existem ocupações regulares e irregulares, somado às representações sociais dos sujeitos integrantes deste ambiente caracterizam um problema que gera diversas concepções quanto às formas de uso do bairro Arquipélago. Logo, as representações estão próximas do conhecimento que se tem sobre o espaço vivido, remetendo a uma situação conflituosa, seja pela legislação, seja pela disputa de interesses, ou pela representação dos distintos sujeitos que lá vivem.

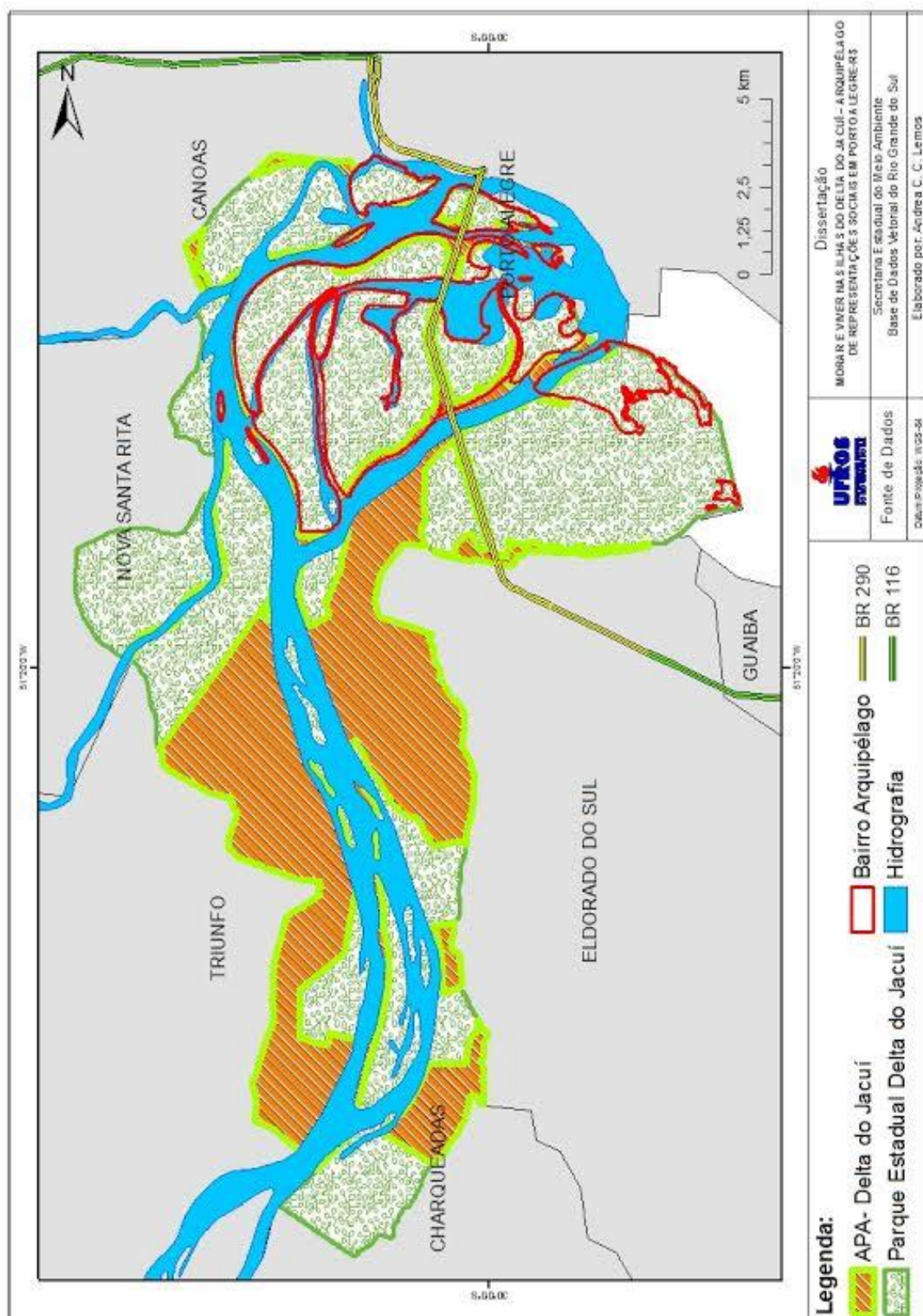
O conflito está atribuído a diversas razões, sendo que a busca por moradia no bairro Arquipélago tem sido causa frequente deste problema. Dotados da permissão para este tipo de uso, os pescadores possuem seu modo de vida baseado na tradição da atividade pesqueira e no pressuposto de consciência de uso sustentável, que promova o mínimo de impactos ao ambiente. Esta ideia lhes permite uma forma diferenciada dos outros moradores de “ver” o espaço vivido e, portanto, podem ter uma visão crítica sobre a ideia de “harmonia” entre morar e estar próximo da natureza. Toda a significação que se atribui à “moradia” e “natureza” torna-os detentores da representação a respeito destes signos, em relação a si próprios e aos demais moradores da APAEDJ. Contudo, o conflito baseia-se também na relação com os órgãos administrativos ambientais, já que seu zoneamento pretende ser definido com a publicação do Plano de Manejo. Os moradores que por ora possuem suas moradias

⁸ Conforme o art. VI da Lei N° 9985 de 2000- proteção integral corresponde a uma área cuja manutenção dos ecossistemas consiste em deixá-los livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

localizadas em áreas restritas, sentem-se profundamente atingidos, considerando-se a hipótese de remoção.

Para compreensão sobre as áreas que permitem uso sustentável e as áreas referentes à proteção integral, a Figura 1 apresenta a delimitação das áreas de APA e de Parque sobrepostas com o bairro Arquipélago.

Figura 1: Mapa da delimitação do bairro Arquipélago inserido na APAEDJ.



1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Compreender os aspectos das significações de morar e viver no bairro Arquipélago a partir das Representações Sociais.

1.2.2. Objetivos Específicos

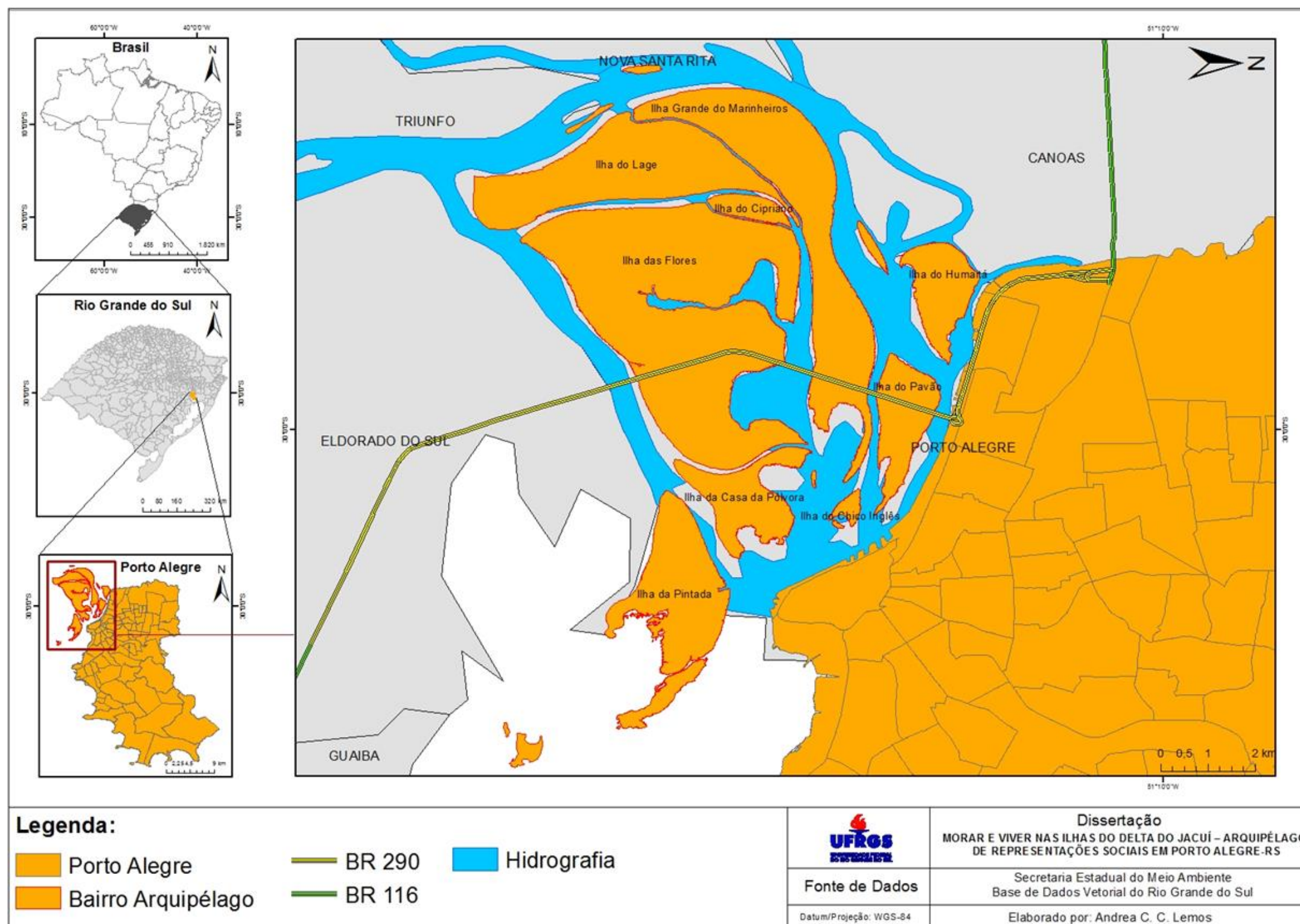
- ❖ Compreender os aspectos das Representações Sociais dos diferentes grupos de moradores do bairro;
- ❖ Analisar a área do Delta do Jacuí enquanto suas zonas de APA e Parque, e como ocorrem as atribuições administrativas e do zoneamento a partir da legislação competente;
- ❖ Compreender a relação dos moradores da APAEDJ com a SEMA, no âmbito das formas de uso e ocupação do bairro Arquipélago, frente às restrições das áreas do bairro;
- ❖ Abordar aspectos referentes à moradia e regularização fundiária no bairro Arquipélago;
- ❖ Analisar aspectos referentes às características socioeconômicas do bairro;
- ❖ Refletir sobre o planejamento e execução das criações de UC's, de modo a contribuir para a elaboração das mesmas.

1.3. Situação e Localização da Área de Estudo

A área de estudo compreende a sobreposição das áreas da APAEDJ e do PEDJ nos limites do bairro Arquipélago – Porto Alegre/RS (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

O bairro Arquipélago é circundado pelas águas dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí. O Rio Jacuí tem seu seguimento no Lago Guaíba, que banha a orla de Porto Alegre e desemboca na Lagoa dos Patos.

Figura 2: Localização e situação do bairro Arquipélago em Porto Alegre



1.4. Justificativa

As ilhas do Delta são motivo de atração para muitas áreas de pesquisa, como a Biologia, Antropologia, Arquitetura, Engenharias, e Geografia, entre outras. Muitas pesquisas referentes a esta localidade são produzidas, tamanha a vulnerabilidade social, importância ambiental, complexidade das relações que se estabelecem entre os sujeitos que nela vivem e legislações que regem os domínios da área. A partir de uma contextualização histórica, é possível compreender que as apropriações de paisagens naturais são motivos de disputa e geradoras de conflitos de uso formados pelos interesses daqueles que a ocupam. Uma leitura a partir da complexidade e das contradições das formas de uso ocupação desta área permite a demonstração dinâmica deste processo, cabendo à Geografia procurar compreender as relações que se concretizam no espaço.

Encontram-se neste recorte espacial uma confusa normatização e regulação das formas de uso e representações de sujeitos, o que repercute em conflitos, já que existem diferentes sujeitos que fazem uso do mesmo espaço, porém com ideias, necessidades e representações que diferem-se. Ou, por não partilharem de diálogo entre si, estes sujeitos não entram em conflito (uma vez que não existe diálogo e trocas), contribuindo com o que se pode considerar um espaço fragmentado (HEIDRICH, 2007), característica marcante das grandes cidades, atualmente. Ambas as hipóteses dialogam com a questão da consciência sobre a peculiaridade ambiental do Delta e das representações sociais a respeito da busca por um lugar de moradia e proximidade com a natureza.

A representação de uso do espaço sobre os significados de moradia, para os moradores do bairro Arquipélago, evidencia uma omissão da fragmentação e vulnerabilidade social do Parque, tanto por parte dos indivíduos que dele fazem uso, quanto dos órgãos que por ele são responsáveis. Os moradores que ocupam as áreas do Parque com a finalidade de moradia, o fazem com sentidos e representações diferentes, desconsiderando (supostamente) a percepção alheia e fazendo uso inadequado do espaço, uma vez que a moradia somente é permitida para os moradores tradicionais, na

Área de Proteção Ambiental (APA), visando a utilização racional e sustentável dos recursos naturais.

Conforme estudo da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN, 1999), muitos moradores desconhecem total ou parcialmente

a função do Parque Estadual do Delta do Jacuí, associando ao termo “parque”, a noção de lazer, em vez de uma área de proteção integral. Já outros moradores reconhecem que residem em uma área imprópria para moradia, que por muitas vezes a chamam de “área verde”, e que o Parque foi criado com o intuito de preservar as áreas naturais. Além disto, a maioria dos moradores não sabe dizer exatamente se suas residências estão localizadas dentro dos limites do Parque, cujas áreas são impróprias para moradia, ou se fazem parte da APA, cujas áreas permitem a moradia e uso sustentável. Já os moradores tradicionais, a princípio, possuem um conhecimento mais profundo da APAEDJ e uma noção mais coerente com os sentidos de sustentabilidade e ambiente.

A necessidade da criação da APAEDJ justifica-se pela ocupação pré-existente de uma área que foi instituída como UC. A existência de população que já fazia uso e ocupação, sobretudo de relevância histórica, justifica sua regularidade. A instituição da APAEDJ permitiu a ocupação para fins de moradia, em contrapartida isto possibilitou a ocupação de novos sujeitos que se interessaram pela participação deste ambiente, que possui ao mesmo tempo, proximidade com a natureza e com o centro de Porto Alegre. São estes os sujeitos vinculados à forma de ocupação irregular, tanto os que têm suas práticas socioculturais baseadas na coleta de resíduos sólidos, como os que atribuem ao parque a noção de lazer, relacionando suas práticas aos atributos naturais do parque.

Este trabalho justifica-se, primeiramente, pela difusa rede de informações que se tem sobre a APAEDJ, em segundo, pela importância do uso das representações sociais e suas atribuições para os significados de lugar, enquanto espaço vivido e proximidade da natureza em áreas de importância ambiental. As representações sociais podem evidenciar a significação que os moradores atribuem às diferentes formas de uso, contribuindo para o conhecimento e a definição das distintas caracterizações legais da APAEDJ.

Este estudo consiste em verificar as representações sociais dos moradores das ilhas do bairro Arquipélago, a respeito da atribuição ao sentido de moradia neste local, enquanto espaço vivido, proximidade com o ambiente natural e com a cidade. O conhecimento sobre as representações sociais das comunidades que vivem nos domínios da APAEDJ contribui para a consistência desta UC, bem como contribui para o esclarecimento das significações sobre as formas de uso e moradia neste local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de evidenciar as representações sociais dos moradores do bairro Arquipélago, um bairro localizado em uma UC mista, pertencente ao município de Porto Alegre e fragmentado, seja nos aspectos físicos, formado por um conjunto de ilhas, seja nos aspectos sociais e culturais, com população de características distintas, como a renda, tipologia das moradias e modo de vida. Presume-se que estas representações partem dos seguintes princípios:

- ❖ a intenção de morar próximo da cidade e usufruir todas as suas benesses;
- ❖ a valorização da natureza como um recurso diário, que faça parte do cotidiano;
- ❖ a ideia que os grupos de moradores possuem uns dos outros, a saber, os moradores tradicionais, baixa renda e média a alta renda.

A classificação dos grupos de moradores delineou-se por pesquisa bibliográfica referente a conflitos de cunho territorial no Delta. Verificou-se nos estudos de PECK et al, (2009) três tipos de moradores nas ilhas do Delta: os tradicionais, formado em sua maioria por pescadores, os irregulares, formado na sua maioria por moradores de baixa renda e os sazonais, aqueles que possuem sentido de uso relacionado ao lazer e proprietários de mansões na localidade. Já para Cardoso (2006), pode-se dizer que o Parque possui uma divisão entre os *ilhéus* (a comunidade tradicional), a parte “pobre” e a parte “rica”. Partindo de um princípio de observação do local, esta classificação condiz com a realidade. Entretanto há que se considerar, com o uso das representações sociais, a validação destes termos, porque remetem a uma classificação da identidade dos moradores das ilhas.

A presença de distintos grupos que vivem em um mesmo local remete ao estudos de Elias e Scotson, (2000) sobre *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Estes autores pesquisaram a forma de relacionamento de grupos de moradores que apresentavam diferenças e residiam no bairro de *Winston Parva*⁹. Este livro apresenta uma relação que se desenvolve através das formas de poder entre membros de uma sociedade. Conforme a nota de apresentação à edição brasileira do livro, o termo “estabelecido” é utilizado para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de poder, bem como o termo *establishment*, em inglês, corresponde a um grupo social que se autopercebe como reconhecido da “boa sociedade”, mais poderosa e com uma identidade social dotada de

⁹ Nome fictício dado à cidade, pelos autores do livro.

maior tradição e influência. Por outro lado, o termo em inglês *outsider* remete aos que não são membros da “boa sociedade”. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *establishment*, não se constituindo exatamente em um grupo social.

Para o desenvolvimento do conhecimento acerca das representações, utiliza-se a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2011), como uma forma de compreender como se dá a significação de lugar e natureza para cada grupo de moradores. Atribui-se a isto, não a razão da comparação dos distintos grupos, mas sim da importância de uma compreensão das semelhanças e diferenças desta significação para determinados grupos.

O ponto de convergência e divergência para distintos grupos importa para a construção coletiva deste espaço, enquanto categoria de UC, uma vez que para a elaboração do Plano de Manejo reúnem-se representantes comunitários, os quais são chamados “Conselheiros do Delta”. A SEMA possui uma unidade no Parque, com fins de gestão e fiscalização de suas áreas. E como o Plano de Manejo¹⁰ teve sua elaboração decorrida no tempo da pesquisa, percebia-se que a preocupação dos moradores sobre o rumo das definições e delimitações de zoneamento do Parque fosse pertinente, mesmo às vias da publicação do documento.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa utiliza como viés de interpretação, o pensamento da complexidade. Este pensamento se justifica pela complexidade das ações humanas, que se projetam no tempo e no espaço. Conforme Pinto (2010), trata-se da atribuição de valores no imaginário de um único Sujeito – e socioletos – um conjunto de configurações de valores estabelecidos pelo uso compartilhado entre os indivíduos de uma comunidade, apud BARTHES (1990), bem como as suas Representações Sociais.

Para Morin (2003), a complexidade está presente quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo e quando há um tecido interdependente entre o objeto de conhecimento e seu contexto. Desta forma, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Trata-se de um pensamento capaz de reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual e o concreto (MORIN, 2003).

¹⁰ O Plano de Manejo já deveria ter sido concluído, entretanto a não elaboração do mesmo causou intervenção do Ministério Público (MP) no ano de 2013. Tendo em vista que o plano ainda não havia sido elaborado, o MP entrevistou solicitando elaboração imediata deste, causando preocupação para os moradores. O referido plano foi apresentado por audiência pública na data de 05 de junho de 2014.

De acordo com as premissas que norteiam o pensamento complexo, este estudo usará destes atributos para elucidar as projeções das representações que se dão no recorte de espaço, com os sujeitos que dele fazem parte e desfrutam dos sentidos de lugar e natureza. O Quadro 1, a seguir, apresenta os princípios complementares e interdependentes propostos por Morin, cabendo para esta pesquisa os seguintes princípios como forma de compreensão:

Quadro 1: Princípios da complexidade propostos por Morin.

Princípio Sistêmico ou Organizacional	Liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo. É a ideia que compreende que “o todo é mais do que a soma das partes”.
Princípio Hologramático	Baseado no holograma, em que cada ponto contém a quase totalidade da informação do objeto representado, onde não apenas a parte está no todo, mas o todo está inscrito na parte. Por exemplo, a sociedade como todo, aparece em cada indivíduo através da linguagem, da cultura, das normas.
Princípio do Anel Recursivo	É um anel gerador, no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores do que os produz. Um exemplo são os indivíduos de uma sociedade. Ao mesmo tempo que produzem a sociedade, através de suas interações, a sociedade produz a humanidade desses indivíduos, aportando-lhes linguagem e cultura.
Princípio de Auto-eco-organização	É baseado numa relação de autonomia e dependência. Os indivíduos são auto-eco-organizadores e dependem de uma energia para salvaguardar a própria autonomia. Como existe a necessidade de extrair do próprio ambiente, a energia a informação e a organização, a autonomia deles é inseparável da dependência, tornando imprescindível concebê-los como auto-eco-organizadores. O princípio de auto-eco-organização vale de maneira específica para os humanos que desenvolvem sua autonomia na dependência da cultura, e para as sociedades que dependem do meio geo-ecológico (MORIN, 1999).
Princípio Dialógico	Une dois princípios que se excluem um ao outro, porém são indissociáveis numa mesma realidade. Permite assumir a associação de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo.

Fonte: Adaptado de Morin (1999).

O referencial que conduz a compreensão desta pesquisa consiste no pensamento complexo, abordando os princípios de Morin. Desta forma, atribui-se à complexidade, o entendimento dos sentidos de Lugar e Natureza dos moradores do Delta, por meio das Representações Sociais.

2.1.Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais surgiu dentro do campo da psicologia social. Elaborada em 1961 por Serge Moscovici, tem no campo das ideias uma forma de conhecimento social, que é partilhado por um determinado grupo de pessoas que classificam-se por determinadas características que as inserem em um mesmo grupo social. As representações sociais surgiram como forma de compreender os objetos e como os sujeitos adquirem a capacidade de definição para estes objetos, além de definir a identidade, uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. Têm como objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2011).

O fenômeno das representações sociais associa o mundo das ideias à categoria de ambiente, uma vez que vivemos em um “mundo”, e somos condicionados pelas coisas, objetos, sons e imagens que sentimos, e de certa forma, sentimos tudo aquilo que nossos limites nos permitem sentir. Estamos condicionados a uma série de fatores que nos permitem sentir o mundo, por outra série de fatores que nos permitem fazer conexões e associações que possam ser representadas por cores, formas, palavras e gestos, as quais passam a concretizar-se no espaço e se tornarem reais, a partir da representação. Como diz Moscovici (2011).

Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos. Assim, elas são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada sequência (p. 33).

O fator condicionante das representações está relacionado também à cultura com a qual nascemos e vivemos, visto que a cultura possui uma relação de influência sobre a forma como as pessoas pensam e agem, de acordo com sua cultura. Conforme Moscovici (2011) não existe mente livre de fatores condicionantes impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos por determinado tipo de linguagem, organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações como por nossa cultura.

Os fatores condicionantes não apenas direcionam as conexões que fazemos com os símbolos e suas representações, como também pode influenciar na invisibilidade de outros símbolos, sejam eles coisas, pessoas ou ações. Para Moscovici (ib.) esta invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação, devida à visão de alguém, mas por uma distorção preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas, que fazem com que algumas pareçam visíveis e outras invisíveis.

As representações sociais são uma forma de conhecimento construído e compartilhado por pessoas de um grupo, que difere-se do conhecimento que é construído e compartilhado por pessoas de outro grupo social. As escalas de grupo podem ser distintas, que compreendem ordens de gênero, idade, etnias, educação, classe social, e podem derivar de várias outras ordens de grupos. Referente aos campos relativos à educação, política e classe social, as representações sociais podem também estar impregnadas por cunho ideológico.

Enquanto campo da psicologia social, as Representações Sociais surgem também como uma forma de compreensão de um determinado espaço, uma vez que permite diversas relações com categorias de espaço (físico ou não), como ambiente e lugar, por exemplo. Para Moscovici (ib).

Cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o fazem ao mesmo tempo compulsivo e fascinante. Baudelaire pergunta: “Pode algo ser mais encantador, mais frutífero e mais positivamente *excitante* do que um lugar em comum?” (p. 68).

É evidente a proximidade das Representações Sociais, um campo surgido dentro da psicologia social, com a compreensão que se pode ter a partir das concepções de espaço dentro do campo da Geografia, seja nos contextos de relação entre os sujeitos, seja no contexto social, uma vez que realizam-se em um determinado tempo e espaço, sendo este espaço, o geográfico.

O fenômeno das representações sociais pode ser utilizado como uma ferramenta de análise para compreensão de relações que ocorrem em um determinado espaço. No âmbito desta pesquisa, as Representações Sociais vêm a contribuir para a compreensão das relações que se desenvolvem entre os grupos de moradores que vivem nas ilhas do Delta do Jacuí, um local legitimado como UC, que ainda não possui o Plano de Manejo para a delimitação e zoneamento das suas formas de uso. As Representações Sociais podem contribuir para esta análise à medida que permite fazer relações das significações que os moradores dão a este local, enquanto lugar e proximidade com a natureza.

2.2.Lugar

O conceito de Lugar na Geografia consiste, entre outras designações, no reconhecimento da condição de existência, que remete à reflexão da nossa relação com o mundo e com a perspectiva da nossa corporeidade, e a partir dela, o estar no mundo. Ou seja, o lugar pode ser concebido como espaço de existência e coexistência (SUERTEGARAY, 2000). A relação de lugar está muito ligada com a condição existencial, mas tratando de termos práticos, o lugar é uma categoria de análise de espaço na qual é possível estabelecer a relação de segurança, como a moradia, onde se retorna após o trabalho para repousar e ficar seguro. Para Yi Fu-Tuan (1977), o lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, é um objeto no qual se pode morar, e ele se dá a partir do momento em que o espaço nos é inteiramente familiar.

Para Dardel (2011), a Terra é indicada como base para as relações de morar, habitar, construir, cultivar. Não serve apenas como apoio espacial e suporte material, mas condição de toda “posição” de existência e ação de se estabelecer, reforçando que o sono nos convida a nos concentrarmos sobre essa base e nos coloca imediatamente em relação “com o lugar como o suporte do Ser”. Ao deitarmos, ao nos encolhermos em um canto para dormir, nos abandonamos ao lugar – ele se torna nosso refúgio como base (...) é desse “lugar”, base de nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspectos para trabalhá-lo (...) Habitar uma terra, isso é em primeiro lugar, confiar-se pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aconchega nossa subjetividade (DARDEL, 2011).

Além da beleza cênica e presença muito forte da natureza, a área de estudo possui outra característica muito marcante: a diversidade na tipologia das residências dos moradores. Desde moradias de condições extremamente precárias a verdadeiras mansões, com áreas inclusive de lazer, temos um cenário diverso e contrastante, onde se podem perceber as distintas formas de estilo de vida, que são também representadas pelas percepções dos moradores. O uso das percepções que podem contribuir para o reconhecimento ambiental pode também ser oportunizado pelas obras arquitetônicas do local. A construção, para Yi-Fu Tuan (1983),

torna as pessoas conscientes e as leva a prestar atenção em diferentes níveis, de visualizar espaços arquitetônicos na mente e no papel e comprometer-se na criação de uma forma material que capture um ideal. Uma vez alavancada,

a forma arquitetônica é um meio ambiente para o homem. Então como é que ela influencia o sentimento humano e a consciência? (p.119).

É a partir da particularidade das habitações então, que se passa a estabelecer uma espécie de consciência, possibilitada pela inteligência humana. A inteligência se manifesta em diferentes tipos de realização. Uma é a capacidade de reconhecer e sentir profundamente o particular (Tuan, 1983). É a inteligência que permite que sejam feitas as relações com o mundo e com aquilo que sentimos, o que forma o conhecimento e a consciência. A partir do lugar, enquanto espaço vivido, podemos obter e articular tais conhecimentos para articular nossa consciência. Ao escolher um lugar para morar, e viver, se acaba estabelecendo um conhecimento sobre o local onde se vive, estabelece-se também as relações com o lugar e com o meio, construindo sua própria consciência sobre este lugar, a partir de seu modo e experiência de vida, visto que a cultura e a experiência têm uma grande influência na interpretação do meio ambiente (TUAN *ib.*).

O lugar pode ser uma grandeza muito mais relevante do que apenas o local como condição de existência. Conforme Bordieu (1997), o lugar não está relacionado apenas com a localização, mas sim às dimensões que um indivíduo ou coisa ocupam no espaço. O espaço social, para o mesmo autor, é determinado pela ação dos agentes sociais que estabelecem relações com um determinado espaço ou lugar. Desta forma, os agentes sociais seriam os responsáveis pela estruturação de uma identidade entre os indivíduos e o lugar, fazendo com que o espaço na sua forma física, seja um reflexo do espaço social construído.

A identidade, segundo Pol (2002), inclui fatores como coesão e satisfação, assim como outros processos sociais e psicológicos, favorecendo o comportamento ambiental responsável, uma vez que a sustentabilidade requer uma estrutura social bem estabelecida, caracterizada por uma rede de relações formais e informais (POL, 2002). Quando a identidade e o lugar de uma população estão associados a um determinado espaço, ele pode se tornar um fator de medida para a relação da sociedade com o ambiente. Para Tuan (1980), quanto maior for o elo afetivo de uma população e o lugar em que ela vive, e a percepção desta população em relação à influência de sua presença no ambiente, mais equilibrada será esta relação. Pode-se compreender que o lugar está diretamente ligado à identidade das pessoas em relação a um espaço, ao sentimento de pertencimento dessas pessoas e das relações existentes entre essas e seu espaço (PESSOA, 2014).

Outra concepção de identidade pertinente, vem a ser a concepção de identidade do sujeito sociológico (HALL, 2004). Esta concepção compreende que a identidade do sujeito está baseada na relação do sujeito com seu grupo social, a partir de uma leitura de mundo, de significações sociais que lhe servem como referência e de um sentimento de reconhecimento entre os indivíduos do grupo social a que pertence. Para Hall (2004),

A noção de sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não é autônomo e suficiente, mas formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediam para o sujeito os valores, os sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele habita (p.11).

Esta concepção sociológica de identidade está relacionada ao modo como os indivíduos de um grupo social possuem uma dependência dos outros membros do seu grupo, ao passo que precisa identificar-se com eles, para manter sua identidade. A identidade sociológica ocupa o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e público. Os significados e valores são expressos pelo sujeito, ao mesmo tempo que o sujeito os internaliza, contribuindo para alinhar os sentimentos com os lugares que ele ocupa no mundo social e cultura (ib, 2004).

A partir destas associações de lugar, pode-se relacionar o lugar como uma categoria de espaço que vai além do espaço físico. O lugar está carregado de simbologias e significações que permitem ao sujeito sentir-se bem, o que também pode estar relacionado às sensações de bem-estar e qualidade de vida.

2.3.Natureza

A atribuição do sentido de Natureza dentro do estudo da Geografia é fundamental desde o surgimento da ciência, no entanto, inicialmente era abordada como fator externo ao homem. Com o passar do tempo a Geografia aproximou-se mais da Sociologia, Economia, Ciência Política a partir do materialismo histórico, momento em que a Geografia passa a preocupar-se com o espaço geográfico, entendendo-o como resultado das formas de como os homens organizam sua vida e formas de produção. Nessa perspectiva a Geografia concebe a relação natureza-sociedade sob a ótica da apropriação, concebendo a natureza como recurso à produção (SUERTEGARAY, 2000).

A compreensão, ou definição de natureza para este estudo é importante porque traz para discussão o uso e a apropriação da natureza para a atividade de habitar, ou morar, tendo em vista a quantidade de áreas que não possuem estrutura e equipamentos de urbanização. O campo de estudo não encontra-se em áreas de natureza totalmente

intocada, embora haja áreas de proteção integral (as áreas do PEDJ), mas é relevante a beleza cênica do ambiente natural nos limites da área de estudo, que é um dos fatores primordiais para a atração populacional desta área: a proximidade entre a cidade e a natureza.

Os estudos de Henrique (2004) fazem uma busca histórica da relação entre cidade e natureza. Fundamentados nos estudos de Santos (2000), atribuíram a busca histórica como uma forma de materialização do espaço, visto que assim como se empiriciza o espaço, empiriciza-se também o tempo, tornando-o material, para poder assimilar que o espaço não existe sem materialidade (SANTOS, 2002). Segundo Henrique (2004), a natureza passou por cinco períodos históricos de concepção, até chegar à concepção atual. E analisando as concepções históricas da relação entre cidade e natureza, compreenderam o que apreende-se por natureza, estando ela, na cidade.

No primeiro momento a natureza era parte do fruto da imaginação e de contemplação, muito enfatizado nos relatos dos heróis aventureiros, estando a natureza desta forma associada ao mito. A cidade no seu primeiro momento fazia parte da concepção das cidades gregas, sendo que a interpretação de natureza fazia parte da cultura helênica. E as civilizações egípcias e mesopotâmias estavam associadas à natureza juntamente com as técnicas de irrigação para a agricultura, que estavam associadas à produção de alimentos.

O segundo momento compreende as interpretações bíblicas, tendo em vista o pensamento teológico em questão, estando a natureza associada a Deus, o criador. Desta obra, dotada de valor divino. A cidade corresponde ao sistema de feudalismo, protegida por muralhas e com funcionamento interno, separadas desta forma, da natureza.

O terceiro momento se dá com a superação dos obstáculos físicos e intelectuais, com as técnicas que permitiram as grandes navegações e a descoberta de novas terras. Esta superação recuperou os sentidos de natureza, tendo em vista que era necessário enfrentá-la para a descoberta de novas terras. A cidade se abriu, principalmente para o comércio internacional, estabelecendo rotas comerciais, que permitiriam maiores relações comerciais entre distintas civilizações e povos. A expansão deste período permitiu maior acessibilidade do homem à natureza, sendo que começou-se a produzir jardins nas cidades, como recurso estético, para a nobreza e a burguesia.

O quarto momento foi marcado pela industrialização, quando se aprofundou a noção de conhecimento e estudos - cada vez mais difundidos pela facilidade de acessos e técnicas de transportes. Este período incorporou a natureza à vida social, através do

desenvolvimento das técnicas e da cultura vigente, quando a natureza passou a ser entendida e concebida como recurso. A cidade por sua vez, passou a concentrar a produção industrial e conseqüentemente, aumentou a poluição, fazendo com que as cidades se expandissem. Os bairros que concentravam população mais abastada passaram a ocupar locais que permitiam mais proximidade com elementos naturais, como áreas verdes e lagos, distantes das localidades industriais, onde se concentrou a população operária.

Sobre este momento histórico, Diegues (2004) aponta que a vida nas cidades passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável e a vida no campo passou a ser idealizada pelas classes sociais não envolvidas com a produção agrícola.

O quinto e último momento identificado por Henrique (2004) foi marcado por uma mudança radical na relação do homem com a natureza. As imagens orbitais e profusão da tecnologia permitiram o conhecimento de toda a superfície da terra. A sociedade urbana encontra-se em estado consolidado e o homem encontra-se num estado de produtor da natureza, não da natureza como um artifício, mas como resultado de produção humana. A cidade começa a produzir a natureza como artifício para qualidade de vida, passando a ser incorporada como atrativo para os empreendimentos imobiliários.

Em acordo com este estudo, tem-se que a relação entre cidade-natureza faz parte de um processo histórico, construído, natural e socialmente, no qual se atribui valorização de significado e de riqueza, a partir do momento em que a natureza passou a ser apropriada e entendida como recurso. Atualmente é possível perceber a significação que é atribuída à natureza a partir da forma como é veiculado na mídia as ofertas de empreendimentos imobiliários, que evidenciam a negação da cidade e da busca de um conforto próximo a elementos naturais, como lagos, rios, praia, campos ou serra.

A natureza tem um legado histórico nas mais diversas formas e inspirações. Além de fazer parte do estudo científico, enquanto recurso natural, seus elementos estão presentes em escrituras religiosas, sendo vinculada ao sagrado, bem como presente em romances literários, sendo empregada como cenário e como riqueza. Conforme Corbin, (1989)¹¹ apud Diegues (2004), os escritores românticos exerceram um papel fundamental na valorização do mundo natural e selvagem, sendo concebido como lugar

¹¹ CORBIN, A. 1989. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras.

de descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. E conforme Diegues (2004), foram as ideias dos românticos do século XIX que influenciaram a criação das áreas naturais protegidas.

A unidade de conservação da APAEDJ, por seus atributos naturais, atribui sensação de bem-estar às pessoas que usam este espaço. Paradoxalmente também pode-se atribuir a sensação de conflito, seja por interesses distintos, seja por diferenças entre classes que desta área usufruem. Este conflito se evidencia porque diferentes pessoas projetam seus próprios mundos na mesma área (TUAN, 1983).

A natureza permite a aquisição de status, uma vez que é fonte de riqueza e recursos, além de provocar sensações de bem-estar, que pode estar relacionado à qualidade de vida. A natureza é demasiado difusa, seus estímulos demasiado poderosos e conflitantes, para serem diretamente acessíveis à mente e sensibilidade humanas (TUAN, 1983).

Os grupos sociais podem ter relações diversificadas com a natureza, ou podem encontrar nela um argumento que lhes concedam alguma semelhança. Para Diegues (1999) existem dois tipos de sociedade: a que estabelece uma relação de simbiose com a natureza e faz uso dos recursos naturais, e a que está ligada a uma economia global, de alto consumo e poder de transformação da natureza, entretanto o autor chama atenção para a dificuldade em se estabelecer um limite entre estes dois tipos de sociedades. Enquanto que Paula (2013), afirma que a relação diferenciada com a natureza integra os argumentos que diferenciam esses grupos sociais.

Como a natureza é inerente ao espaço, compreende-se que a natureza é um dos fatores que contribuem para o jogo de relações que se fazem no espaço, podendo ser citado o jogo de disputas e interesses ligados aos recursos que a natureza proporciona. O espaço é um recurso e a sociedade estabelece padrões estéticos de riqueza e poder. É mundialmente um símbolo de prestígio. O “homem importante” ocupa e tem acesso a mais espaço do que os menos importantes. (TUAN, 1983). São estas as relações de disputa, que acabam caracterizando um espaço onde existe um conflito, pelo diverso e indevido uso que se faz dele.

Na perspectiva que é dada a este estudo, é possível estabelecer as questões levantadas acerca da delicada situação de uma UC frente aos seus moradores, o conflito gerado pela disputa de interesses e forma de uso, e percepção dos moradores diante das concepções de identidade e natureza. Os valores que estão ligados à lógica do campo

ambiental podem estar relacionados com a tradição histórica das pessoas que fazem parte de um determinado local, até mesmo a partir do espaço vivido. Nesse sentido é possível falar de uma tradição ambiental formada por experiências históricas – de aproximação e valorização da natureza, mas também de temor e afã de dominação (CARVALHO, 2001).

2.4. “Os Outros”

Locais onde existam grupos diferentes em convivência tendem a apresentar situações de conflitos. É possível que existam relações entre estes indivíduos, mas isto não exclui o conflito, que carrega consigo toda uma rede de interesses e ideologias distintos. Elias e Scotson estudaram a forma de três grupos de moradores de Winston Parva, uma pequena cidade da Inglaterra. O estudo resultou no livro *Os estabelecidos e os Outsiders*, que aborda como se comportam três grupos de moradores de um mesmo bairro, e o grupo conhecido como bem instalado é chamado de “*estabelecido*”, e o grupo considerado às margem, ou discriminado é chamado “*outsider*”. No estudo, os grupos de moradores se diferenciam pelas seguintes categorias: os moradores mais antigos, os de alta renda, e os de média renda. As generalizações de Elias e Scotson a respeito deste estudo contribuem para esta pesquisa, visto que se trata de um estudo de grupos distintos, com características diferentes, residindo em um mesmo bairro, assim como os grupos mencionados nesta pesquisa.

Dentro deste contexto, Elias e Scotson, (2000) chamam a atenção para alguns aspectos que podem ser abordados neste estudo, como os padrões habitacionais e as formas de relacionamentos dos moradores. O relacionamento entre grupos diferentes tende a ser evitado, e só é feito quando existe uma demanda de necessidade por um dos grupos. Conforme o estudo, o grupo que se considera humanamente superior recusa-se a manter contato social, sendo mantido apenas o contato por questões de atividade profissional.

O equilíbrio de poder em favor dos estabelecidos coloca uma estigmatização de inferioridade nos grupos *outsiders*. Desta forma, os *outsiders* são vistos não apenas como desordeiros, que desrespeitam as leis e normas (leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo pessoas limpas (ib, 2000). Para Elias e Scotson,

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (p. 24).

A estigmatização de inferioridade humana que os estabelecidos tendem a identificar nos grupos *outsiders*, rotula os indivíduos considerados inferiores, entretanto lhes servem como justificativa de status e prova de valor superior, pelas próprias condições de opressão que impõem aos membros de grupos inferior, procurando desta forma, firmar sua superioridade.

A estigmatização de superioridade está associada à relação de poder, visto que, um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado, em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído, figurando-se assim um equilíbrio instável de poder (ib, 2000).

O equilíbrio de poder entre os grupos dos estabelecidos e dos *outsiders* está associado à dependência de um pelo outro. Entretanto, o grupo *outsider* tem mais chances de ser esquecido ou apresentar menor importância, a menos que ele possua alguma funcionalidade na sua relação com o grupo estabelecido. Sobre o equilíbrio de poder, Elias e Scotson, (2000) afirmam que

Só se consegue apreender a força desse tipo de vínculo quando se discerne com clareza que elas estão aprisionadas num vínculo duplo. Nesses casos, os *outsiders* não têm nenhuma função para os grupos estabelecidos: simplesmente estão em seu caminho, e com muita frequência, são exterminados ou postos de lado até perecerem. Inversamente, quando os grupos *outsiders* são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando têm alguma função para estes, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a dependência, sem desaparecer, diminui – quando o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders* (p. 33).

As relações entre os grupos são convenientes para este estudo pelo fato de a pesquisa tratar de três grupos de moradores que convivem no mesmo bairro, e sobretudo, trata-se de um bairro situado em uma unidade de conservação com definições legais de frágeis estruturas, principalmente no quesito regularização fundiária.

A diferença entre os três grupos identificados na pesquisa é nítida, a começar pela aparência dos padrões construtivos, que chamam a atenção por serem muito diferentes. Entretanto, há que ponderar que o conflito que se configura, é maior devido aos interesses destes moradores em utilizar o Delta para suas moradias. O conflito se torna maior pelo fato dos moradores estarem sob ameaça de perderem suas moradias através da publicação do Plano de Manejo, que pode delimitar as áreas como permitidas, ou não, para moradia. Frente a isto, existe a grande quantidade de moradores

que adentram as áreas do bairro com construção de casebres em curto prazo, dificultando a ação da fiscalização do Parque.

Partindo dos princípios conceituais apresentados, é importante destacar a relação destes com o tema da pesquisa. Pensando em como articular as questões associadas às significações de moradia próxima da natureza, e próxima da cidade, adotou-se o conceito de lugar, como forma de abordagem para os grupos de moradores do Delta, e o estudo de Elias e Scotson a respeito das relações entre grupos estigmatizados. A teoria das Representações Sociais, trazida por Serge Moscovici (2011), vem a contribuir com este estudo, uma vez que consiste em revelar os conhecimentos compartilhados por um grupo social, que se difere do conhecimento compartilhado por outros grupos sociais. E o pensamento de cunho complexo, trazido por Morin (2003), contribui para este estudo uma vez que se trata de um tema complexo, e requer a análise baseada nos princípios apresentados, sustentados sobretudo, pela compreensão do pesquisador. Compreensão esta que tece a trama de questões que venham a ser levantadas a partir dos aspectos trazidos sobre os distintos grupos de moradores, a respeito da significância de morar no Delta.

2.5.Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa são propostos os seguintes procedimentos metodológicos expostos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Fluxograma de visualização das etapas a pesquisa.

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6
Busca bibliográfica referente à legislação da APAEDJ, e referências sobre os termos e conceitos a serem utilizados	Levanta-mento de campo para registro de fotos.	Levantamento de histórico da ocupação e dados socioeconômicos do bairro.	Elaboração do tópico guiador do grupo focal; Seleção de moradores para participar dos grupos focais.	Transcrição e análise das entrevistas	Resultados e elaboração das considerações finais

As etapas desta pesquisa foram seguidas conforme demonstra o fluxograma. A ordem das atividades descritas no fluxograma servirá como base de organização do pesquisador. A seleção de moradores para participação em grupos focais foi realizada de forma concomitante ao processo de estudo, considerando o tempo necessário para

aproximação e contato feito com os moradores, seguido da apresentação da pesquisa e agendamento do grupo focal.

O procedimento de cada etapa está descrito a seguir:

❖ **Etapa 1:** A pesquisa bibliográfica referente à APAEDJ consistiu em levantamento de estudos acadêmicos produzidos acerca do bairro Arquipélago, legislação ambiental sobre as resoluções que contemplam questões sobre a APA e o Parque e documentos coletados na sede do Parque (SEMA). A pesquisa bibliográfica referente aos termos e conceitos utilizados consistiu na busca pela elaboração dos termos utilizados na pesquisa, já que existe uma distância entre os vocabulários científico e popular.

Pensando em uma maneira de abordar a temática de moradia e áreas de importância ambiental, como as UC's, decidiu-se relacionar estas significações ao conceito geográfico de "lugar", sendo que este poderia ser permeado por questões referentes à natureza. Desta forma, relaciona-se o fato de *morar* e *viver* como uma associação do conceito de lugar. Já a representação social dos moradores permite compreender os significados que contemplem as questões suscitadas a partir dos sentidos que remetem à moradia e proximidade com cidade e natureza. Presume-se que outras questões relevantes sejam expressas nas representações sociais, as quais serão avaliadas no decorrer da pesquisa, conforme forem desenvolvidas. Desta forma, se elaborou neste estudo, a partir das categorias de representações sociais, o que aqui optou-se por chamar de Eixos de Representação.

A atribuição do vocabulário compete ao pesquisador, bem como atribuir uma estratégia para que haja compreensão na comunicação entre pesquisador e participantes do grupo focal. Tal relação pode ser visualizada a partir da Figura 3, a seguir:

Figura 3: Mapa conceitual para compreensão da construção das relações abordadas na pesquisa.



Elaborado por Amanda Bahi.

❖ **Etapa 2** – O levantamento do trabalho de campo foi realizado inúmeras vezes durante a pesquisa. Primeiramente realizou-se levantamento de campo para levantamento fotográfico e observações relevantes para a pesquisa. Alguns levantamentos de campo foram feitos para aproximação dos moradores a serem convidados para o grupo focal e, frequentemente, participação em eventos do bairro. Outros levantamentos de campo consistiram em participação de reuniões realizadas na sede do Parque (SEMA). Tendo em vista que a elaboração do Plano de Manejo da APA e do Parque não foi concluída, as reuniões contavam com representantes comunitários de todos os grupos, que participavam dos encontros para discutir questões referentes aos rumos da delimitação e zoneamento da APAEDJ que estavam sendo propostos.

❖ **Etapa 3** – Destaca-se para a pesquisa, um estudo relativo ao processo histórico de ocupação do bairro, que compreende as relações sobre os moradores e a legislação da APAEDJ, implementada posterior a uma ocupação já consolidada. É importante também compreender a situação do bairro a partir de indicadores

socioeconômicos, a fim de verificar a realidade atual das suas condições sociais. Para tanto, esta etapa consiste em pesquisa bibliográfica referente à ocupação e histórico do bairro, bem como a busca de dados socioeconômicos, pesquisados nos sites do IBGE e da Prefeitura de Porto Alegre.

Também realizaram-se sessões de conversa com gestores da SEMA, a fim de esclarecer dúvidas sobre as informações pesquisadas.

❖ **Etapa 4** – A metodologia escolhida para esta pesquisa consiste na realização de grupos focais permeada pela conversa, previamente elaborada e guiada pelo tópico guia. O uso de grupos focais para a metodologia justifica-se por agrupar moradores de cada grupo citado, a fim de levantar as representações sociais de cada um.

Outra justificativa da escolha metodológica sobre a utilização de grupos focais se dá pelo potencial de expressar as ideias e conhecimento dos moradores sobre o assunto escolhido, de forma coletiva, ou seja, aproveitando o conhecimento social de cada grupo de moradores. Os grupos focais tratam-se de um procedimento metodológico qualitativo, em que não se utilizam dados referentes a uma amostra, buscando manuseio de dados e cálculos para a obtenção de resultados. Segundo Gaskell (2008), a entrevista qualitativa fornece dados para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Consiste em compreender detalhadamente as crenças, atitudes, valores e motivações dos comportamentos dos indivíduos em relação aos contextos sociais e específicos de cada um.

O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a reagirem ao que outras pessoas no grupo venham a dizer. É uma interação social mais autêntica, em que os sentidos ou representações que emergem são influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentar numa perspectiva individual. De acordo com Gaskell (ib.) os processos sociais em grupo foram extensamente estudados e, na sua essência, mostraram que o grupo, distinto de determinado número de pessoas em um mesmo local, é mais do que a soma das partes: ele se torna uma entidade em si mesma.

Gaskell (2008) aponta critérios a serem considerados na escolha entre a entrevista individual e o uso de grupos focais, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Síntese da indicação da modalidade de entrevistas.

Indicação da Modalidade de Entrevista	Individual	Grupal
Quando o objetivo da pesquisa é para:	Explorar em profundidade o mundo da vida e do indivíduo; Fazer estudo de caso com entrevistas repetidas no tempo; Testar um instrumento ou questionário.	Orientar o pesquisador para um campo de investigação e para linguagem local; Explorar o espectro de atitudes, opiniões e comportamentos; Observar os processos de consenso e divergência; Adicionar detalhes contextuais a achados quantitativos.
Quando o tópico se refere a:	Experiências individuais detalhadas, escolhas e biografias pessoais; Assuntos de sensibilidade particular que podem provocar ansiedade.	Assuntos de interesse público ou preocupação comum, por exemplo, política, mídia, comportamentos de consumidores, lazer, novas tecnologias; Assuntos e questões de natureza relativamente não familiar, ou hipotética.
Quando os entrevistados são:	Quando os entrevistados são difíceis de recrutar, por exemplo, pessoas de idade, mães com filhos pequenos, pessoas doentes; - Entrevistados da elite ou de alto status; Crianças menores de sete anos.	Não pertencentes a origens tão diversas que possam inibir a participação na discussão do tópico.

Fonte: adaptado de Gaskell (2008).

Considerando os critérios indicados por Gaskell (2008), optou-se pelas entrevistas em grupo focal. Salienta-se que um dos grupos de moradores tratava-se de pessoas de elite ou alto status. Conforme apresentado por Gaskell, esta modalidade de entrevistado teria muita validade na forma de elaboração de análise em relação a outros grupos. Portanto, é preciso considerar que este perfil de moradores apresentou maior dificuldade em acertar disponibilidade e compatibilidade de tempo com os demais participantes. Embora houvesse a dificuldade do público entrevistado, a entrevista em

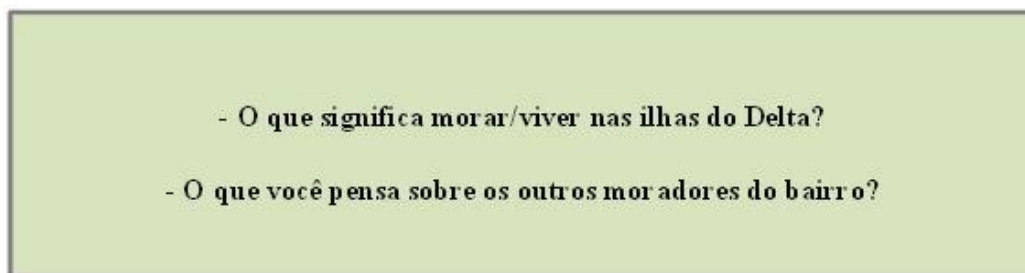
grupo foi adotada pela natureza dos assuntos abordados, como assuntos de interesse público ou preocupação comum.

O procedimento de grupo focal consiste, portanto, em um mediador, que atuará também como um provocador às pessoas dispostas a participar da conversa, que será baseada em uma pergunta trazida pelo mediador. O mediador tem o papel de provocar os participantes, a fim de oportunizar uma discussão de ideias e pontos de vista, para que os entrevistados estabeleçam um diálogo e um consenso de ideias.

Considerando que os grupos focais constituem os moradores de uma unidade de conservação, que está localizada em uma metrópole, torna-se de extrema importância buscar-se a compreensão dos moradores a respeito das questões que circundam a moradia neste local, a proximidade e concepção de natureza, a proximidade do centro urbano e a regularização fundiária.

No intuito de compreender as Representações Sociais dos diferentes grupos sociais, a Figura 4 demonstra o questionamento na entrevista.

Figura 4: Guia de perguntas a serem feitas no Grupo Focal



Elaborado por Amanda Bahi.

As questões apresentadas na Figura 4 ilustram o objetivo da pesquisa, a partir de um vocabulário que possivelmente seja compreensível, tanto para os moradores quanto para o mediador. A primeira questão remete à representação da moradia no sentido de “lugar” e proximidade com a natureza e cidade. Já a segunda questão remete às representações dos grupos de moradores sobre a questão da moradia no parque. Tendo em vista que o Plano de Manejo estava em elaboração durante o período da pesquisa, era inquietante entre os moradores, a dúvida referente à permanência ou remoção de suas moradias. Visando uma maneira esquemática de compreender as perguntas para o Grupo Focal, foram criados os esquemas da Figura 5 e Figura 6 a seguir:

Figura 5: Esquema para compreensão da primeira pergunta do Grupo Focal



Figura 6: Esquema para compreensão da segunda pergunta do Grupo Focal



Elaborado por Amanda Bahi.

Estas perguntas foram assim ajustadas por tratarem de questões abertas, para que, a partir delas, fosse possível a obtenção a respeito do que realmente significa para os moradores. Optou-se por este tipo de abordagem tendo em vista que durante as entrevistas poderia ser levantada alguma questão que fosse novidade ou surpresa para a pesquisa. Já as questões dispostas desta maneira permite que os moradores sintam-se à vontade para responderem aquilo que representa para eles, de acordo com as perguntas.

Os grupos focais da pesquisa seguiram as perguntas deste quadro, as quais foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas. Tendo em vista que foram realizados grupos focais com três grupos de moradores (renda baixa, renda média a alta e pescadores), objetivou-se compreender a representação social de cada grupo. Não objetiva-se uma espécie de comparação. É evidente que existindo três grupos com diferenças acentuadas, não é de se considerar que uma comparação seja uma medida justa de avaliação para a representação social dos grupos.

❖ **Etapa 5** – A transcrição das entrevistas foi realizada com recurso de áudio, a partir dos relatos dos grupos focais com os moradores. As representações dos moradores foram subsidiadas pela interpretação do pesquisador referente aos temas propostos no grupo focal: “O que significa morar/viver no Delta”, considerando os quesitos moradia, lugar, natureza. A segunda questão também remete aos conflitos do bairro, para tanto, considerou-se a percepção dos moradores em relação aos outros moradores.

A interpretação da fala dos moradores consiste nos elementos e aspectos levantados referentes aos temas propostos, não cabendo para esta pesquisa, uma análise intimista e individual dos relatos. Como existem três públicos alvos na pesquisa, é

preciso pontuar que este estudo não se trata de uma análise comparativa entre estes grupos. As representações sociais dos três grupos consistem na elaboração de medidas que visem estudar os aspectos de diferentes sujeitos, frente a uma situação conflituosa, decorrente das características apresentadas pela APAEDJ.

❖ **Etapa 6** – A última etapa da pesquisa consistiu no cruzamento de resultados e elaboração das considerações. Considerou-se todas as etapas da pesquisa para a compreensão da temática envolvida. Para a elaboração dos resultados considerou-se as falas dos moradores com uma análise de diálogo com o referencial teórico, tendo como referência a interpretação baseada nos princípios da complexidade propostos por Morin (1999).

3. O DELTA DO JACUÍ

O Parque Estadual do Delta do Jacuí foi criado por um decreto estadual, em 14 de janeiro de 1976, num momento em que se intensificava a preocupação com a situação de degradação ambiental. Levando em consideração a extensa área que estava sendo alterada pela crescente ocupação urbana no entorno da cidade de Porto Alegre.

Compreende os municípios de Canoas, Charqueadas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Porto Alegre e Triunfo, formado por um complexo de 30 ilhas. Dentro dos limites do município de Porto Alegre, o Delta do Jacuí possui dezesseis ilhas que compõem o bairro chamado Arquipélago. A proteção desta área é importante pelos seguintes critérios:

- ❖ Atua como proteção contra cheias, amenizando os efeitos das enchentes sobre a região metropolitana;
- ❖ Atua como filtro natural das águas que abastecem Porto Alegre, melhorando a sua qualidade;
- ❖ Conservação de uma grande riqueza biológica da fauna e flora presentes nos ecossistemas do Delta;
- ❖ Promove estabilidade climática na área urbanizada da região metropolitana;
- ❖ Condução e aporte de sedimentos responsáveis pelo processo de formação das ilhas e banhados, paisagens que caracterizam essa Unidade.

As ilhas mais povoadas do bairro correspondem às ilhas da Pintada, do Pavão, das Flores e Grande dos Marinheiros, isto provavelmente se deve ao acesso rodoviário, possibilitado pela Travessia Régis Bittencourt¹². As demais ilhas possuem acesso por transporte hidroviário, o que explica a menor intensidade de ocupação.

3.1. Sobre a Legislação

A APAEDJ passou por várias alterações em sua legislação, e isso contribuiu para uma detalhada tomada de conhecimento que se tem a respeito desta área, em que os poderes municipais, estadual e federal se cruzam e constituem as distintas designações e atribuições legais sobre uso e proteção da área. Outra informação que se tem a respeito da área é quanto a sua definição de limites de permissão e finalidades de uso. Para estas

¹² A Travessia Régis Bittencourt é um conjunto de quatro pontes entre o Rio Jacuí e o Lago Guaíba. Inaugurada em 1958, esta travessia foi um dos fatores que contribuiu para o crescimento populacional do bairro, tendo em vista que facilitou o acesso à Porto Alegre e entre as ilhas do Delta através das BRs 116 e 290, e das pontes que conectam uma ilha à outra.

detalhadas informações serão abordadas conforme hierarquia da legislação e alteração das redefinições da APAEDJ. Conforme Pessoa (2014),

Um dos fatores que torna a ilha um cenário bastante complexo é o fato de possuir três instâncias distintas com competência para legislar e gerenciar o uso e a ocupação do solo. As APP's são delimitadas por uma legislação federal, no entanto, a atribuição de fiscalização e gerenciamento dessas áreas fica a cargo do governo estadual, através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM. No caso das áreas situadas na APA e no Parque, é de competência da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), também estadual, fazer cumprir o zoneamento de uso proposto pelo plano de manejo de cada uma dessas UC. Por fim, fica a cargo do município a elaboração e efetivação de programas e políticas de regularização fundiária. Essa sobreposição de competências nas três instâncias (Federal, Estadual e Municipal) faz com que qualquer projeto ou ação que vise à regularização fundiária, que por si só já seria de alto grau de complexidade, se torne praticamente inviável sem que haja uma articulação política eficiente - o que de maneira geral não acontece.

Aborda-se, para fins de compreensão, um histórico a respeito das competências legislativas da APAEDJ. As ilhas eram pertencentes ao território da União até o ano de 1932, quando o Decreto nº 21.235 de 02 de abril de 1932 determinou que as ilhas passariam a pertencer ao patrimônio do Estado.

Em 1988, a partir do artigo 22 da Constituição Federal, a União passa a ter competência para legislar sobre as águas do território brasileiro, e por meio do artigo 24 da mesma Constituição, no inciso VI, a União e os estados passam a ser responsáveis pela conservação da natureza e proteção do meio ambiente (entre outros). A partir do artigo 225 desta constituição, as Unidades de Conservação estão previstas da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (...)

De acordo com a Lei do SNUC (2000), que criou as UC's, entende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as

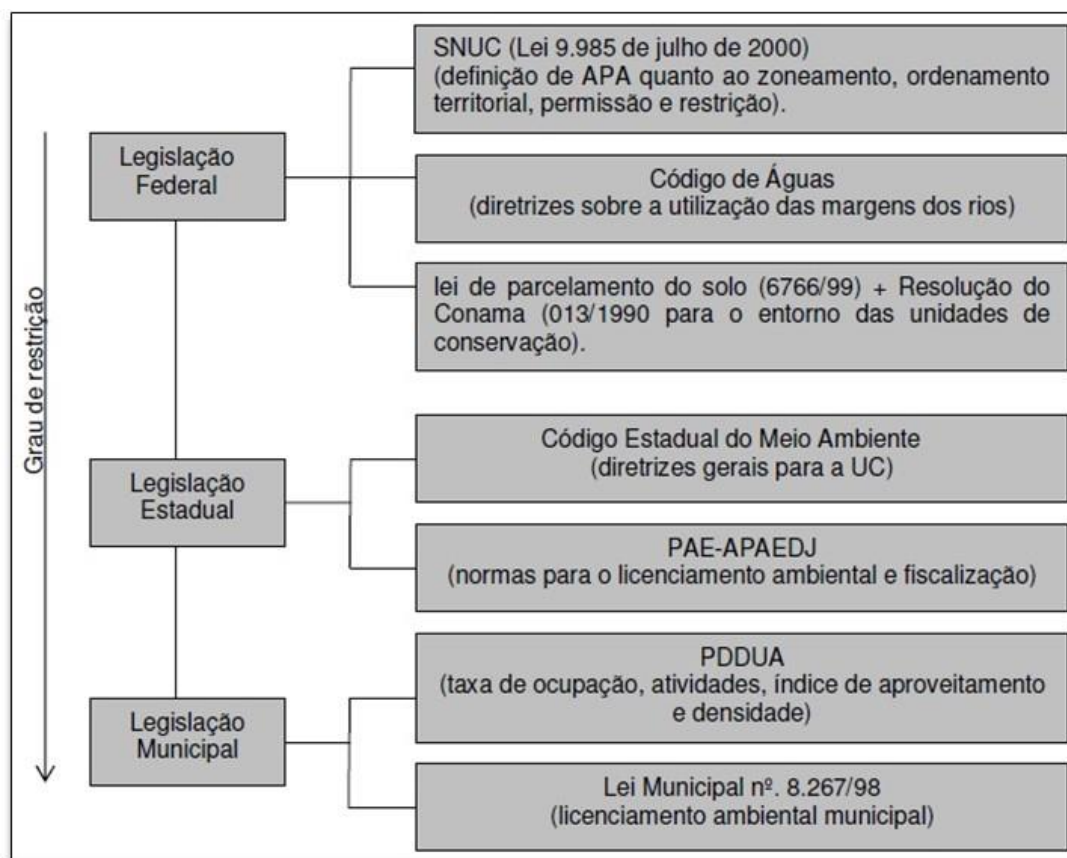
águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Considerando as inúmeras questões legais e jurídicas que circundam a APAEDJ, propõe-se para a compreensão deste estudo, uma explicação que aborde os temas referentes às mudanças pelas quais esta UC passou ao longo do tempo desde quando implementada a Lei que a criou. Também propõe-se uma explanação referente às definições de cada UC (APA e Parque Estadual), e das competências de poder a que lhe cabem, sendo elas de grandezas municipal, estadual e federal. A importância destas três questões justifica-se pelo fato de estarem relacionadas às formas de ocupação histórica do território e do espaço utilizado para fins de moradia, já que a pesquisa aborda as ilhas do Delta como “lugar para viver (ou para morar)”.

A APAEDJ, tal como se configura sua definição atual, é uma UC mista, composta por uma Área de Proteção Ambiental, e em seus domínios encontra-se um Parque Estadual. Além de ser uma UC mista, está localizada em domínios de diferentes municípios, cabendo sua responsabilidade, portanto, aos distintos poderes: federal, estadual e municipal.

A porção de terras pertencente ao bairro Arquipélago encontra-se em domínio municipal de Porto Alegre. Nas atribuições do uso e ocupação das margens e das águas, fica responsável o poder federal. Já os critérios para gestão e uso do solo urbano são de responsabilidade dos poderes estadual e municipal, como mostra a Figura 7 a seguir:

Figura 7: Quadro explicativo da hierarquia da legislação sobre a APAEDJ



Fonte: MÜLLICH, 2011.

A lei que trata do Delta no âmbito municipal, para o município de Porto Alegre, corresponde à Lei Complementar nº 343 do PDDUA¹³. O Plano Diretor divide o território municipal em macrozonas, constituídas por conjuntos de Unidades de Estruturação Urbana (UEU), as quais apresentam características semelhantes quanto aos aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais. Conforme esta lei, o bairro Arquipélago pertence à Macrozona 9, que corresponde a áreas de ocupação rarefeita (AORs). As AORs correspondem a áreas com baixa densificação, onde predominam a proteção da fauna, flora e dos elementos naturais, admitindo-se usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento primário (MULLICH, 2011).

O PDDUA também estabelece o regime urbanístico para as edificações do bairro Arquipélago. Porém, apenas a Ilha da Pintada recebe reconhecimento para zona residencial, conforme mostra o Quadro 4.

¹³ O PDDUA sofreu alteração em 2010, e trata do bairro Arquipélago pela Lei Complementar nº 646. Esta lei não faz nenhuma revisão no modelo espacial e regimes urbanísticos no bairro Arquipélago, com exceção da definição da nomenclatura de Parque Estadual do Delta do Jacuí para Unidade de Conservação Estadual Parque do Jacuí e Área de Proteção Ambiental Delta o Jacuí (APAEDJ)

Quadro 4: Zoneamento do Plano Diretor de Porto Alegre para as Ilhas da Pintada, das Flores, dos Marinheiros e do Pavão.

Local	UEU	Subunidade	Densidade Bruta ³⁷	Atividades ³⁸	Índice de Aproveitamento (IA) ³⁹	Volume ⁴⁰
Ilha da Pintada	9032	01	Residência Mista	Residencial	1,0 + estoque de ajuste de projeto. Quota ideal = 75m ²	Altura Max. 9m e divisa 9m. Taxa ocupação (T0) = 66,6%
	9034	01	Área especial	Proteção do Ambiente Natural	Regime urbanístico próprio definido por lei específica.	Regime urbanístico próprio definido por lei específica.
Ilha das Flores, Ilha Grande dos Marinheiros e do Pavão	9010 9020 9012 9022 9018 9024	01	Área especial	Proteção do Ambiente Natural	Regime urbanístico próprio definido por lei específica.	Regime urbanístico próprio definido por lei específica.

Fonte: PDDUA (2010).

Pelo regime urbanístico do PDDUA, a Macrozona 9 aponta que apenas a Ilha da Pintada possui atividade residencial reconhecida, além de atividade de proteção do ambiente natural. As demais ilhas, do Pavão, Grande dos Marinheiros e das Flores possuem atividade de Proteção do Ambiente Natural, contudo, o documento torna claro que o regime urbanístico das ilhas é próprio e definido por lei específica.

A APAEDJ conta com uma saga histórica dadas as alterações que sofreu, visando o emprego correto de uma UC que se adequasse às suas características, o que todavia, ainda não foi plenamente esclarecido e finalizado.

Desde sua instituição, o Delta apresenta o seguinte histórico: O Parque Estadual do Delta do Jacuí foi criado a partir do Decreto Estadual 24.385 de 14 de janeiro de 1976, tendo sua área ampliada para territórios dos municípios de Eldorado do Sul, Canoas, Nova Santa Rita e Triunfo, pelo Decreto Estadual 28.161 de 28 de Janeiro de 1979.

No mesmo ano, foi instituído o Plano Estadual do Parque Estadual do Delta do Jacuí (PLANDEL)¹⁴, com o objetivo de disciplinar a ocupação e usos através do zoneamento da área. O decreto previu um zoneamento baseando-se nas características e

¹⁴ Decreto Estadual 28.436 de 28 de fevereiro de 1979.

condições do meio que refletem o processo de ocupação. Foram propostas seis zonas distintas nas dependências do Parque: Zona de Reserva Biológica (ZRB); Zona de Reserva Natural (ZRN); Zona de Parque Natural (ZPN); Zona de Uso Restrito (ZUR); Zona de ocupação Urbana (ZOU) e Zona Crítica (ZC).

Em 2001 o Parque teve sua administração transferida da Fundação Zoobotânica para o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas¹⁵, a partir de Decreto Estadual¹⁶ que vedou intervenções em toda a área do Parque, exceto reformas na zona de ocupação urbana e na zona de uso restrito, desde que contassem com a autorização da administração do Parque.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado no ano de 2000, divide as UC's em dois grandes grupos, levando em consideração as características específicas em que se enquadram, sendo elas: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

De acordo com o SNUC, os Parques Estaduais têm por princípio a preservação¹⁷ de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, de forma que se possibilitem atividades de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Para Peck et al (2009), o PEDJ é de posse e domínio público, e as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a referida lei. Todavia, esta legislação foi implementada em data posterior a uma ocupação já consolidada, dificultando desta forma, a efetiva função do Parque.

Visando a efetiva função de Parque e adequação com as características territoriais de ocupação, foram criadas propostas para discussão de ações no local. A primeira proposta foi discutida em várias consultas públicas, juntamente com a comunidade, e encaminhada ao CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) em novembro de 2002. Neste mesmo ano foi votada e aprovada pelo CONSEMA, uma nova intervenção para a redefinição do Delta do Jacuí, onde a área ocupada seria desafetada, ou seja, deixaria de fazer parte do Parque (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

A proposta não se desenvolveu, tendo em vista que se formou um grupo de trabalho coordenado pelo DEFAP (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas),

¹⁵ Decreto Estadual 40.812 de 06 de junho de 2001.

¹⁶ Decreto Estadual 40.908 de 25 de julho de 2001.

¹⁷ De acordo com o art 2º da Lei 9985/2000, preservação é conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

composto por representantes das comunidades e entidades políticas e ambientalistas, que reivindicavam novas discussões de propostas.

Em 2004 foi aprovado, por unanimidade pelo CONSEMA, o Projeto de Redefinição dos Limites do PEDJ, com a proposta do DEFAP da criação de uma APA, e no seu interior uma área de Reserva Biológica, que substituiria o Parque. Para tal proposta o DEFAP apresentou as seguintes justificativas: a inviabilidade de remoção da população e a necessidade, por parte do poder público, de instalar serviços de estrutura urbana. Desta maneira a mudança de PEDJ para APAEDJ descartou a necessidade de remoção da população, além de possibilitar o aumento populacional e a construção de estruturas de serviços públicos e urbanos, uma vez que permitiu o uso do espaço para moradia.

Tal proposta foi aprovada por decreto estadual¹⁸, porém esta decisão gerou novamente, grande repercussão entre entidades ambientalistas (ONG's, comunidades, órgãos ambientais e outras entidades do Estado e da sociedade civil) sobre a forma de ocupação e interpretação das categorias de áreas de preservação para esta UC. Tendo em vista estes conflitos de disputa, a Câmara Técnica de Política Florestal e Biodiversidades aprovou, em dezembro do mesmo ano, a manutenção da categoria de Parque para proteção integral, inserida dentro de uma área de APA, categoria esta que permite o uso sustentável. Esta resolução possibilitou contemplar a realidade em que o PEDJ está inserido atualmente, tanto sob as formas de ocupação quanto as formas de preservação do seu ecossistema.

Para a Área de Proteção Estadual do Delta do Jacuí (APAEDJ), a legislação estabeleceu o Plano de Ações Emergenciais (PAE), que estabelece normas de licenciamento ambiental, sinalização e fiscalização para os municípios que integram a APAEDJ, o que possibilitou as diretrizes para as UC's previstas no Código Estadual do Meio Ambiente¹⁹ e as normas de licenciamento.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de UC voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. O principal objetivo desta categoria é a conservação de sítios de beleza cênica e a utilização racional dos recursos naturais. A característica marcante da APA é a possibilidade de manutenção da propriedade privada e o estilo de vida tradicional da região, onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver

¹⁸ Decreto Estadual nº 43.367, de 29 de setembro de 2004.

¹⁹ Lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000.

necessidade de desapropriação de terras. Esta estratégia é compatível com a realidade brasileira, uma vez que a falta de recursos financeiros para a desapropriação de terras limita a implantação e consolidação de outros programas de conservação.

Em 30 de junho de 2005, foi entregue o projeto de lei para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí, elaborado pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da SEMA. Assim, surge o desafio de construção do próximo Plano de Gestão para o PEDJ e seu entorno, criando um ambiente propício à introdução do processo participativo no planejamento urbano e habitacional que incorpore a população no processo decisório através da identificação dos atores e suas vocações (Cardoso et al, 2005).

Assim, a mudança de PEDJ para APAEDJ foi definida a partir da Lei Estadual nº 12.371/2005, que redefiniu os limites do PEDJ, e que este passaria a integrar a APAEDJ. O seu regulamento foi publicado em 2006, pelo Decreto Estadual nº 44.516. Ela foi criada como unidade de conservação pertencente ao grupo de uso sustentável e está assim caracterizada pela lei que a criou:

Art. 2º A Área de Proteção Ambiental – APA – Estadual Delta do Jacuí, constituída por terras públicas e privadas, tem por finalidade a proteção dos recursos hídricos existentes, em especial as áreas de influência fluvial, os ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual, com o objetivo básico de disciplinar processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, de forma a conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional. (art. 2º da Lei Estadual n.º 12.371 de 2005).

A criação da APAEDJ se justificou pelos seguintes critérios:

- ❖ Possui como núcleo uma área de Proteção Integral (PEDJ);
- ❖ Permite o uso dos recursos naturais de forma sustentável;
- ❖ Área não necessita em sua totalidade de posse e domínio público, podendo haver propriedades particulares;
- ❖ O plano de manejo é elaborado com a participação de representantes das comunidades e outras instituições, e implantado da mesma forma;
- ❖ Permite a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento comunitário;
- ❖ Disciplina a ocupação e uso do solo;

- ❖ Promove a resolução dos conflitos socioambientais;
- ❖ Legaliza a forma como o Parque sempre foi manejado;
- ❖ Constitui a zona de amortecimento do Parque, permitindo a instalação de estrutura urbana.

Mesmo sendo a medida mais apropriada e adequada com as características do Delta, a lei que criou a APAEDJ implicou em algumas alterações. Os proprietários das terras existentes em seus domínios, embora não sejam desapropriados, deverão utilizar os recursos de maneira sustentável, após a elaboração do Plano de Manejo. A sua implementação também alterou radicalmente o zoneamento proposto pelo PLANDEL, aumentando os espaços de conservação e transformando os espaços mais densamente ocupados em Área de Proteção Ambiental (APA).

Para tanto, as áreas do Parque juntamente com as áreas que foram anexadas no projeto de redefinição dos limites foram avaliadas quanto áreas de uso sustentável (as áreas de APA) e proteção integral (Parque), estando em conformidade com a Lei nº 9.985/2000, que deve obedecer os seguintes critérios:

- ❖ Regularizar a situação das áreas de ocupação urbana, permitindo que a população residente tenha condições dignas de habitação;
- ❖ Manter o papel exercido pelo complexo hídrico do Delta na conservação da biodiversidade e no equilíbrio ambiental da região metropolitana;
- ❖ Possibilitar ao Estado o exercício de seu papel na administração e controle de áreas protegidas;
- ❖ Conter a ocupação desordenada das ilhas e áreas continentais promovendo o desenvolvimento sustentável;
- ❖ Elaborar planos de manejo para a efetiva implantação das Unidades de Conservação;
- ❖ Captar recursos para implantação das Unidades de Conservação;
- ❖ Promover os meios de vida da população residente, possibilitando alternativas de obtenção de renda e melhorias na qualidade de vida.

Com a nova legislação, o antigo Parque Estadual do Delta do Jacuí se tornou uma Unidade de Conservação mista em duas categorias que se sobrepõem: parte da UC é Parque Estadual, e a outra parte é APA, tornando a área dotada de terras públicas e privadas. O Parque é uma unidade de proteção integral e uso restrito, formado por áreas de domínio público e com finalidade de preservação. E a APA corresponde a uma unidade de manejo sustentado, constituído por áreas públicas e privadas e permite uso e

ocupação humana desde que estejam de acordo com as características do ecossistema (BRASIL, 2000).

Contudo, a criação destas duas unidades de conservação deverá ser precedida de estudos técnicos, consulta pública, como forma de procedimento disciplinado previstos por lei. A administração é exercida por unidades administrativas, integrantes dos órgãos e entidades da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, admitindo-se organizações da sociedade civil de interesse público, mediante artigo 30 do Decreto 4.340 de 2002.

Em 2010 a SEMA aprovou o Plano de Ações Emergenciais (PAE), da APAEDJ, pela Portaria 007 de 03 de fevereiro de 2010. Este documento antecede o Plano de Manejo e deve ser inserido, na sua íntegra, no Plano de Manejo e no Plano Diretor dos municípios que compõem a APAEDJ. O PAE tem como objetivo definir medidas e ações para a busca de resultados em curto prazo, diferentemente do Plano de Manejo, que prevê ações e resultados a médio e longo prazo.

Relativo a esta pesquisa, encontram-se neste documento, algumas medidas a serem tomadas, tais como, comunicação com a prefeitura a respeito de todo e qualquer tipo de empreendimento, aterramentos e construções de moradias, com consultas à administração da UC para emissão de autorização do licenciamento. Outras medidas previstas no PAE remete ao ordenamento de ocupação e uso sustentável, por meio de verificação dos usos existentes na APA, limitações para as ocupações e construção de áreas de lazer, ordenando o sistema viário. Sobre os projetos com comunidades, o PAE prevê identificar as comunidades tradicionais, pescadores e quilombolas, possibilitar a continuidade de suas atividades de modo sustentável e proteger os elementos informativos históricos e sociais.

O PAE deu abertura ao processo de licitação para a efetivação do Plano de Manejo, determinando um prazo 12 meses para a conclusão, após a contratação da empresa por ele responsável. Tendo em vista que dois anos se passaram da publicação do PAE, e o Plano de Manejo ainda não tinha sido elaborado. Para a resolução desta causa, o Ministério Público teve de intervir, chamando uma reunião pública para a urgência da publicação do Plano de Manejo, que se realizou no mês de abril de 2013. O Plano de Manejo foi publicado no mês de junho de 2014, e no momento aguarda homologação.

Para melhor compreensão do histórico sobre as redefinições de limites e de legislação do parque é apresentado o quadro a seguir (Figura 8):

Figura 8: Histórico das Alterações da APAEDJ.



Elaborado por Amanda Bahi.

A APAEDJ é considerada patrimônio histórico do Estado, com exceção das terras concedidas aos clubes náuticos, ao porto e às terras da Ilha da Pintada, onde os moradores possuem título de propriedade por se tratar de população tradicional e que faz uso sustentável dos recursos naturais da área. Conforme Peck et al (2009):

Nesse recorte espacial, diferentes atores se relacionam com o meio, produzindo territórios alternativos àqueles previamente delimitados pela ótica do Estado. Podemos encontrar territorialidades funcionais, como a do Estado e seus equipamentos públicos, e a dos moradores sazonais com alto poder aquisitivo; e também territorialidades simbólicas, como a dos pescadores – que através do seu trabalho possuem um maior vínculo com o espaço vivido.

Dentro desta caracterização legal, temos que a APAEDJ possui uma legislação que, embora amparada por jurisdição de níveis distintos de poder, ainda apresenta brechas que permitem ser penetradas, e nós que impedem a resolução dos muitos problemas, contribuindo para os conflitos de ocupação do local.

Para Mullich (2011), a ausência de uma política ambiental é um dos obstáculos para a legislação ambiental, o que acaba contribuindo para o crescimento da legalidade no Brasil. O poder público é caracterizado por conflitos institucionais e não meramente legislativos. E os conflitos ligados aos interesses de grupos socioeconômicos evidenciam a falta de integração entre os órgãos públicos setoriais, agências públicas ligadas à exploração de recursos naturais e à promoção de proteção ambiental.

3.2.O Plano de Manejo

Os Planos de Manejo da APA e do Parque já deveriam ter sido elaborados a partir de 2008. Pela intervenção do MP, o Plano começou a ser elaborado através de estudos técnicos e reuniões temáticas com os moradores, atribuindo um caráter participativo. A publicação do Plano de Manejo do PEDJ já foi finalizada, e está aguardando a realização do Plano de APAEDJ, para homologação conjunta.

Para fins legais, a definição de Plano de Manejo, conforme art. 2º, inciso XVII da Lei do SNUC, compreende um documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Os Planos de Manejo das UC's do Delta do Jacuí representam um desafio muito grande para os seus gestores. Primeiramente pelo fato de atuar em uma ocupação historicamente consolidada, comprometendo o local de moradia das pessoas. Além disto compreende o desafio da elaboração do seu plano de manejo, que pretende movimentar as estruturas das atividades da pesca, dos resíduos sólidos, das empresas mineradoras, de turismo, entre outras.

A elaboração do PM foi realizada juntamente com representantes comunitários em um grupo denominado Câmara Temática, na qual o grupo se reúne para discutir

questões referentes às medidas necessárias à elaboração do plano. Os objetivos para o PM da APAEDJ estão dispostos no Figura 9 a seguir:

Figura 9: Objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ, elaborado pela Câmara Temática.

a) Ter normas e fluxos estabelecidos para a correta ocupação urbana do território	1. Auxiliar no estabelecimento e cumprimento de normas para a correta ocupação e utilização do território, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial
b) Órgãos atuantes, por meio de procedimentos e fluxos estabelecidos	
q) Dotar o território de infraestrutura básica adequada	
r) Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente	
t) Planos de Controle de Zoonoses elaborados e implementados	
u) Garantir o cumprimento das normas de navegação	
v) Atuação rápida e eficiente dos órgãos responsáveis em casos de acidentes	
s) Diminuição da quantidade de lixo existente nas águas	
c) Regularizar as ocupações em APP	2. Auxiliar no processo de regularização das ocupações em APP e áreas de risco, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis
d) Ter as áreas de risco insanável livres de ocupação	
e) Manter íntegros os banhados existentes na APAEDJ	3. Minimizar os impactos ao PEDJ, garantindo a conectividade entre os ambientes de áreas úmidas
f) Garantir a conservação dos locais de reprodução e berçário das espécies de peixes	
n) Diminuir a prática das atividades de caça e captura de fauna nativa na APAEDJ	

g) Garantir a legitimidade da prática da pesca artesanal por população tradicional residente	4. Contribuir com a instituição de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da identidade cultural local
o) Existência de políticas públicas em implementação voltadas à manutenção das práticas características da região	
j) Cultivos existentes na APA regularizados e corretamente manejados	5. Buscar inserção junto aos órgãos licenciadores visando à adequada instalação e operação dos empreendimentos, a fim de atender aos objetivos da APAEDJ
l Empreendimentos corretamente instalados e em adequada operação	
m) Garantir o não comprometimento dos ambientes de margem do rio, canais e cursos d'água	
i) Definir soluções adequadas a fim de amenizar os efeitos de alagamentos nos episódios de cheias	

Fonte: Adaptado de (SEMA, 2014)

Conforme os objetivos apresentados, percebe-se que estão contemplados para o PM, a ação de tornar adequadas as formas de ocupação urbana da APA (1-a), regularização das áreas de APP e remoção de áreas impróprias para moradia (2), diminuição da pesca (3), fortalecimento da identidade e cultura local através do fortalecimento da atividade da pesca (4). Conforme o objetivo 4, a identidade e cultura local conta apenas com os moradores pescadores, como se todos os moradores fossem pescadores. Controle dos empreendimentos, visando as atividades voltadas à mineração e agricultura, e por fim, propõe uma gestão integrada entre as duas unidades, APAEDJ e PEDJ.

Já os objetivos para a proteção do PEDJ estão discriminados pela seguinte relação (SEMA, 2014):

1. Preservar as áreas com cobertura vegetal natural e a diversidade dos ambientes;
2. Recuperar as áreas degradadas;
3. Efetivar a regularização fundiária;
4. Ordenar o turismo no entorno e uso público no parque;
5. Manter os serviços ambientais;
6. Fortalecer a identidade cultural local;
7. Estimular o ordenamento territorial da APAEDJ;
8. Aprimorar a estrutura institucional e a participação social visando à gestão integrada e participativa no Parque e na APA.

Para cada objetivo o PM apresenta estratégias, que servirão de subsídio para a devida proteção da UC. Para os objetivos propostos, chamam a atenção para este estudo a preservação das áreas de cobertura vegetal (objetivo 1), ou seja, não será feito nenhum tipo de uso, a proteção é integral. O objetivo 3 prevê a efetivação da regularização fundiária. Isto implica que as áreas de ocupação urbana localizadas nos limites do parque, deverão ser desapropriadas, ou repercutirão na alteração de áreas de parque para áreas de APA. Já o objetivo 6, de fortalecimento da identidade e cultura local visa a participação dos moradores da APAEDJ em atividades vinculadas ao PEDJ, apoio e criação de alternativas de renda para os moradores da APAEDJ e apoio à proposta elaborada pelos pescadores (SEMA, 2014)²⁰.

Em conversa com gestor do Delta, foram esclarecidas algumas questões que ainda ficaram em aberto após o estudo referente à legislação correspondente. Sobre a atuação do município de Porto Alegre, ou a não atuação, ela deve-se pelo fato de o PM ainda não ter sido publicado, o que inviabiliza a atuação dos zoneamentos de uso do solo conforme o PDDUA (2010). O bairro Arquipélago apresenta no zoneamento, apenas a Ilha da Pintada como área de moradia²¹. Foi informado de que a prefeitura de Porto Alegre está aguardando a publicação do PM para o provimento das diretrizes urbanas para o bairro Arquipélago, na sua totalidade.

Sobre a legislação que rege a APAEDJ, pode-se dizer que apresenta inúmeros detalhes que causam problemas à Unidade de Conservação. Estes problemas emitem

²⁰ Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí – Encarte III.

²¹ Ver Figura 9.

repercussão de grandes dimensões, à medida que afetam não apenas o ambiente e as áreas naturais que necessitam de proteção, mas também afetam a população que vive nos seus domínios. A legislação, uma vez criada repercute em impactos, tanto sociais como ambientais.

Corroborando com estes impactos, a APAEDJ ainda apresenta um histórico marcado por uma saga de alterações nas suas normas, permitindo assim, impactos ainda maiores, que tornam a situação desta UC numa espécie de ciclo vicioso e degradante, criado pelas próprias instituições legais. O governo, a natureza, a sociedade e as pessoas ainda têm muito a evoluir para chegarem a um senso comum sobre os destinos da APAEDJ, independentemente da publicação do seu Plano de Manejo, que com certeza trará mais uma série de impactos, definitivos ou não.

4. O BAIRRO ARQUIPÉLAGO

Constituído oficialmente pela lei nº 2022/59, o bairro Arquipélago conta com dezesseis ilhas, passando a fazer parte do Parque Estadual do Delta do Jacuí a partir do ano de 1976 (PMPA, 2014). Com o objetivo, ou tentativa de evitar a degradação ambiental e disciplinar a ocupação do bairro, que vinham se tornando crescentes, o governo do estado criou o PLANDEL, que designou os zoneamentos de uso e ocupação do PEDJ. Desta forma, o bairro passou a fazer parte da administração responsável pelo Parque, ficando a cargo da Fundação Zoobotânica (FZB).

O bairro Arquipélago é um dos bairros com características mais peculiares de Porto Alegre, tanto por seus atributos naturais, por estar inserido em uma UC, quanto pela condição histórica de sua população. Com vários problemas como altos índices de vulnerabilidade social e inundações, decorrentes dos períodos de alta precipitação, os moradores do bairro apresentam alternativas em atividades econômicas, como coleta de resíduos sólidos, atividade esta que alia fonte de renda e preservação da natureza (PMPA, 2014), além da pesca. O bairro possui uma população que mantém uma forte ligação com as águas, fazendo da natureza parte do seu modo de vida, constituindo suas moradias no local e formando uma cultura própria dos ilhéus.

4.1. Contexto histórico de ocupação do Bairro Arquipélago

A ocupação das ilhas se deu primeiramente por índios guaranis, no século XVI, conforme indicam fontes arqueológicas (PMPA, 2014). Com a crescente ocupação do Rio Grande do Sul, os índios partiram em busca de outras regiões. No século XVIII, as ilhas passaram a abrigar ancestrais escravos, as ilhas a saber, Saco Quilombo, Maria Conga, atual Ilha das Flores, e Ilha Maria Majolla. Esta ocupação é ainda pendente de estudo aprofundado, mas existem documentos datados do século XIX que comprovam a existência de população negra em 1810 e apresenta indícios de que esta ocupação é anterior a esta data.

Apesar da falta de registros sobre a ocupação histórica das ilhas por escravos, há registros de formas de resistência negra, como alforria, fugas, revoltas e a formação de alguns quilombos. Estes registros contam com denominações como arroio Quilombo, ilha Maria da Conga, ilha Maria Monjolla, arroio Congo, que apresentam marcas desta ocupação negra, além dos depoimentos dos moradores, conforme SEMA (2014).

De acordo com o Plano de Manejo, não existe uma categoria de moradores que constitua uma comunidade que represente esta ocupação de origem africana, sendo

reconhecida como comunidade tradicional nas ilhas, apenas os moradores tradicionais relacionados à pesca artesanal.

A ocupação de pescadores passou a se estabelecer a partir do início do século XIX, determinando a pesca como principal atividade econômica das ilhas, sendo o barco o meio de transporte por excelência. O crescimento de Porto Alegre passou a apresentar uma demanda maior de alimentos, e as ilhas foram ocupadas por famílias que produziam arroz, leite, hortaliças e também o pescado (SEMA, 2014). Com o desenvolvimento urbano da cidade, alterou-se também o modo de vida dos habitantes, sobretudo a partir da construção da Travessia Régis Bittencourt em 1958, que gradativamente reduziu o transporte fluvial e aumentou o fluxo do transporte rodoviário, facilitando o acesso das ilhas com os outros bairros de Porto Alegre. O Plano Piloto do Delta (1958) aponta que Porto Alegre era um grande centro comercial cujo crescimento indicava que a população apresentaria uma duplicação de sua contagem no período dos próximos 20 anos.

A Travessia Régis Bittencourt, construída com o objetivo de ligar Porto Alegre com a metade sul do estado, tinha o Lago Guaíba como obstáculo para a expansão dos fluxos, sobretudo de mercadorias. Esta travessia promoveu a superação dos limites físicos, e não repercutiu apenas na conexão entre Porto Alegre e o centro sul do estado, mas permitiu também a conexão entre as ilhas por meio de transporte rodoviário (MULLICH, 2011).

Por haver proximidade e facilidade de acesso ao centro da cidade, ocorreu também significativo aumento populacional. Buscou-se dados referentes à população do bairro, para os quais foram encontrados dados a partir do Censo de 1980 do IBGE, dispostos na (Tabela 1) a seguir.

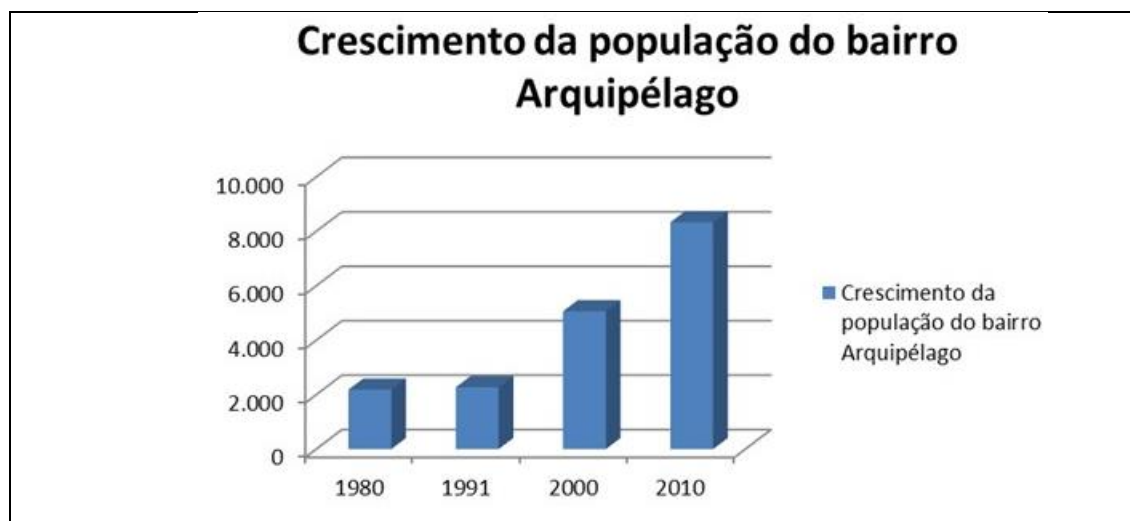
Tabela 1: Dados da população do bairro

Contagem da População	1980	1991	2000	2010
Bairro Arquipélago	2.183	2.270	5.061	8.330
Porto Alegre	1.125.477	1.263.403	1.360.590	1.409.351

Fonte dos dados: IBGE.

Se observarmos os dados da população em área, temos o seguinte gráfico.

Gráfico 1: Crescimento da população do bairro Arquipélago no período de 1980 a 2010



Fonte dos dados: IBGE.

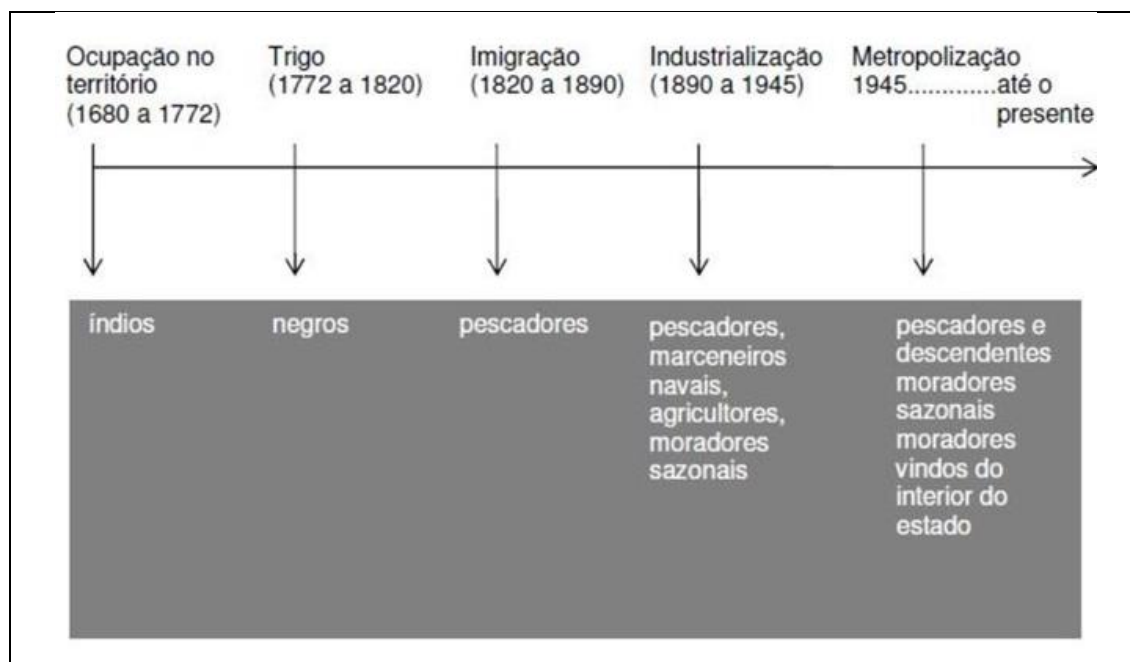
Conforme mostra o Gráfico 1, é possível observar que a população aumentou significativamente a partir de 2000.

Posterior à construção da travessia, em 1958, o crescimento da população demandou crescimento de estruturas urbanas, como vias de acesso, e estruturas de energia e abastecimento de água. As ilhas passaram a ganhar mais visibilidade e isto resultou numa mudança do seu padrão de ocupação. A população aumentou e se aproximou da estrada, e surgiram tanto sub-habitações como residências de luxo, seguidos por condomínios, clubes e áreas de lazer (CARDOSO, 2006). Dentre estes clubes destacam-se o Grêmio Náutico União, o Clube Navegantes São João, Marina das Flores, entre outros clubes com espaços para embarcações de barcos, lanchas e *jet skys*.

Conforme o PLANDEL (1979), a Ilha Grande dos Marinheiros passou a apresentar favelização no final da década de 1970, com o surgimento de pequenas vielas de traçado irregular, com espaço para passagem de carroças, falta de saneamento básico, rede de esgoto e depósito de lixo. Estes fatores contribuíram para más condições de moradia e saúde, sujeitando os moradores a doenças e infecções.

O estudo de Devos (2007), permite compreender que a ocupação histórica do bairro Arquipélago pode ser classificada em cinco etapas, partindo da presença dos índios, negros, pescadores, marceneiros, moradores sazonais até a chegada dos moradores de alta e média renda (Figura 10).

Figura 10: Linha histórica da ocupação urbana do Arquipélago desde a ocupação do território até o início da metropolização da cidade.



Fonte: Devos (2007) apud Müllich (2011).

Neste estudo o autor trata da questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos através de um panorama da transformação urbana dos últimos trinta anos no bairro Arquipélago, por meio de relatos de moradores sobre os conflitos que envolvem o uso de terras e águas da cidade. As alterações no bairro se originam com a urbanização de Porto Alegre, com a construção da Travessia Régis Bittencourt e as novas edificações destinadas à população de rendas média e alta.

O estudo de Mullich (2011), aponta que o histórico da urbanização do bairro apresenta duas fases: a primeira após a construção da Regis Bittencourt, com a tipologia das palafitas e barracos. Já a segunda fase se deu a partir de 2000, quando construíram-se as mansões dos moradores de média e alta renda. A Ilha Grande dos Marinheiros, por exemplo, passou a apresentar alterações na sua paisagem a partir desta data.

As transformações físicas identificadas a partir do ano de 2000 na Ilha Grande dos Marinheiros correspondem à diminuição das áreas verdes para construção de novas moradias, surgimento de vias e acessos, cercamento dos terrenos e tipologia das residências (Mullich, 2011, p. 55).

A criação da APA, em 2005 também potencializou a expansão imobiliária no bairro. Conforme Müllich (2011),

A ação do mercado imobiliário no bairro é evidenciada a partir de 2006 quando é criada a Unidade de Conservação de Uso Sustentável – APAEDJ, tornando a área dotada de terras públicas e privadas. É importante registrar que as ilhas da APAEDJ constituem patrimônio do Estado, com exceção das terras concedidas aos clubes náuticos, ao porto e incluindo as terras da Ilha da Pintada, cujos moradores possuem título de propriedade e cuja parte da ilha pertence ao município de Eldorado do Sul. As demais ilhas possuem um processo conflituoso de ocupação (legal/ilegal) caracterizada por invasões de moradores de baixa, média e alta renda (p. 20).

A configuração atual da moradia nas ilhas apresenta grande diferença em sua tipologia, tendo em vista que a Ilha da Pintada possui estrutura urbana e ocupação consolidada de pescadores, tendo grande notoriedade a Sede da Colônia de Pescadores Z-5. As demais ilhas possuem ocupação de baixa a alta renda, que se verificam a partir da diferença entre as tipologias de moradias.

Para SEMA (2014), a ocupação desordenada está associada à ocupação espontânea, que tem como principais características o precário padrão construtivo das habitações, com falta de saneamento, de sistema de drenagem da chuva, ausência de arramento ordenado e pavimentação. Estas habitações apresentam ainda, áreas com acúmulo de lixo, alta densidade populacional e falta de iluminação nas vias. Contudo, a ocupação das ilhas seguem também as lógicas da especulação imobiliária e da possibilidade de ocupação espontânea, resultando nas distintas classificações de padrões de moradia. Conforme a SEMA, (2014) existe uma tendência à “elitização” da ocupação. O diferencial destes tipos de ocupação é que as moradias de alto padrão construtivo levam tempo significativamente maior para ser construído, diferentemente das moradias de baixo padrão construtivo que são levantados em curto espaço de tempo, estratégia usada para contornar as medidas de fiscalização, que impedem que a obra seja concluída, caso se obtenha conhecimento da mesma.

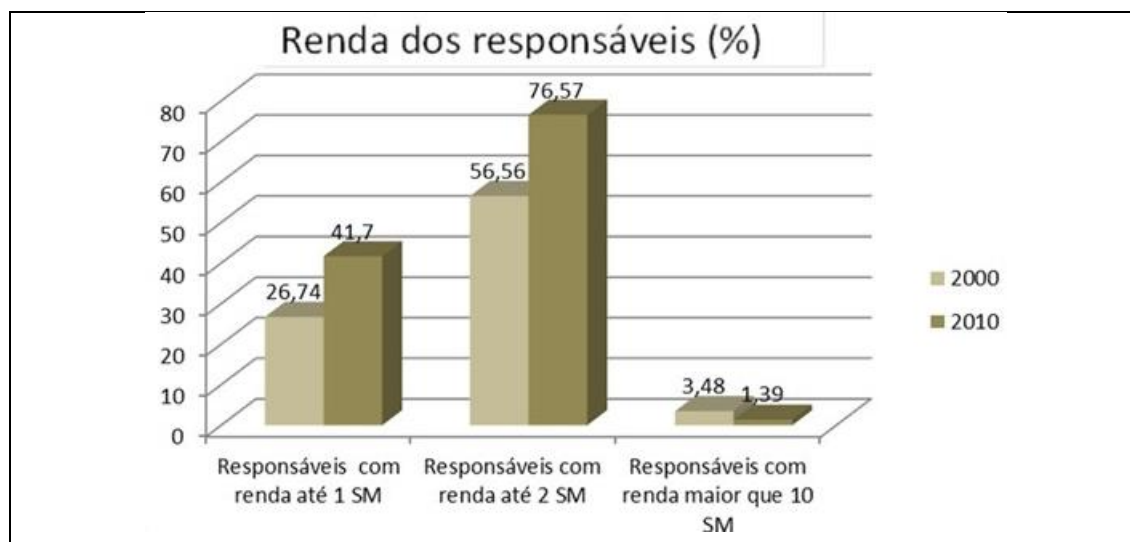
A lógica da especulação imobiliária e da ocupação desordenada está relacionada com o processo de metropolização pelo qual passou o município de Porto Alegre, sendo um dos fatores responsáveis pelas transformações sociais identificadas pelo aumento do número de habitantes vindos de outras localidades da capital, de cidades vizinhas e do interior do estado, aumentando e diversificando a população predominante do Arquipélago – os pescadores (MULLICH, 2011).

4.2. Caracterização socioeconômica do bairro

Para analisar como o perfil socioeconômico do bairro se apresenta, buscou-se dados da prefeitura de Porto Alegre e do IBGE, referentes à população, renda, domicílio, saneamento, saúde e educação. Considera-se importante observar estes dados a fim de verificar a partir deles, as condições sociais do bairro. Importante também verificar se os dados podem contribuir para demonstrar a diversidade da estratificação social do bairro.

O *site* da prefeitura de Porto Alegre disponibiliza dados referentes à renda do bairro. Dos dados disponibilizados, considera-se importante o índice dos responsáveis de família com renda de até 1 Salário Mínimo (SM), até 2 SM e maior que 10 SM. O Gráfico 2 a seguir mostra estes indicadores para os anos de 2000 e 2010.

Gráfico 2: Renda mensal dos responsáveis de família.



Fonte dos dados: PMPA (2014)²².

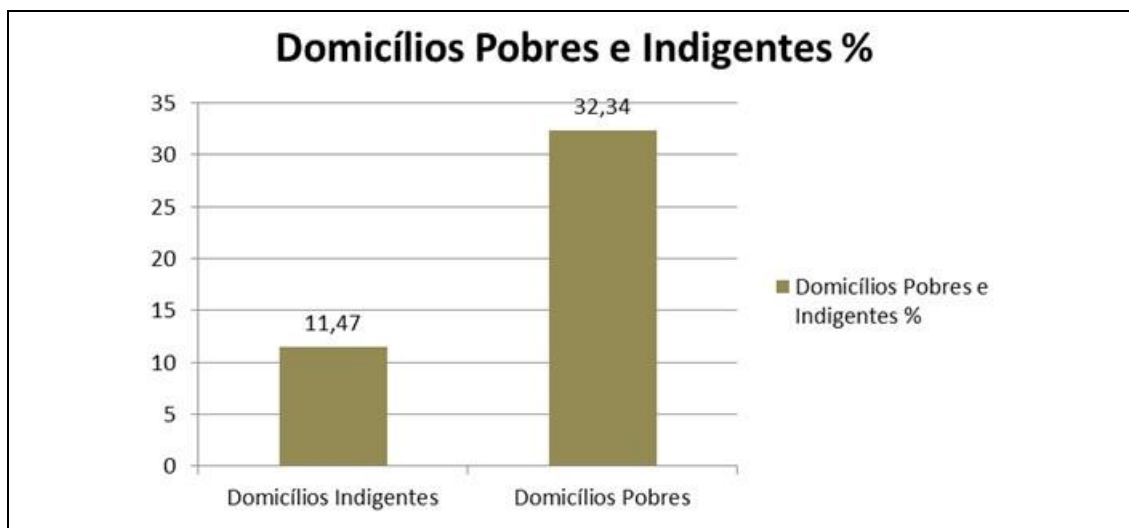
O Gráfico 2, sobre a renda dos responsáveis por famílias, em percentual no bairro, aponta que é grande o percentual de responsáveis com renda até 2SM (56,56% para 2000 e 76,57% para 2010), bem como indica uma população consideravelmente pequena cujo responsável possui renda maior que 10SM (3,48% para o ano de 2000 e 1,39% para o ano de 2010).

A prefeitura também apresenta a condição dos domicílios em Pobres e Indigentes, conforme a renda per capita. Foram considerados domicílios pobres os domicílios com rendimento per capita até meio (1/2) SM e domicílios indigentes com rendimento per capita até 1/4 SM. Para estes indicadores, o bairro apresenta 11,47%

²² <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

para domicílios indigentes e 32,34% para domicílios pobres, conforme apresenta o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Domicílios Pobres e Indigentes.



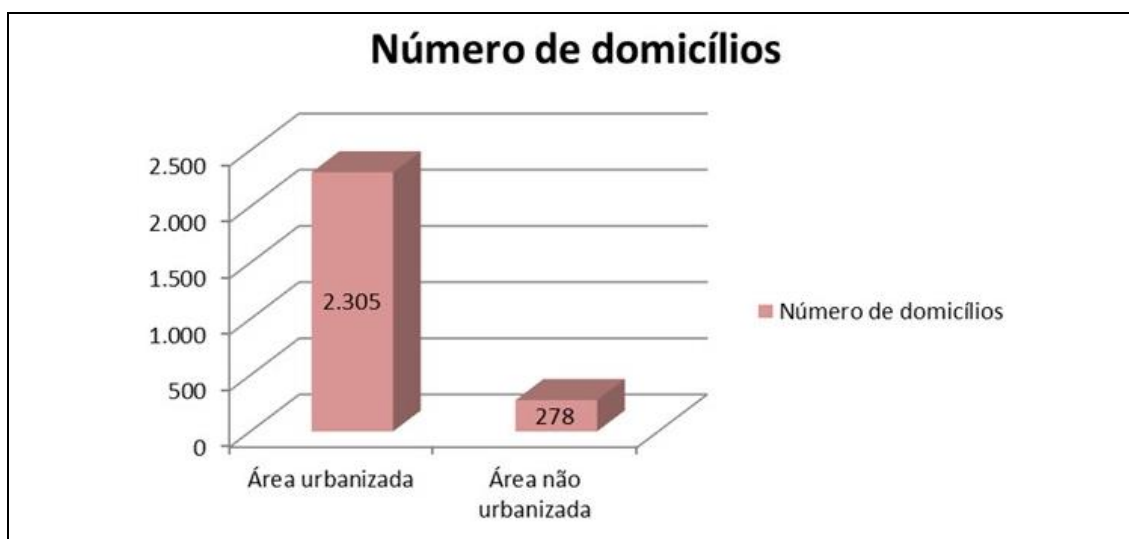
Fonte dos dados: PMPA (2014)²³.

Considerando que o percentual dos domicílios indigentes e pobres, quando somados, apontam um percentual de 43,81% dos domicílios do bairro. Um valor aproximado a 50%, representando praticamente a metade dos domicílios do bairro em condição precária, no quesito renda e domicílio. Isto significa que 56,19% dos domicílios do bairro encontram-se acima da linha da pobreza, conforme o critério utilizado pela prefeitura.

Sobre as condições e localização de ocupação e estrutura urbana, o IBGE aponta que 2.305 domicílios estão localizados em área urbana, urbanizada, e 278 domicílios encontram-se em área urbana não urbanizada. Estes domicílios correspondem, respectivamente, a 89,24 % e 10,76% da ocupação do bairro. Da população total do bairro, de 8.330 habitantes, 7.422 estão localizados em área urbanizada, e 908 em área não urbanizada, correspondendo respectivamente a 89% e 11% da população do bairro. Estes dados podem ser melhor visualizados a partir dos Gráfico 4 e Gráfico 5.

²³ <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

Gráfico 4: Domicílios em área urbanizada e não urbanizada



Fonte dos dados: IBGE

Gráfico 5: População residente em área urbanizada e não urbanizada



Fonte dos dados: IBGE.

A partir dos dados da população residente e a situação da área ocupada, percebe-se que a maioria da população e dos domicílios estão localizados em área urbana devidamente urbanizada. A população e os domicílios localizados em área não urbanizada são significativamente menores em relação à área urbanizada. Entretanto, há que se considerar que o bairro Arquipélago não apresenta estrutura urbana suficientemente satisfatória, tendo em vista as condições de regularização das áreas referentes à APA e Parque.

Referente ao saneamento básico, o IBGE apresenta os dados de 2010 referentes à forma de abastecimento de água, quantidade de banheiros por moradia e destino do lixo. Sobre a forma de abastecimento de água o IBGE aponta que de um total de 2.573 domicílios, 2.130 possuíam abastecimento, e 443 não possuíam. Sobre os domicílios que possuem abastecimento, seguem os dados dispostos na Tabela 2.

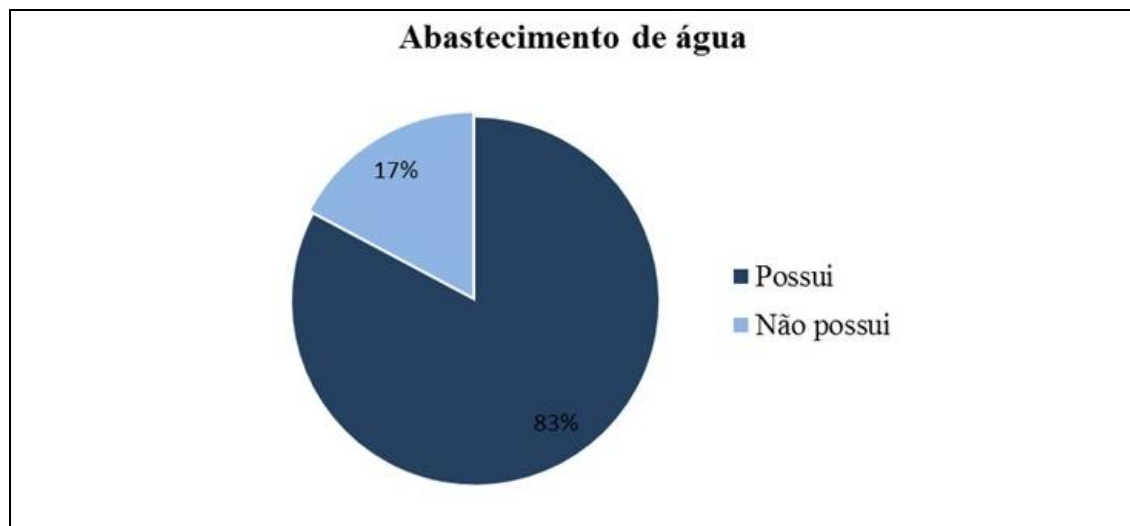
Tabela 2: Formas de abastecimento de água

Abastecimento de água	Nº de domicílios
Rede geral	2.097
Poço ou nascente na propriedade	1
Poço ou nascente fora da propriedade	1
Carro-pipa	21
Água de chuva armazenada de outra forma	1
Rio, açude, lago ou igarapé	7
Outra forma	2
Não possui abastecimento	443

Fonte dos dados: IBGE

O gráfico a seguir (Gráfico 6) apresenta a proporção de moradores do bairro por abastecimento de água no bairro, que conta com 83% dos moradores com abastecimento de água, e 17% ainda não possui.

Gráfico 6: Percentual de moradores com abastecimento de água



Fonte dos dados: IBGE.

A existência de abastecimento de água no bairro contempla a maioria dos moradores, entretanto, há que considerar que existem 443 domicílios registrados sem abastecimento de água, o que indica condições ruins de saneamento básico, podendo repercutir na saúde da população e na contaminação do ambiente. A Figura 11 mostra o abastecimento de água por caminhão pipa na Ilha Grande dos Marinheiros.

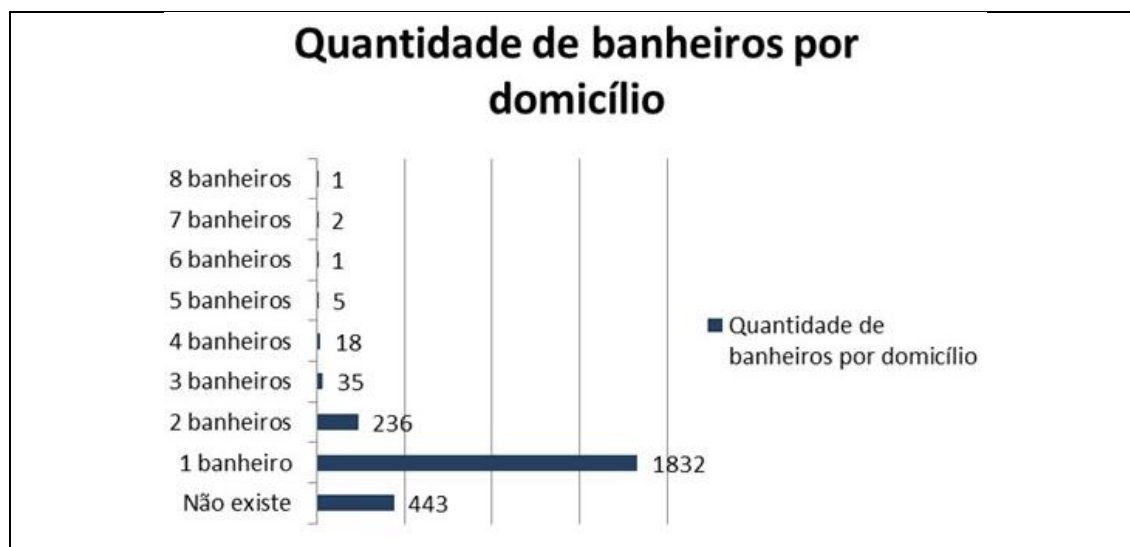
Figura 11: Abastecimento de água por caminhão pipa



Fonte: SEMA, 2014.

O IBGE também levanta a quantidade de banheiros por domicílio. Verificou-se a partir dos dados a existência de domicílios com 0 a 8 banheiros, conforme mostra o Gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7: Quantidade de banheiros por domicílio



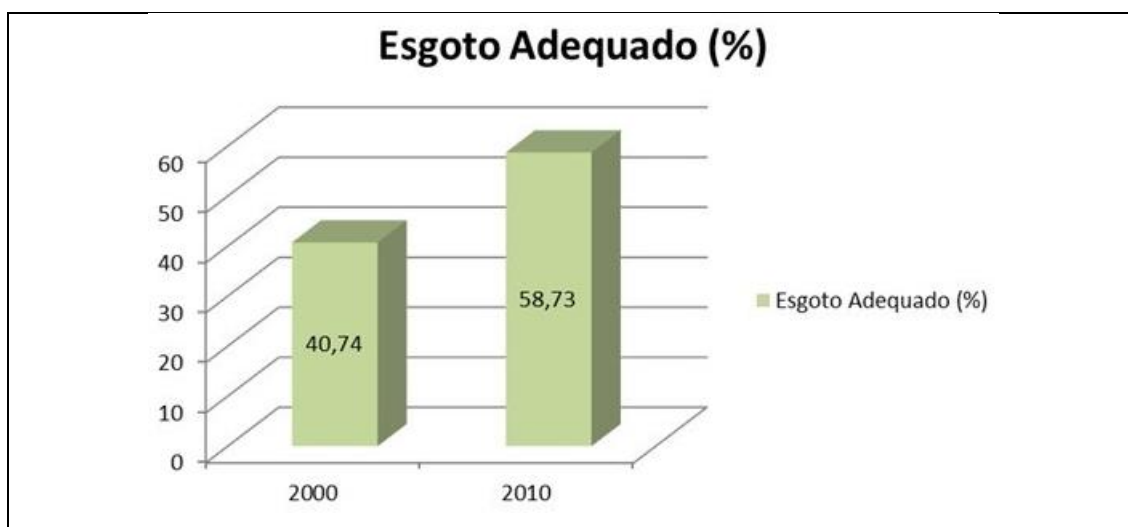
Fonte dos dados: IBGE.

Os dados apontam para predominância de domicílios com 1 banheiro (1.832), sendo de número significativo a existência de 2 banheiros (236). Existe um número significativo de domicílios com 3 a 4 banheiros (35 e 18) e 1 domicílio com 8 banheiros. O número de banheiros indica o quanto um domicílio apresenta em sua estrutura. Considerando a diversidade da estrutura social do bairro, os dados confirmam esta diferença, sendo inclusive, alarmante o número de domicílios sem banheiro.

Sobre o destino do lixo, os dados do IBGE apontam que a maioria dos domicílios possui coleta de lixo (2.536), sendo muito pouco representativo outras formas de coleta (86), como queima de lixo, enterro e depósitos em terrenos baldios ou rua.

Já para o quesito de esgotamento adequado, o bairro apresentava em 2000, um percentual de 40,74%, obtendo um aumento deste percentual para 2010, de 58,73% em relação ao total de domicílios do bairro, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Evolução de Esgoto Adequado



Fonte dos dados: PMPA²⁴.

O esgoto sanitário é considerado adequado quando a forma é por rede geral de esgoto pluvial ou por fossa séptica. Neste quesito, o bairro apresentou uma melhoria na infraestrutura, de 44,16%, de 2000 para 2010, mas é preciso salientar que o percentual de 2010 representa aproximadamente a metade dos domicílios do bairro com esgotamento adequado, um valor moderável para as condições de saneamento do bairro.

Sobre a educação, a página da prefeitura na internet dispõe na Tabela 3 seguinte situação referente à Taxa de Abandono Escolar no Ensino Fundamental.

Tabela 3: Taxa de Abandono Escolar no Ensino Fundamental

Abandono Escolar no Ensino Fundamental	2010	2011	2012
Indicador (%)	4,14	6,83	4,69
Valor Absoluto	79	128	84

Fonte: PMPA 2014²⁵.

²⁴ <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

²⁵ http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=46_8_0 De acordo com a fonte ditada, a fonte dos dados são do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

Sobre os dados de abandono escolar no Ensino Fundamental, pode-se dizer que esta situação piorou em 65,05%, de 2011 em relação a 2010, e consecutiva melhora de 31,30% de 2012 em relação a 2011. Conforme PMPA (2014), os melhores bairros para os anos analisados, correspondem respectivamente aos bairros Moinhos de Vento, Vila João Pessoa e novamente Moinhos de Vento, que apresentaram 0,00% de abandono escolar no Ensino Fundamental.

Já para o abandono no Ensino Médio, o bairro apresenta os seguintes dados para o período de três anos analisados (Tabela 4):

Tabela 4: Taxa de abandono escolar no Ensino Médio no Bairro Arquipélago

Abandono Escolar no Ensino Médio	2010	2011	2012
Indicador (%)	34,17	33,96	17,58
Valor Absoluto	68	72	32

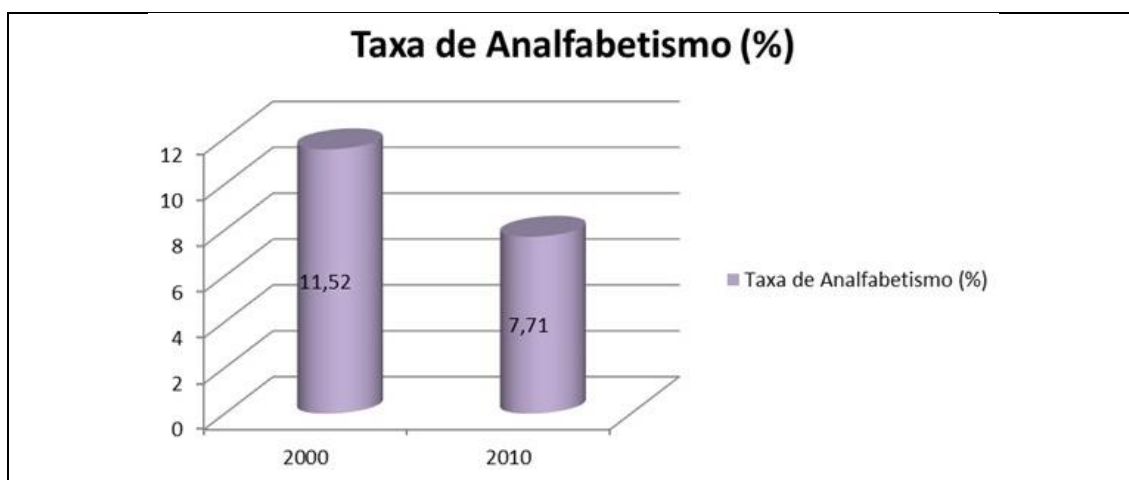
Fonte: PMPA (2014)²⁶.

Os dados apresentados apontam que a taxa de abandono escolar aumentou 0,61% de 2011 em relação a 2010, e diminuiu 48,24% de 2012 em relação a 2011. Para Porto Alegre, os melhores indicadores de abandono escolar no Ensino Médio correspondem aos bairros Glória, Lami e Humaitá, respectivamente, no período analisado, com 0% de índice para os três bairros.

Sobre a taxa de analfabetismo, o site da prefeitura considera esta taxa tendo como referência a população maior de 15 anos analfabeta em relação ao total da população do bairro. Para estes valores, a taxa de analfabetismo de 2000 apresenta 11,52% e para 2010, a taxa é de 7,71%, apresentados no Gráfico 9 a seguir:

²⁶ http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=46_8_0

Gráfico 9: Taxa de Analfabetismo

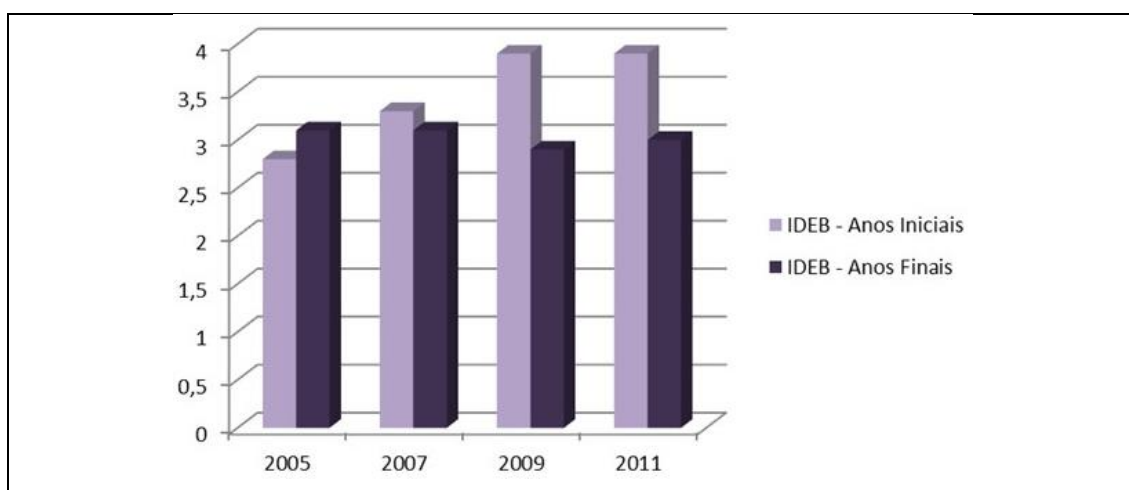


Fonte dos dados: PMPA²⁷.

Observando os dados, percebe-se que a taxa de analfabetismo diminuiu, indicando uma melhoria na educação, entretanto, os valores são alarmantes se comparados aos outros bairros. Os melhores valores correspondem a 0,44 para o bairro Boa Vista, em 2000, e 0,26 para o bairro Rio Branco, em 2010.

O bairro apresenta dados para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede pública. O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados realizados por alunos dos 4^a e 9^o anos do Ensino Fundamental. Este índice varia de 0 a 10, indicando maior rendimento escolar, conforme maior for o índice. Os indicadores do IDEB no bairro Arquipélago estão apresentados no Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10: IDEB para Anos Iniciais e Anos Finais



Fonte dos dados: PMPA²⁸.

²⁷ <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

²⁸ <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

De acordo com o gráfico, é possível verificar que o desenvolvimento da educação na rede pública do bairro manteve-se crescente para os anos iniciais, apresentando índices de 2,8 em 2005 a 3,9 em 2011. Os valores são consideravelmente baixos, entretanto, o maior valor corresponde ao bairro Moinhos de Vento, que apresentou índice de 6,6 em 2009. Já para os indicadores referentes aos anos finais, o IDEB se manteve constante, com taxas de 3,1 em 2005 a 3,0 em 2011, indicando um desenvolvimento inferior se comparado aos anos iniciais e ao bairro Farroupilha, que apresentou o maior índice, de 5,5.

Sobre o quesito saúde, dentre os dados que a prefeitura de Porto Alegre disponibiliza, considera-se relevante a informação sobre gravidez na adolescência. De acordo com os dados do site, foram considerados os números de nascidos vivos, filhos de mães com até 19 anos de idade. Os índices apresentam um percentual consideravelmente alto, se comparado ao melhor índice de outros bairros, que apresentam 0% para cada ano analisado (Tabela 5).

Tabela 5: Gravidez na adolescência

Ano	Indicador (%)	Valor Absoluto	Bairro com melhor valor
2004	26,19	44	Pedra Redonda – 0%
2006	28,81	34	Farroupilha – 0%
2008	30,3	30	Pedra Redonda – 0%
2010	21,01	25	Auxiliadora – 0%
2012	23,66	31	Jardim Isabel – 0%

Fonte dos dados: PMPA²⁹.

Para analisar os indicadores sociais disponibilizados pela prefeitura, tem-se como medida de avaliação a Bússola do Desenvolvimento³⁰. Neste aplicativo, disponível na página da prefeitura de Porto Alegre na internet, pode-se verificar o nível de desenvolvimento humano dos bairros e regiões de Orçamento Participativo a partir de quatro dimensões: Humano, Urbano e Ambiental, Cidadania e Econômico. Os dados apresentados na bússola foram obtidos através de uma pesquisa de percepção, dados primários e secundários (PMPA, 2011).

Segundo informações do aplicativo, compreende-se por Desenvolvimento Humano os processos e recursos na sociedade que ampliam e capacitam as potencialidades humanas a partir da valorização de diferentes dimensões do ser humano. A ideia é avaliar o desenvolvimento da sociedade através da leitura de dados que indiquem as condições de condição social e de dignidade humana. Para a dimensão da

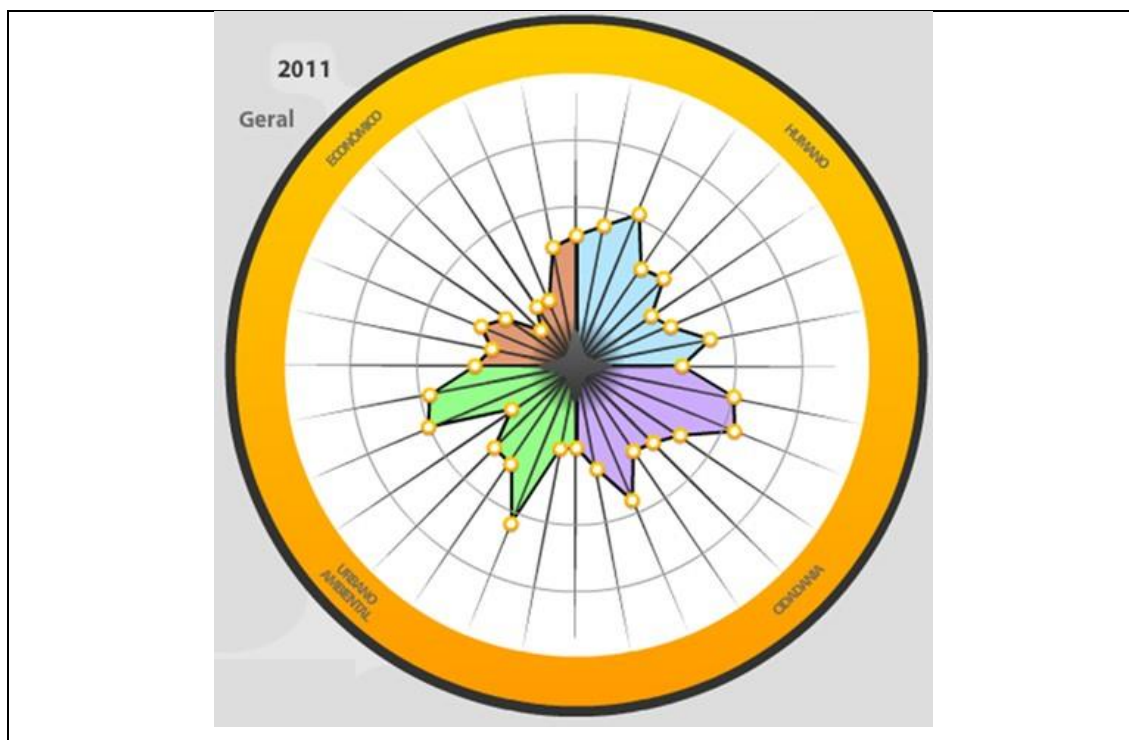
²⁹ <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>

³⁰ Para saber mais sobre esta ferramenta: <<http://ehles.com/bussola/about.php>>

cidadania, atribui-se aos direitos políticos, civis e sociais, (PMPA, 2011). Para as dimensões Urbano e Ambiental e Econômico a prefeitura não apresentou referências.

A Bússola do Desenvolvimento para o Bairro Arquipélago está disposta na Figura 12, com dados do ano de 2011.

Figura 12: Bússola do Desenvolvimento do Bairro Arquipélago



Fonte: PMPA, 2014³¹.

A Bússola do Desenvolvimento avalia o índice de desenvolvimento humano a partir das quatro dimensões e das circunferências no interior da bússola. A primeira circunferência (do centro para fora) indica valores que vão de 1,00 a 4,99. Se a mancha estiver localizada nesta área, isto indica um nível de baixo desenvolvimento. A segunda circunferência indica valores que vão de 5,00 a 7,49, correspondendo a um nível de médio desenvolvimento. E a terceira circunferência (localizada próximo à circunferência da bússola) indica valores que vão de 7,50 a 10,00, que correspondem a um nível de alto desenvolvimento.

De acordo com os dados apresentados na bússola, o bairro Arquipélago apresenta baixo nível de desenvolvimento em todas as dimensões. Para as dimensões Humano e Econômico a mancha ocupou a primeira circunferência, sendo que na dimensão Econômica a mancha ocupou posições muito próximas do centro, o que indica baixíssimo nível de desenvolvimento. Já nos quesitos Urbano e Ambiental e

³¹ Bússola do Desenvolvimento do bairro Arquipélago disponível no endereço: <<http://ehles.com/bussola/bussola.php?id=16#geral>>

Cidadania, a bússola chegou a apresentar mancha na segunda circunferência, entretanto, a mancha encontra-se na sua maior parte, na primeira circunferência. A bússola para a orientação das condições de desenvolvimento humano do bairro Arquipélago apresenta índices muito baixos, demonstrando a realidade de precariedade e vulnerabilidade das condições sociais deste bairro.

Analisando as características socioeconômicas do bairro a partir de dados, é possível perceber o bairro apresenta precariedade para as estruturas de urbanização e questões como educação, renda e saúde, sendo estes dados coerentes com o que diz o aplicativo da Bússola do Desenvolvimento. Já as formas como se expressam as diferenças socioeconômicas não são verificadas a partir dos dados, destoando com a realidade aparente. Assim, é possível verificar a partir destes dados, que existem populações diferenciadas em condições sociais e econômicas.

Em casos como este, é imprescindível uma caracterização a partir da paisagem, sobretudo a partir de uma verificação qualitativa do bairro, como o tema desta pesquisa, das representações sociais dos moradores.

5. OS MORADORES

O bairro Arquipélago apresenta um quadro de moradores muito diversificado. Isto muito se deve pela forma de como se deu o processo de ocupação do bairro, como visto no capítulo anterior. A beleza cênica, o contato com a natureza e a proximidade da cidade qualificam o alto potencial em qualidade de vida. Isto se justifica pelo motivo que seus moradores lutam na permanência em suas moradias, mesmo após as resoluções do Plano de Manejo.

Segundo Mullich (2011), o bairro Arquipélago possui uma população formada por pescadores, catadores de lixo, prestadores de serviços gerais, fiéis ao culto afro-brasileiro, pastores evangélicos, domésticas, pequenos comerciantes, caseiros, professores, advogados e grandes empresários.

Considerando a diversidade dos moradores, desde seus domicílios às suas práticas socioculturais, o bairro apresenta diversas manifestações culturais levantadas por seus moradores. Para a elaboração deste estudo, considerou-se, portanto, a classificação dos grupos como: pescadores (moradores considerados tradicionais), moradores de baixa renda, e moradores de renda média a alta. A justificativa para esta classificação se dá pela diferenciação das tipologias das moradias dos moradores de baixa e média a alta renda, e pela relevância dos pescadores, por se enquadrarem na condição de moradores tradicionais. Conforme SEMA (2014),

Os núcleos de ocupação nas áreas da APAEDJ se caracterizam por uma acentuada complexidade social, com moradias que variam de alto padrão construtivo a um padrão totalmente inadequado, áreas com resquícios rurais ubifamiliar a condomínios habitacionais de alto padrão.

De acordo com SEMA (2014), as unidades habitacionais podem ser classificadas como:

- ❖ Domicílios de alto padrão construtivo (ocupação ordenada);
- ❖ Domicílios adequados para moradia (ocupação ordenada);
- ❖ Domicílios inadequados para moradia com características de aglomerado subnormal (ocupação desordenada);
- ❖ Aglomerado rural;
- ❖ Domicílios e benfeitorias rurais isolados.

O estudo feito pela SEMA para o Plano de Manejo do Parque apresenta unidades habitacionais que coincidem com os grupos designados nesta pesquisa, a exceção do aglomerado rural e domicílios e benfeitorias rurais isolados, que não foram

representativos para a escolha dos grupos mencionados. A classificação de unidades habitacionais confere a esta pesquisa a definição dos grupos de moradores, para os quais têm suas características abordadas a seguir.

5.1.Os Pescadores

Os pescadores do bairro Arquipélago, sobretudo a Ilha da Pintada, onde está localizada a Colônia de Pescadores Z-5, possuem moradia regularizada por se tratar de uma comunidade tradicional que desempenha uma atividade que, além de sustentável, é milenar: a pesca artesanal.

As localidades do bairro ocupadas por pescadores apresentam tipologia de residências simples, sem a precariedade ou beleza de padrão construtivo excessivos dos moradores de baixa e média a alta renda, respectivamente.

Conforme o Decreto n.º 6.040 de sete de fevereiro de 2007, são considerados povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

De acordo com o SNUC, se a população tradicional não puder permanecer no local, ela deve ser realocada. Como a unidade de conservação em que está inserida a população tradicional, se trata de uma APA, não há desacordo com a lei, portanto, os pescadores não sofrem a ameaça de remoção. Os pescadores do bairro são organizados pela Colônia de Pescadores Z-5 (Figura 13) e uma cooperativa denominada COOPEIXE.

Figura 13: Sede da Colônia Z-5, localizada na Ilha da Pintada



Fonte: Adaptado de SEMA (2014).

Os pescadores mantêm-se organizados por estas instituições, além de possuírem uma banca no Mercado Público de Porto Alegre (Banca 63). Na Colônia Z-5 mantêm um restaurante aberto aos domingos e anualmente participam da Feira do Peixe na época da Semana Santa. A Feira do Peixe tem uma festa de inauguração na Colônia Z-5, antes de iniciar a feira no Largo Glênio Peres em Porto Alegre, onde também é comercializada a tradicional Tainha na Taquara.

Na pesca, o conhecimento tradicional é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer, que são transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais. São também responsáveis por assegurar a reprodução de seu modo de vida. É constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade (DIEGUES, 2004).

Como observado em campo, as moradias dos pescadores apresentam aspecto simples quanto à sua tipologia. Não se observa extrema precariedade nem extrema exuberância arquitetônica. Alguns elementos referentes à atividade da pesca são perceptíveis, como a presença de barcos (Figura 14) e placas que informem a atividade comercial da pesca (Figura 15).

Figura 14: Residência localizada na Ilha da Pintada, próxima à margem do Lago Guaíba.



Fonte: Amanda Bahi.

Figura 15: Residência localizada na Ilha da Pintada, à margem do Lago Guaíba.



Fonte: Amanda Bahi.

A moradia dos pescadores não se encontra em risco de ser realocada, contanto que esteja localizada em área de APA. Mas seu modo de vida está em iminência de sofrer alterações, tendo em vista que alguns locais em que os pescadores exercem a pesca apresentam alguns impedimentos legais, por fazerem parte do PEDJ, cujas áreas correspondem a unidade de proteção integral. Compreende-se que os corpos d'água que integram o Parque, correspondem a uso estritamente para fins de pesquisa científica e educação ambiental, não sendo permitida à extração dos recursos naturais, dificultando a atividade da comunidade tradicional.

Conforme reunião com gestor da SEMA, o Plano de Manejo não previu exatamente como ajustar a situação da atividade dos pescadores. Porém, se sugere que sejam utilizadas medidas que viabilizem o uso de tais recursos por esta população, através de Termo de Compromisso, enquanto não for solucionada a medida adequada e definitiva para esta questão.

5.2.Moradores de Baixa Renda

O Delta possui dois atrativos fundamentais para a população de baixa renda. Estes atrativos correspondem à proximidade com a cidade, que garante maior acesso à condições de trabalho e a serviços básicos como de educação e saúde, e a proximidade com a natureza, que favorece maior sensação de bem-estar e qualidade de vida. Para os moradores que vieram do interior do estado, em busca dos benefícios da cidade, a proximidade com a natureza também remete ao local de onde vieram, onde possuíam

maior contato com a vegetação, os cursos d'água, os animais e as ruas sem pavimentação, calçamento e com menor quantidade de construções e poluição sonora.

Os moradores de baixa renda do bairro Arquipélago carregam as dores de um episódio ocorrido na década de 1980. A produção do documentário “Ilha das Flores” de Jorge Furtado, apresenta de maneira fictícia, um local denominado Ilha das Flores, onde as pessoas genuínas se alimentam de restos de alimentos. Este local, exibido erroneamente, de maneira proposital, trazia reproduções visuais da Ilha Grande dos Marinheiros, no cenário do documentário. Presume-se que a ideia do diretor consistia em fazer um paradoxo do local com o nome. Assim, a chamada Ilha das Flores, foi cenário de um episódio chocante de miséria humana, onde aparecem pessoas extremamente pobres se alimentando dos alimentos dados aos porcos, fazendo contraponto com a impressão do nome do local ao ambiente. Com “flores” no nome, mas o local apresenta aspecto de cheiro desagradável.

Este ocorrido traz vergonha e revolta aos moradores da Ilha das Flores e da Ilha Grande dos Marinheiros. Isto porque o documentário marcou o lugar e os moradores com um estigma de muita miséria. Muitos moradores reclamam da maneira como foram convencidos a contribuírem para o documentário, e como estão pagando o preço até os dias de hoje: com o preconceito e discriminação que sofrem, sobretudo quando vão procurar emprego. Muitos alegam que são vistos com maus olhos quando informam o local onde moram.

São considerados nesta pesquisa, por grupos de moradores de baixa renda, em geral o grupo de pessoas que possuem suas residências precárias, muitas à beira da rodovia e dos cursos d'água que permeiam o Delta. São formadas, na sua maioria, por pessoas que têm suas práticas socioculturais associadas à coleta de resíduos sólidos, provenientes dos outros bairros de Porto Alegre. Existem moradores que não estão vinculados a esta atividade, exercendo outras atividades de ofício que não à coleta e triagem de lixo, mas salienta-se esta atividade porque ela apresenta características marcantes no bairro, como o acúmulo de resíduos sólidos nas proximidades das moradias, como mostra as Figura 16 e Figura 17.

Figura 16: Residências com carroça e material de resíduos sólidos no pátio. Ilha Grande dos Marinheiros



Fonte: Amanda Bahi

Percebe-se a presença de atividade de catadores de resíduos sólidos. O uso do carro pode ser feito diretamente pela pessoa (Figura 17), ou por tração animal, para qual atividade se utilizam cavalos.

Figura 17: Carro abastecido com material de resíduos sólidos em frente a uma residência, na Ilha do Pavão



Fonte: Amanda Bahi.

Torna-se importante salientar que a atividade relacionada à coleta de resíduos sólidos foi instalada no bairro por iniciativa da prefeitura. De acordo com Frantz (2010), a aceleração da ocupação de população de baixa renda nas áreas do Delta e o estopim da atividade da coleta de resíduos sólidos foi consequência da implementação de um “lixão” que a prefeitura instalou em 1973. Tendo suas atividades encerradas em 1976 pela prefeitura, “lixão” não está mais em funcionamento, porém as pessoas que

exerciam esta prática deram continuidade, por meio do conhecimento adquirido e da alternativa de renda.

Para estes moradores, a problemática que envolve a não permanência no Delta vai além da localização de suas moradias. Ela também compreende o trabalho dos catadores, já que a manutenção de resíduos sólidos não está em conformidade com as atividades previstas permitidas em unidades de conservação. Ainda que seja uma atividade sustentável, que gera renda e emprego para uma parte da população que obtém do lixo a sua fonte de renda, tal ação deverá realizar-se em áreas distante de Área de Preservação Permanente (APP) e mediante licenciamento ambiental. Ocorre que a maioria da APA está constituída por APPs, sejam da espécie margens de cursos d'água, sejam da espécie banhados.

Dentro deste contexto, cabe à prefeitura de Porto Alegre tomar alguma providência para gerar alternativas de trabalho para esta população. As medidas tomadas foram baseadas a partir da Lei dos Carroceiros, que consiste na redução gradativa de carroceiros nas ruas de Porto Alegre e na sua transposição para outros mercados de trabalho. Para Frantz (2010), essa “transposição” da lei é vaga, pois fala em apenas uma política pública de transposição anual que contemple a todos os condutores, porém se sabe que as pessoas que praticam atividades com lixo, a fazem pois não encontram alternativas formais para a sua inserção na economia, além de atingir aproximadamente 50 mil pessoas direta e indiretamente.

A lei que proíbe carroceiros operando as atividades de coleta passou a vigorar em setembro de 2013, mas prevê um calendário gradativo para a efetiva proibição das carroças e carrinhos. Conforme notícia divulgada pela mídia³², o bairro Arquipélago tem o prazo estendido para a proibição até junho de 2015. A alternativa prevista pela prefeitura consiste na oferta de bolsas de estudos em cursos profissionalizantes em parceria com a Celulose Riograndense, além de indenização por carrinho e carroça entregues.

5.3. Moradores de Média a Alta Renda

Assim como para os outros grupos de moradores citados anteriormente, para este grupo o Delta representa a possibilidade de estar em contato próximo com a natureza e usufruir da proximidade do centro urbano. É comum atribuir aos moradores de média a alta renda do bairro Arquipélago, que suas moradias utilizam-se para fins de lazer e

³² Divulgado em Diário Gaúcho. Disponível em: <<http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2013/10/carroceiros-estao-proibidos-de-circular-em-31-bairros-de-porto-alegre-286881.html>>

temporadas de descanso, de forma que já empregou-se o termo de moradores sazonais para referenciar estes moradores. Contudo há muitos moradores de média a alta renda que possuem moradia fixa no bairro. Independentemente de ser uma segunda moradia ou não, as mansões exuberantes às margens do Guaíba, atribuem ao uso da APAEDJ uma moradia de lazer voltada para a natureza. Para esta pesquisa, considera-se moradores de média a alta renda os moradores que possuem casas de padrão de luxo (Figura 18 e Figura 19), sejam elas moradias fixa ou sazonal.

Figura 18: Moradia à beira do Lago Guaíba nas ilhas do Delta



Fonte: Rene Hass³³

Figura 19: Moradia de luxo à beira do Lago Guaíba nas ilhas do Delta



Fonte: Rene Hass

Existem no bairro, clubes náuticos e marinas (Figura 20) onde são guardados barcos de passeio, que configuram o Delta como opção para lazer.

Figura 20: Marina localizada próxima a moradias de baixa renda. (Ilha do Pavão)



Fonte: Amanda Bahi.

A presença de moradores de média a alta renda foi identificada no bairro a partir do ano de 2000. De acordo com Mullich (2011), a chegada deste tipo de moradores

³³ Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1487967>

diversificou a população da Ilha Grande dos Marinheiros, que era composta por pescadores e moradores de baixa renda. O modo de vida desses moradores é de maior diversidade, não havendo formação de uma classe que os represente por exercer alguma atividade no Parque, exceto a de lazer.

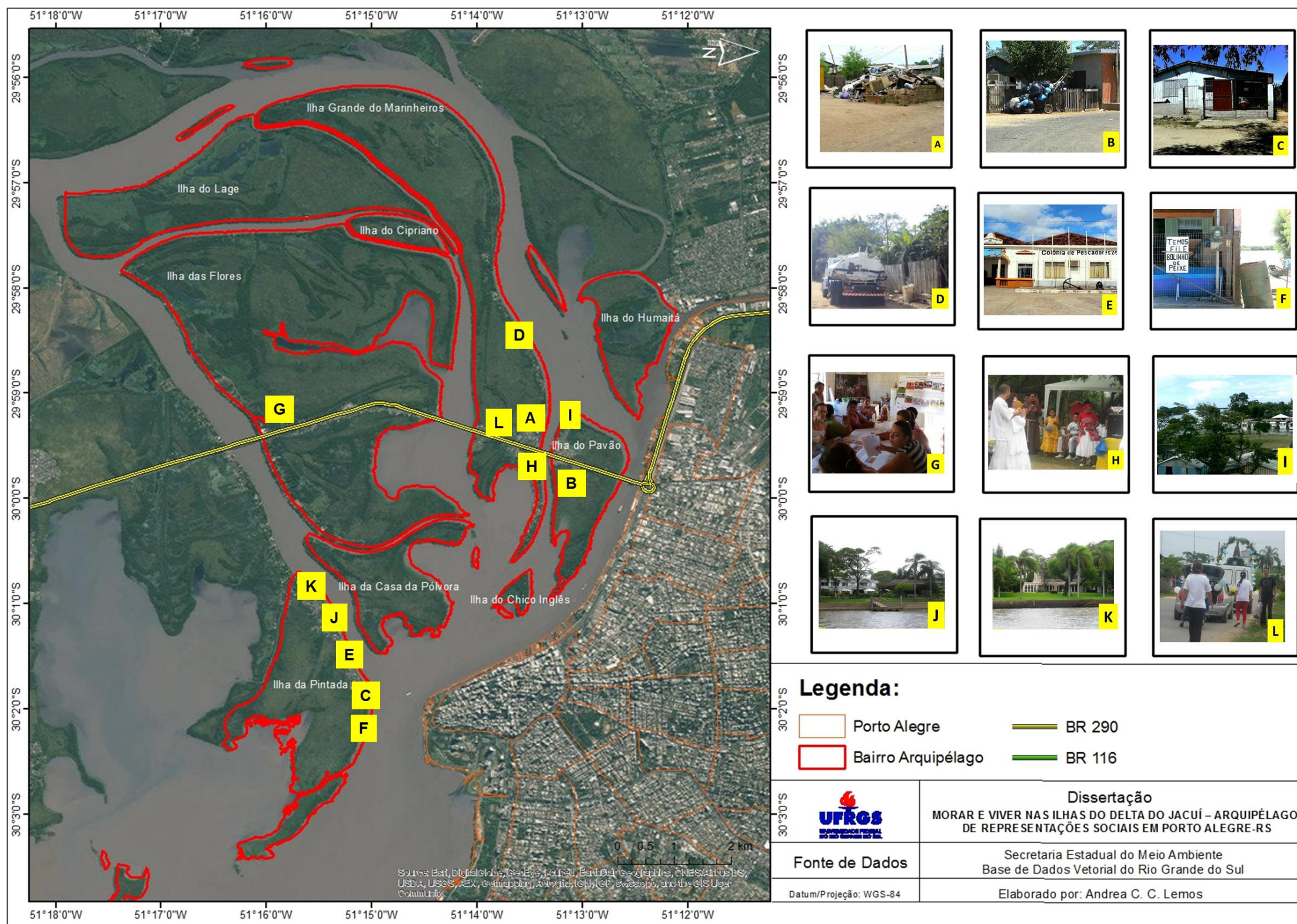
Da ocupação de moradores de média a alta renda, diz-se que possuem maior conhecimento, ou consciência em relação ao que se chama de preservação da natureza. A esta consciência atribui-se ao fato de possuírem maior poder aquisitivo, maior índice de escolaridade e melhores condições de vida. Porém, a edificação de residências nas áreas do bairro, para se considerarem como edificações resistentes, necessitam de maiores estruturas que permitem manter suas condições estruturais. Estas estruturas se referem a planos e projetos de engenharia e arquitetura, que precisam de maiores investimentos para serem elaborados e projetados, fator este, evidentemente, os moradores de baixa renda não possuem.

As construções de residências no Bairro Arquipélago podem sim, ser projetadas com boas estruturas e oferecer boas condições de moradia aos seus proprietários. Mas estas obras podem alterar e comprometer o ambiente de uma UC, logo, um local que tem sua preservação e conservação justificadas por lei.

6. CAMINHOS PERCORRIDOS NO DELTA

Durante o processo de pesquisa foram realizados trabalhos de campo, participações em projeto de pesquisa, reuniões públicas, eventos de manifestações culturais, encontros com moradores, representantes comunitários, gestores técnicos e os grupos focais. Estes encontros foram necessários à compreensão das problemáticas em questão, bem como à verificação das informações disponíveis sobre a APA e o Parque, visando o direcionamento da pesquisa aos objetivos propostos. Algumas imagens com as respectivas localizações no bairro estão representadas na Figura 21.

Figura 21: Mapa de localização das fotos no bairro Arquipélago.



6.1. Participação em Projeto de Pesquisa

No primeiro ano da pesquisa tomou-se conhecimento de um projeto envolvendo os moradores da Ilha das Flores, realizado pelo Grupo de Gestão de Riscos e Desastres (GRID³⁴). O projeto chamado: *O olhar da comunidade*³⁵, fez parte de uma pesquisa voltada ao tema de percepção de risco, em que foram realizadas atividades com os moradores, valorizando suas histórias de vida e reconhecimento do ambiente em que vivem e das condições de moradia.

As fotos mostram momentos das atividades com os moradores. A Figura 22, mostra uma atividade realizada na associação dos moradores, na Ilha das Flores, e a Figura 23, uma atividade realizada nas dependências da (UFRGS), estimulando os moradores a conhecerem o ambiente universitário.

Figura 22: Atividade realizada na Ilha das Flores



Fonte: GRID.

Figura 23: Atividade realizada na universidade



Fonte: GRID.

A participação nesta pesquisa oportunizou um contato inicial com os moradores do bairro, que mais tarde se estendeu para outros contatos, servindo para articulação dos moradores que participaram dos grupos focais.

6.2. Participação em reuniões

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente realiza mensalmente reuniões do Conselho do Fórum na sede do Parque. O referido Conselho é formado por representantes das comunidades dos municípios que compõem a APAEDJ, assistentes sociais e demais interessados nos assuntos relativos às demandas do Delta. Destaca-se que o Parque e a APA compreendem municípios distintos, desse modo, participam das reuniões os respectivos representantes dos municípios que territorialmente possuem o domínio das UC's. As demandas do Delta referem-se ao Plano de Manejo do Parque e

³⁴Ver: <http://www.ufrgs.br/grid>

³⁵ Metodologia reconhecida pela Fundação Banco do Brasil, recebendo indicação ao prêmio de metodologia em tecnologia social. Ver o vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=GcRyVcGEad4>

da APA, considerando-se que durante o período corrente da pesquisa, o Plano vinha sendo elaborado. As reuniões do Conselho funcionam de forma que os participantes, representantes comunitários, trazem perguntas ao gestor. As questões são discutidas entre os membros e respondidas pelo gestor da Sema, de modo que todos os participantes tenham conhecimento dos temas levantados e das decisões da APAEDJ.

A partir do acompanhamento de cerca de quatro reuniões, foi possível perceber a inquietação por parte dos representantes comunitários no que se refere à delimitação para o zoneamento das áreas de moradia, trabalho que se encontrava em fase de defesa. Os participantes denunciam de modo enfático as recentes ocupações, insatisfeitos com a falta de fiscalização, que possibilita a fixação de moradias em áreas impróprias. Ao que parece, os moradores acabam atuando como fiscais, entretanto, a intenção subentendida nas reivindicações é em manifestação à ameaça de remoção sofrida pelos mesmos, já que novas moradias estão sendo construídas também em áreas impróprias, não sendo impedidas pela fiscalização do Parque.

Outra questão relevante sobre as reuniões frequentadas refere-se ao debate realizado por participantes de diferentes níveis de escolaridade e grau de instrução. As reuniões, muitas vezes, não cumpriam com a pauta proposta, pois parte das temáticas debatidas não eram de compreensão de todos participantes, tornando necessário tempo hábil para esclarecimentos de ordem técnica como conexões entre os termos: faixa de domínio, APP, permissões de área de APA e APP, dentre outros.

A reunião pública sobre a necessidade da construção do Plano de Manejo do Parque, solicitado pelo Ministério Público, realizada no mês de abril de 2013 também foi comparecida³⁶. Esta reunião causou grande repercussão, não apenas junto à mídia³⁷, como também entre os moradores, principalmente aqueles que seriam possivelmente afetados, no processo de delimitação do zoneamento das áreas das UC's. Na reunião verificou-se que havia uma grande distância entre o vocabulário técnico e jurídico para o vocabulário dos representantes da comunidade presentes. Na ocasião da reunião, os moradores presentes manifestaram a vontade de permanecer no local onde moram, enquanto os dirigentes da reunião utilizavam de termos técnicos e jurídicos a respeito dos trâmites da APAEDJ.

No período corrente, a ponte da Rodovia do Parque (BR-448) (Figura 21) estava em processo de construção, tornando necessária a remoção dos moradores da área de

³⁶ Relato da reunião em Anexo 1.

³⁷ Reportagem em Anexo 2.

edificação. Na mesma reunião mencionada, os moradores alegavam que a remoção sofrida referia-se necessariamente para a construção da nova ponte do Guaíba, e não ao Plano de Manejo, como sustentava o Ministério Público.

Figura 24: Ponte da BR-448 com vista para o Delta do Jacuí



Fonte: Clic RBS.³⁸

Reuniões junto aos gestores técnicos da Prefeitura Municipal e do Estado foram realizadas no intuito de esclarecer questões originadas no decorrer da pesquisa. É importante salientar que o processo, além de já possuir um histórico conflituoso e complexo, vinha se desenvolvendo de forma concomitante ao presente estudo, tornando pertinente a constante atualização dos fatos. Um exemplo a ser citado se refere aos mandados de prisão expedidos a alguns políticos e técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tendo em vista a descoberta de fraudes na SEMA, repercutindo na prisão do secretário e outros gestores, sob a acusação de fraude de processos de licenciamento ambiental³⁹. Estas notícias foram muito relevantes, tendo em vista que o Parque sofre constantemente com exploração de seus recursos, não apenas de compras de terras em áreas do estado, mas também de exploração mineral de areia em seu território.

6.3. Encontros com moradores

No decorrer do estudo, buscou-se a contribuição de sujeitos representativos das comunidades, como moradores antigos e indicados. Estes encontros basearam-se nas apresentações do pesquisador, da pesquisa e da proposta de grupo focal. Nestas ocasiões

³⁸ Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estamosemobras/2013/07/04/novas-imagens-das-obras-da-rodovia-do-parque/?topo=52,1,1,,171,e171>>

³⁹ Notícia divulgada pelo endereço: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/secretarios-do-meio-ambiente-sao-presos-em-operacao-da-policia-federal-4121402.html>

alguns moradores demonstraram disponibilidade e interesse no assunto, fornecendo informações enriquecedoras ao trabalho. Alguns moradores, entretanto, demonstraram desconforto sobre a temática, devido à insatisfação sobre as questões relativas à APA e ao Parque.

Nestes encontros ocorreram comentários a respeito de um estrangeiro que havia comprado terras no Parque, e que estas terras estavam em vias de ser reivindicadas por este proprietário, novo na região. Sobre a compra destas terras, elas são verídicas e os documentos da compra do terreno indicam que as terras foram compradas da Petróleo Ipiranga, há longa data.

As questões referentes à regularização fundiária para o Parque e a APA são latentes, tendo em vista a emergência da necessidade de publicação do PM, e a necessidade de justiça manifestada pelos moradores que estavam sob ameaça de remoção, apesar da afirmação de serem nativos.

6.4.Eventos de Manifestação cultural

Durante os levantamentos de campo realizaram-se conversas com os moradores, ocasiões em que se percebeu a preocupação com a permanência no local de moradia, tendo em vista a eminência da publicação dos Planos de Manejos da APA e do Parque e a permanência da atividade de coleta de lixo. Cabe destacar que esta atividade representa uma ação relevante ao ambiente. Trata-se de uma atividade que, ao mesmo tempo em que elimina o volume de resíduos, aproveita o mesmo, gerando a sua reutilização (reciclagem), obtendo retorno financeiro por esse trabalho.

Outro fator importante, percebido durante o contato junto aos moradores, foi a presença de religiões de matrizes culturais africanas em cerimônias ecumênicas realizadas às margens das águas do Guaíba. Os praticantes têm sua crença baseada nas leis da natureza, nas quais a água é o símbolo de renovação da vida, sendo o Lago Guaíba a referência desta representação nas práticas culturais.

Estas crenças e práticas possuem uma relação muito forte com o respeito à natureza, pois acredita-se que a natureza é dádiva das entidades espirituais representativas. E estas dádivas se concretizam a partir dos alimentos, das águas, dos animais e das plantas convivendo em harmonia com o homem.

A população praticante de manifestações destas matrizes culturais africanas possuem datas comemorativas para recepção da imagem da Nossa Senhora Aparecida, eventos que se repetem ao longo do ano, para no dia 2 de fevereiro, percorrer a

procissão da Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre em todo o território nacional, em cidades que possuem margens com algum corpo hídrico, seja ele, rio, mar, lago entre outros.

Durante o levantamento de campo houve participação em evento de celebração à entidade homenageada, que seguiu com o carro para a procissão dos fiéis (Figura 25).

Figura 25: Procissão para Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Amanda Bahi.

Durante a festa, verificou-se o sincretismo religioso nas ilhas a partir da presença de irmãos da rede marista. Os irmãos participaram da ocasião, dando contribuições referentes ao respeito com a natureza e a valorização com a atividade de coleta de lixo, bem como o cuidado com o destino dos resíduos sólidos, questões que são muito divulgadas no bairro, contribuindo para uma consciência ambiental (Figura 26).

Figura 26: Eventos de matrizes culturais africanas nas ilhas



Fonte: Amanda Bahi.

6.5. Os grupos focais

A utilização da modalidade de grupos focais enquanto procedimento de pesquisa justifica-se pela eficácia no levantamento de representações sociais, conteúdo já descrito

no primeiro capítulo da presente dissertação. Os grupos focais foram realizados com cada grupo alvo. O contato junto aos envolvidos nas questões do Delta foi realizado via telefone, por meio de indicações. A participação nas reuniões do Conselho também foi importante por viabilizar a aproximação junto aos moradores. Constituiu-se um grupo focal com cada grupo de moradores, considerando a articulação e a possibilidade de agenda dos envolvidos.

O primeiro grupo focal aconteceu com os moradores de baixa renda, seguido dos moradores de média a alta renda e por fim, dos pescadores. O primeiro grupo focal – baixa renda – foi realizado com sucesso na discussão entre os moradores, ainda que alguns convidados estiveram ausentes, por motivos de saúde.

O segundo grupo focal - de moradores média a alta renda – não foi realizado com sucesso, devido à indisponibilidade das pessoas com quem se entrou em contato. Gaskell, (2008) atenta sobre a dificuldade de moradores de elite participarem de um grupo focal, sendo para este tipo de população uma entrevista individual mais apropriada. Desta forma, ocorreram juntamente com um grupo focal, mais conversas individuais com os moradores deste grupo. Destacou-se a dificuldade de contato junto a esta classe de moradores. A maioria dos contatos telefônicos foram feitos por intermédio de suas secretárias, e muitos deles afirmaram a preferência de um encontro em seus respectivos escritórios para a realização da entrevista.

O terceiro e último grupo focal – os pescadores – foi realizado na Colônia Z-5, sede da colônia dos pescadores. Participou da reunião um número considerável de moradores. Os pescadores demonstraram grande interesse na atividade ao tomarem conhecimento de que configuravam o público alvo da pesquisa, além manifestarem emoção com as perguntas levantadas, a respeito da significação do Delta enquanto “lugar para se viver ou morar”. Conforme os moradores, os questionamentos remetiam a valores que por vezes passam despercebidos entre os membros de uma comunidade.

A partir da realização dos grupos foram feitas transcrições das entrevistas e análise das mesmas, objetivando evidenciar aspectos referentes às representações sociais de cada grupo.

7. PRINCÍPIOS PARA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Conforme já abordado anteriormente, a teoria das Representações Sociais consiste em uma forma de expressão do conhecimento construído e compartilhado por pessoas de um grupo social, que se difere do conhecimento construído e compartilhado por outro grupo social. Para o levantamento dos aspectos das representações, foram feitas as perguntas que comporam o Grupo Focal:

“O que significa morar/viver no Delta?”

“O que você pensa sobre os outros moradores?”

O Grupo Focal foi realizado com três diferentes grupos de moradores, a fim de criar correspondências com o objetivo da pesquisa, baseando-se nas reflexões e princípios propostos por Morin, sobretudo no método da complexidade.

Os princípios da complexidade indicados por Morin são utilizados como fundamento teórico da presente pesquisa, sob a justificativa da diversidade de critérios e as formas de interpretações sugeridas pelo autor. Como exemplo de correspondência segue o Quadro 5.

Quadro 5: Relação dos princípios de Morin com a interpretação da pesquisa

Princípio proposto por Morin	Caracterização do princípio	Forma de análise do princípio para a pesquisa
Princípio Sistêmico ou Organizacional	Relaciona o conhecimento das partes ao conhecimento do todo. É a ideia que compreende que “o todo é mais do que a soma das partes”.	A pesquisa consiste na explanação do conhecimento de três grupos sociais distintos, que moram no mesmo bairro. Este princípio baseia a interpretação da pesquisa à medida em que compreende-se que o conhecimento de cada grupo, manifesto a partir de suas falas, compõe um conhecimento geral que busca reunir o conhecimento dos três grupos, em que os três, em conjunto, possuem maior representatividade do que separadamente.
Princípio Hologramático	Baseado no holograma, em que cada ponto contém a quase totalidade da informação do objeto representado, onde não apenas a parte está no todo, mas o todo está inscrito na	Este princípio é visto como uma forma de conceber a importância que tem o conhecimento de cada grupo em separado. O quanto a sociedade se expressa na vida dos sujeitos e influencia as suas práticas culturais, expressas expressas pela linguagem

Princípio proposto por Morin	Caracterização do princípio	Forma de análise do princípio para a pesquisa
	parte. Por exemplo, a sociedade como todo, aparece em cada indivíduo através da linguagem, da cultura, das normas.	de cada grupo.
Princípio do Anel Recursivo	É um anel gerador, no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores do que os produz. Um exemplo são os indivíduos de uma sociedade. Ao mesmo tempo que produzem a sociedade, através de suas interações, a sociedade produz a humanidade desses indivíduos, aportando-lhes linguagem e cultura.	Pensando neste princípio em relação à pesquisa, tem-se a existência de grupos sociais distintos vivendo no bairro Arquipélago, ao mesmo tempo que o bairro Arquipélago compreende estes três grupos. Também pode-se interpretar pelo aspecto da compreensão que estes grupos sociais possuem características socioeconômicas, que por si, produzem novamente estes sujeitos que irão compor os grupos sociais com suas devidas características.
Princípio de Auto-eco-organização	É baseado numa relação de autonomia e dependência. Os indivíduos são auto-organizadores e dependem de uma energia para salvaguardar a própria autonomia. Como existe a necessidade de extrair do próprio ambiente, a energia a informação e a organização, a autonomia deles é inseparável da dependência, tornando imprescindível concebê-los como auto-eco-organizadores. O princípio de auto-eco-organização vale de maneira específica para indivíduos que desenvolvem sua autonomia na dependência da cultura, e para as sociedades que dependem do meio geológico (MORIN).	Relacionando o princípio com a pesquisa, há a interpretação de como os sujeitos da pesquisa mantêm relações de dependência e autonomia. No caso dos grupos de moradores das ilhas do Delta do Jacuí, embora se assumem como independentes dos outros grupos, reconhecem que dependem dos outros grupos, seja por ganho de força de voz, para as questões referentes às definições da APAEDJ, seja por uma forma de subsistência, como por exemplo, os moradores de baixa renda precisam do trabalho oferecido por alguns moradores de alta renda, da mesma forma que estes precisam daqueles.
Princípio Dialógico	Une dois princípios que se excluem um ao outro, porém são indissociáveis numa mesma realidade. Permite assumir a associação de noções contraditórias para	Relacionando este princípio com a pesquisa, tem-se nos grupos de moradores, razões que se dissociam entre si, sendo contrárias às outras, muitas vezes incompatíveis, e até mesmo excludentes, à medida que

Princípio proposto por Morin	Caracterização do princípio	Forma de análise do princípio para a pesquisa
	conceber um mesmo fenômeno complexo.	cada grupo de morador possui uma representação sobre seu lugar no Delta e o que este lhe significa, ao passo que as três representações distintas fazem parte de uma mesma realidade e contexto: a regularização fundiária na unidade de conservação da APAEDJ. Este princípio é importante para a discussão manifesta nas falas dos grupos. As falas dos moradores, analisadas separadamente permite considerar quais são os pontos a serem destacados de cada grupo, e quais pontos contribuem para uma possível resolução dos problemas levantados.

Fonte: Amanda Bahi

Os princípios refletidos por Morin foram empregados na presente pesquisa nas etapas das entrevistas, do trabalho de campo, da análise de dados socioeconômicos, da pesquisa sobre conteúdo do processo histórico do Delta e da categorização das Representações Sociais dos grupos de moradores. Salienta-se que as falas dos moradores, provenientes das entrevistas realizadas, foram interpretadas e correlacionadas de acordo com as possíveis aproximações junto às temáticas da pesquisa. Desse modo, a partir da análise das entrevistas, é possível definir enquanto aplicabilidade, o conceito do Princípio Dialógico estudado por Morin.

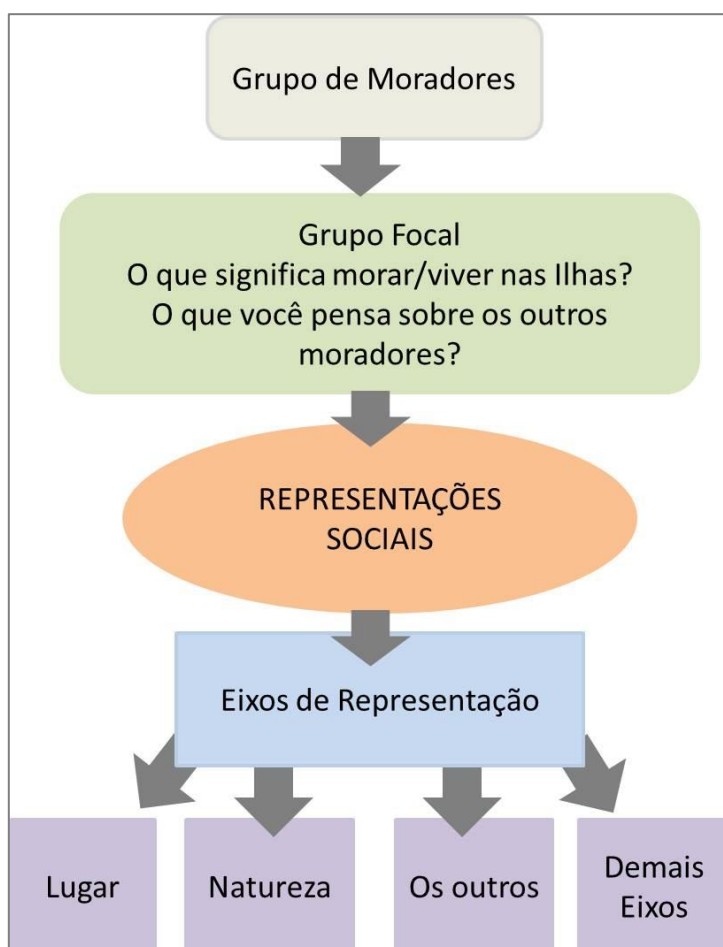
Para se chegar àquilo que se chama por Representações Sociais, tornou-se necessário o tratamento prévio dos dados da pesquisa, para a compreensão da temática proposta, seguida da análise das falas dos moradores. Compreendendo que as Representações Sociais compreendem os conhecimentos de grupos, que se diferem de outros grupos, buscou-se a partir das falas dos moradores, as expressões que remetiam a um consenso. As falas expressas que remetiam a um ponto de vista individual, não concordado pelos outros membros do grupo, não foram utilizadas nesta análise.

Para a expressão escrita das Representações Sociais dos moradores, optou-se por classificar as falas a partir de aspectos, que foram extraídos a partir do estudo sobre as falas coletadas nos encontros de grupo focal. A classificação destes aspectos foi organizada através do agrupamento das temáticas, separadas posteriormente em

categorias, tituladas de Eixos de Representação. A partir do material derivado das falas dos moradores, foi possível identificar aspectos das práticas socioculturais, do sentido de pertencimento social, de conhecimentos partilhados em comunidade e de símbolos de significação social, cultural e religiosa. Seguindo os postulados da Teoria das Representações Sociais, faz-se necessário que determinado conhecimento seja partilhado entre membros de um grupo social para que esse conteúdo seja considerado uma Representação Social de fato. Para a identificação das Representações Sociais no presente trabalho utilizou-se enquanto fundamento teórico os estudos sobre os princípios de Morin (2009), conforme apresentado no Quadro 5.

Através das falas dos moradores, organizadas sobre a modalidade de “Eixos de Representação” e abordadas a partir dos princípios da complexidade de Morin, foi possível a identificação das Representações Sociais de cada grupo. Este mecanismo de compreensão está expresso a partir do esquema da Figura 27.

Figura 27: Sistematização para se chegar aos Eixos de Representação



Elaborado por Amanda Bahi.

7.1.Eixos de Representação

Considerando-se que o referencial teórico da pesquisa contempla aspectos referentes ao sentido de Lugar, de Natureza e da correlação junto ao “outro”, coube a elaboração de questionamentos condizentes às temáticas abordadas. No sentido de evitar a indução das respostas, os questionamentos, na forma com que foram trabalhados, possibilitavam a inclusão de outras questões que fossem caras aos moradores entrevistados. Desta forma, objetivou-se encontrar, além dos aspectos relativos às representações de Lugar, Natureza e Os outros moradores, os demais aspectos de representações para os moradores das ilhas. Como estratégia de estudo, os Eixos de Representação aqui compostos agrupam os conteúdos de significação social relatados pelos moradores.

Os Eixos de Representação foram separados em conformidade com os aspectos das representações, a saber os aspectos de Lugar, Natureza e Os outros moradores, e demais aspectos surgidos nas falas de cada grupo. Para a elaboração de cada Eixo de Representação utilizou-se os princípios da complexidade propostos por Morin para interpretação.

Para cada aspecto de representação social, levantaram-se tópicos associados ao contexto do aspecto de representação, como mostra a Figura 28.

Figura 28: Eixos de Representação



Fonte: Amanda Bahi.

A forma como cada Eixo de Representação está associada ao pensamento da complexidade baseou-se no estudo sobre as falas dos moradores. Os Eixos de Representação Lugar, Natureza e Demais eixos de Representação estão baseados nos princípios Sistêmico ou Organizacional e Hologramático. Já o Eixo de Representação Os outros moradores está embasado no princípio Auto-eco-organizacional. A forma como cada princípio está associado a cada Eixo explica-se a seguir:

❖ O Princípio Sistêmico ou Organizacional serviu de base para interpretação das falas, partindo dos princípios que compreendem que as partes compõem o todo, e o todo é mais do que a soma das partes. Compreende-se, a partir deste princípio, que a importância das representações sociais, surgidas através da linguagem dos participantes, atribuem uma soma de valores ao sistema total, que compreende a fala de todos os grupos. Ou seja, a fala de cada grupo é de extrema importância para a compreensão da fala de todos os grupos.

❖ O Princípio Hologramático serviu de base para a interpretação das falas a partir da compreensão de que os sujeitos de cada grupo social apresentam práticas e discursos que os caracteriza na sociedade, ao mesmo tempo que a sociedade influencia estas práticas e estes discursos.

❖ O princípio Auto-eco-organizacional fundamentou a interpretação sobre como os grupos estudados apontam nos relatos de suas práticas sociais atividades de auxílio e contribuição junto aos outros moradores, ainda que considerem-se independentes em suas ações. A partir deste conceito, foi possível a identificação das formas de relações constituídas entre os grupos sociais analisados.

Com base nos Eixos de Representações, apresentaram-se para os grupos de moradores, os respectivos aspectos das representações sociais de cada eixo, em consonância com as características de cada grupo em questão.

8. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Os aspectos das Representações Sociais foram associados para cada grupo, separadamente, sendo apresentados em Eixos de Representação. Para cada eixo foi levantada a expressão das falas dos moradores, que é de onde surgem suas representações sociais, seguidas de uma abordagem conceitual relacionada aos aspectos levantados. Nesta ordem, são apresentados os grupos de Pescadores, Baixa Renda e Média a Alta Renda.

8.1. Dos Pescadores

Para o grupo de pescadores, foram identificados os eixos de representação (Figura 29): Lugar, Natureza, Os outros moradores. Os demais eixos de representação correspondem aos eixos chamados: Pesca, Plano de Manejo e História.

Figura 29: Eixos de Representação do grupo de moradores tradicionais (pescadores)



Fonte: Elaborado por Amanda Bahi.

Estes eixos foram verificados, tendo em vista os aspectos em comum, expressos nas falas dos moradores.

❖ LUGAR

Com relação às Representações Sociais dos pescadores, verificou-se que eles associam ao Lugar, os aspectos relacionados à segurança, por estarem cercados de amigos, os quais também compõem uma comunidade e um sentido muito forte de identidade com os membros deste grupo. Outras questões associadas ao lugar dizem respeito ao apego ao lugar, à qualidade de vida e amizade.

Então eu acho que a gente aqui na Ilha a gente tem uma coisa, que a gente tem que exaltar, é amigos. Essa palavra é muito forte. AMIGO... Hoje a gente pode dizer uma coisa até no sentido assim, o que faz a ilha hoje crescer, a palavra, a coisa mais forte que existe, dentro duma comunidade é a amizade. A solidão a tristeza é a pior coisa que existe. Que adianta a pessoa ter tudo na vida, ter tudo e não ter amigos? Que adianta tu ter uma riqueza, se tu não tem com quem distribuir? O que que adianta tu ter mansões carros na vida, se tu não curte a vida, a natureza. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

O sentido de comunidade é expresso através da relação dos moradores entre si, como a união existente na palavra “amigo”, termo que mencionado muitas vezes durante a atividade do grupo focal. Esta identidade pode se caracterizar por uma rede de relações formais e informais, vista em (Pol, 2002).

Com relação ao lugar, também pode ser mencionada a questão da identidade do pescador.

É e tu sabe, como é que é o pescador? O pescador ele vai pescar, semana toda as vezes não traz nem pra comida e a mulher tá lá batendo na latinha lá. “Ah precisa de comida, precisa disso aqui”, e fica aí, sabe que mulher é aquele problema: tão ali tão me pedindo, e aí nós temos que pegar. Aí chega sábado, e domingo: “ah eu vou vender tudo não quero mais”! Segunda feira ele olha pro rio estufa o peito "agora eu vou, porque agora vai dar! Esse é o pescador! (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

A forma como este pescador se vê e justifica sua identidade individual se relaciona com lugar e com o espaço social construído (Bourdieu, 1997). Outra ideia representativa está dimensionada com a questão da segurança, relação já exposta em Suertegaray (2000), ao mencionarem o lugar, como um aspecto que traz tranquilidade.

seguida tem gente procurando lugar pra alugar aqui por causa da segurança. É um lugar seguro né. Eles ficam sabendo, eles vem pra cá, ficam sabendo que o lugar é seguro e aí eles vem procurar lugar pra alugar por causa da tranquilidade. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

❖ NATUREZA

Para o grupo de pescadores, a relação com a natureza apareceu com frequência, no sentido de ser algo inerente à vida nas ilhas. A representação aos elementos da natureza foi levantada juntamente com a sua relação com o homem.

Então o pescador levava daqui o peixe e vendia no cais do porto pro portoalegrense. O criador levava daqui a carne vermelha e vendia no cais do porto pro portoalegrense. O plantador colhia nessas ilhas porque não é só a ilha da pintada. São vinte e cinco ilhas, é lindíssimo! Quem andar por aí vai ver. O plantador colhia a fruta a verdura e ia pro cais do porto vender pro portoalegrense. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

Esta relação não está atrelada à contemplação da natureza, que privilegia o lazer e o status, mas a uma relação mais ativa e próxima, como a da agricultura e a interação com a cidade. Diegues, (1999) chama isto de simbiose com a natureza, quando a sociedade faz uso dos recursos naturais.

Quanto à relação da natureza e cidade, ela pode estar associada ao primeiro momento das concepções históricas entre cidade e natureza de Henrique (2004). No primeiro momento desta concepção está associada às civilizações egípcias e mesopotâmias, com o uso das técnicas de irrigação e produção de alimentos. O terceiro momento desta concepção também se faz presente, tendo em vista que este momento está associado à abertura das cidades para realizações de trocas comerciais.

O distanciamento das condições da vida junto à cidade e da vida junto à natureza foi representado de modo simbólico, referenciando as ilhas como o “pulmão” em contraponto ao cimento de Porto Alegre: “...*nós somos obrigados a entrar com o pulmão, porque esse é o pulmão de Porto Alegre. Porto Alegre só tem cimento, Lá só tem cimento...*”. Tuan, (1980) aponta para a consciência que se toma a partir da relação com o lugar, para a interpretação do meio ambiente.

❖ OS OUTROS MORADORES

A relação com os outros moradores, a saber, os moradores ricos e pobres, os pescadores não mencionaram nada em relação aos de baixa renda. Em relação aos de alta renda, os pescadores demonstraram uma relação de distanciamento, porém de respeito às ambas partes, os quais demonstraram respeitar, mas também manifestaram o desejo de serem respeitados e reconhecidos como moradores tradicionais.

Aqui na ilha por exemplo, nós temos em quantidade e tem gente que já é abastado. Já tem gente do outro lado que já tem dinheiro e que mora aqui. Então aquilo tá se fechando numa comunidade. Eu não tenho nada, eu só tenho que apoiar. Eu só acho que tem que, as pessoas tem que aprender a pensar assim ó: esses são os moradores primitivos da ilha. Deixe eles continuar vivendo a vida deles e nós vamos viver a minha. É isso que eu penso como morador, nada que não possa conviver com nós. Pode. Só que nós tem que aprender a conviver junto. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

Pra mim acho que é igualdade entre todos. O que faz essa coisa é a própria pessoa, não é o poder aquisitivo. A pessoa pode ser mais pobre que seja, se ela não tiver amizade, ela vai ser uma pessoa desprezada, ela vai ter a solidão. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

A questão da classe social medida pela renda não representa um fator exclusivo para este grupo de moradores. Neste caso, a estigmatização de superioridade que confere o equilíbrio instável de poder (Elias e Scotson, 2000) não está associada ao poder aquisitivo, mas ao reconhecimento de serem moradores tradicionais.

A maior diferença expressa em relação aos moradores de alta renda, diz respeito às formas de injustiça que sofrem, como as multas concebidas no parque. Na compreensão dos pescadores, os moradores de alta renda sofrem menos com o impacto das multas: *Eles tem dinheiro, ele paga uma multa e pronto! E aí? que que vai fazer? Não é o problema que não pode desmatar. O problema é que ele pagava por árvore. Ele pode pagar, pronto!* (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014)

Com relação às normas aplicadas pela administração do Parque e APA, elas são aplicadas igualmente para moradores com diferenças demasiado grandes. Verifica-se a partir deste relato, uma fragilidade para o sistema que confere as normas para os moradores, visto que as multas são relativamente difíceis de pagar, para os moradores mais pobres, e relativamente irrisórias para os moradores mais abastados.

❖ PESCA

As questões referentes à pesca foram apresentadas numa perspectiva totalizante, em que o todo está integrado a muitos aspectos, como ambiente, natureza, modo de vida e também de maneira institucional, tendo representação pelo Ministério da Pesca. Esta visão de totalidade dos pescadores está relacionada também aos aspectos encontrados em outros eixos de representação, onde vida, trabalho, cultura, participação política estão presentes de formas simultânea e integradas. Um exemplo dessa relação é demonstrado a seguir, onde a relação de vida com a pesca integra a atividade econômica e uma forma de sustento que é passada por gerações.

A gente aprendeu, tá no sangue, não adianta! Meu pai me ensinou, se eu não puder pescar, fica doente. Meu pai não pára o dia inteiro, mas não adianta, ele aprendeu assim. Então é isso que é a vida nossa aqui na ilha. Graças a Deus hoje se tiver alguma coisa pra fazer posso dizer assim, tem emprego? Emprego aqui tu não encontra, mas graças a Deus dentro da ilha, se tu pegar uma rede, tu tá aqui, tu precisar um pescador, vai junto, já tem o barco então, a gente tem da onde tirar. O sustento nosso tá aqui da pesca. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

O pescador tem seu modo de vida baseado na pesca, que ao mesmo tempo em que representa uma relação de trabalho, está relacionada com o lazer, com a valorização do lugar, com a sua condição financeira, sendo esta prática associada ao conhecimento passado por gerações. Tuan (1980) chama atenção para a relação da população no

ambiente, sendo ele um fator influente para esta relação, que constitui o elo afetivo da população com o lugar em que ela vive.

Ocorre uma preocupação ambiental relacionada ao lixo nas águas do Lago Guaíba. Juntamente a isto ocorre a ideia de que a Colônia é uma instituição de interesse para o município de Porto Alegre, entretanto, existe negligência administrativa para apoio à limpeza do lago, bem como visibilidade independente de interesses políticos.

Quando eles precisam da ilha, tá aqui a Colônia de Pescadores, com as portas abertas. Promovendo eles ou não, tá aqui a Colônia. Quando alguém tá no rio fazendo um trabalho sério, e o nosso trabalho é sério. Nosso trabalho é recolher por ano mais de uma tonelada de lixo que eles largam no rio. Porto Alegre larga no rio e nós recolhemos. É assim que acontece. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

O problema todo, pior todo, é que nós não conseguimos verba do governo pra patrocinar 26 mil real pra três limpeza, 50 barco, cento e cinquenta saco plástico. Nós conseguimos da CONCEPA, que não tem nada que ver com peixe, ela nos ajuda. Os minerador, a marina aquela do lago, são os nossos parceiro. Que dão, o que que a gente pede pra dar pro pescador? Uma cesta básica, o óleo combustível e a sacola. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Em relação ao Plano de Manejo, os pescadores apontam para a necessidade de uma posição que viabilize o trabalho do pescador, frente à SEMA e ao Ministério Público. Esta necessidade é decorrente do impedimento da pesca em algumas áreas que os pescadores costumam utilizar e da falta de definição legal para estas áreas.

Ninguém sabe nada. Por isso que nós queremos uma diretriz. Nós tivemos que fazer até um plano com eles. O pescador se retraindo, fazendo um acordo com eles, diminuindo o esforço de pesca pra poder ficar no Parque, isso aí ia ser a tempo. Aí eles fizeram uma coisa completamente diferente. Nós botemo eles no ministério público, eles já vieram aqui conversar. Vão conversar pra ver um jeito do pescador continuar aqui vivendo a vida dele. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Também em relação à pesca, os moradores levantaram o momento histórico em que foi construída a Colônia de Pescadores e a criação da UC. A colônia foi criada muito tempo antes de ser construída a UC, por isso manifestam insatisfação com a intenção de tornar as áreas impróprias para pesca.

Isso aqui foi criado em 75. A colônia é de desde 21 de dezembro de 1921. Tem 90, vai fazer 93 anos que a colônia nasceu. Isso não é ontem, que o Parque nasceu em 75. Que tava atirado aí, ninguém fazia nada. Agora eles chegaram e parecem que são o dono de tudo e não é. Não é assim que nós queremos. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Com relação às representações sociais relativas à pesca, os pescadores demonstraram preocupação com o ambiente, a partir dos cuidados com a água. Existe

uma sensação de abandono por parte da administração pública municipal, que é responsável, tanto pela poluição das águas como pelo descaso com a Colônia de Pescadores. Tendo em vista que a relação do pescador com o ambiente é estreita, as questões que envolvem a qualidade das águas e o direito à pesca são fundamentais para o desempenho do seu modo de vida.

❖ **PLANO DE MANEJO**

Sobre o Plano de Manejo, questão pertinente que circundou os ânimos dos moradores expressou-se por um engajamento político dos pescadores, o que se percebeu a partir do domínio do assunto que demonstraram.

Para os pescadores, o Plano de Manejo representa uma ação de desrespeito com o seu grupo, além de prejudicar o seu reconhecimento enquanto comunidade tradicional.

PLANO DE MANEJO Isso aí eu considero uma piada, um desrespeito com os moradores primitivos, que nós somos primitivo aqui! Nós semo primitivo e é um desrespeito tirar o camarada de lá, e vai botar aonde? Vai botar no Morro da Polícia? (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

As questões acerca da remoção, decorrente do Plano de Manejo, deixam os moradores preocupados devido às inconstâncias e indefinições legais do zoneamento do Parque. Na fala seguinte, aponta-se esta questão:

Então tu não pode chegar aqui e dizer: "ó, vai embora. Tchau pra ti. Arruma outro lugar pra morar." Nós não vamo abrir mão, não vai ser uma coisa assim fácil pra eles, chegar e dizer assim: "eu vou tirar". O Plano de Manejo que eu considero que não é Plano de Manejo. Pra mim é "Plano de Manójo"! Vou deixar bem escrito aqui! (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Tu me diz, tu me consegue me descrever ou pergunta pra eles aí quem, aonde é APA, aonde é Parque, porque até agora tá uma esculhambação que ninguém sabe nada (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

A questão relativa ao uso dos pescadores nas áreas do Parque, ao que se sabia, fazia referência às áreas permitidas para a pesca. Em conversa com o grupo focal verificou-se que as suas moradias também estão em risco de serem removidas, tendo em vista a indefinição dos limites das áreas de Parque e APA. Desta forma, se um pescador possui sua moradia em área definida como Parque, esta deverá ser removida.

O Plano de Manejo também evidencia uma situação de negligência aos fatores externos ao Delta, que também geram impactos, como os esgotos de Porto Alegre que são lançados no Guaíba. Segundo os pescadores, o Plano de Manejo não vai resolver o problema definindo áreas para moradia, lazer ou pesca, se não tratar a questão causadora da poluição. Além de que, segundo os pescadores, são eles quem limpam o

Guaíba, fato que também não está sendo considerado na elaboração do Plano de Manejo nem pela administração de Porto Alegre.

E Porto Alegre, desculpa a palavra dizer, mas Porto Alegre não se preocupa com isso. Aonde vai o esgoto cloacal, aonde é que vai o esgoto desses instituto, aonde é que vai essa água toda do esgoto? Vai pro rio!! Pra onde é que vai o lixo todo que sai das ruas? E quem é que pega? O pescador! Eles tão preocupado o quê, com a ilha aqui? Vão tirar os moradores ribeirinho. Primeiro querem tratar a sangria maior que existe hoje tá ali. É Porto Alegre. O dia que catar ali, a gente vai ter outra vida. Ali que é o lugar, não é aqui. Tão pegando no mais fraco. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Nas representações referentes aos outros moradores, os ricos não receberam crítica nenhuma, tampouco diferenciação. Porém, quando diz respeito ao Plano de Manejo, os pescadores observam que os moradores ricos serão beneficiados, por terem maior poder aquisitivo e sofrer menos com impactos financeiros.

Vão tentar remanejar pelo mais fraco. Porque essas mansões eles vão remanejar?? Tão brincando comigo né! Não é: “só tiram daqui porque eu não quero mais”. Eles tão fazendo assim, tira daqui o pescador ou os pobre, pra nós poder botar os rico. E não é assim que nós queremos. Nós queremos ter o direito de ficar no nosso lugar e eles que façam o lugar deles! (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Os aspectos referentes ao assunto Plano de Manejo deixam os moradores preocupados em relação à permanência de suas moradias e aos locais apropriados para a pesca. Primeiramente se supunha que o Plano de Manejo previa a definição para as áreas de pesca, porém a indefinição do Parque consistia também nas delimitações de áreas de APA e Parque. No que se refere à posição da administração do Parque, foi informado que para a elaboração do Plano de Manejo, estavam sendo firmados acordos com os pescadores para a normatização da pesca. Sobre a administração municipal de Porto Alegre, foi informado que nenhuma medida havia sido tomada com relação ao Parque e APA porque o Plano de Manejo ainda não havia sido publicado, e a administração pública aguardava o documento para então resolver os assuntos das áreas da APAEDJ localizadas em seu território.

❖ HISTÓRIA

O conhecimento a respeito da relação entre as Ilhas e Porto Alegre também se fez presente. Para estes pescadores as ilhas não fazem parte de um bairro de Porto Alegre, e sim um território alheio ao município. A partir das representações sobre a história da cidade, ainda é presente o discurso de simbiose com a natureza (Diegues, 1999).

A Ilha da Pintada foi marco na história de Porto Alegre. A Ilha da Pintada alavancou as primeiras histórias de Porto Alegre. Mas deixar de lembrar que a pesca da ilha sustentava Porto Alegre de carne branca. Porto Alegre hoje tá grandão, mas já foi pequeno. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

As modificações que o município sofreu também foram representadas nas falas dos pescadores. Isto porque a relação das ilhas com Porto Alegre já foi baseada na troca dos produtos produzidos pelos ilhéus. Com o progresso e as relações da cidade passando por mudanças, este pescador se vê prejudicado e esquecido, em virtude de Porto Alegre não precisar mais de seus serviços e produtos.

O Plano de Manejo é também visto como uma concretização deste esquecimento, visto que se trata de um fato que veio na sequência histórica de Porto Alegre e das ilhas.

Hoje não se vende mais um peixe em casa. Só é permitido vender nas banca do Mercado Público. Não tem mais a Doca da Fruta, é a Ceasa. Então tudo isso terminou, e eles esqueceram que quem começou esse trabalho, quem levantou Porto Alegre, no produto, no leite da vaca. Porto Alegre recebia o leite bruto daqui, das ilhas todas S: que ia pra Porto Alegre, era entregue nos apartamentos, nos edifícios, o criador com o tarro de leite e a medida. Entregava, batia na porta do apartamento “(toc toc toc)” e entregava pro portoalegrense. (Grupo Focal Pescadores em 26/03/2014).

Os pescadores possuem um grande conhecimento histórico sobre as ilhas e sobre sua relação com Porto Alegre. Notadamente, este conhecimento é consequência da tradição, do conhecimento passado por gerações. Não se trata apenas do conhecimento relativo à atividade da pesca, mas a todo o conhecimento expresso nas representações sociais deste grupo. Sobre estas representações, Hall (2004) aponta que se referem à expressão dos sujeitos com relação aos lugares que ocupam no mundo social e com a cultura.

8.2.Dos Moradores de Baixa Renda

O grupo de moradores de baixa renda foi selecionado a partir de conversas com líderes comunitários e pessoas de representatividade na comunidade. A partir das atividades de grupo focal com os moradores, as falas dos moradores apresentaram os Eixos de Representação sobre Lugar, Natureza, Os outros moradores, Política e Ambiente, como mostra a Figura 30.

Figura 30: Eixos de Representação dos moradores de baixa renda



Fonte: Amanda Bahi.

Estes eixos foram verificados, tendo em vista os aspectos em comum surgidos nas falas dos moradores.

❖ LUGAR

O Eixo de representação Lugar compreende aspectos relativos à comunidade e à identidade revelada nas falas.

As questões da moradia e da infraestrutura urbana estão presentes, bem como a questão da proximidade com a natureza e relação com os vizinhos.

Daí eu consegui fazer uma casinha pra mim, mas aí eu chorava muito porque aqui não tinha luz, água, tomava água do rio né, nada disso eu entendia. Daí os vizinhos dizia: Nah, não te preocupa. Aí eles pegaram um barquinho pra pegar água lá no rio, pra pegar água mais limpa, na correnteza, apesar que a água era limpa, era igual a essa que a gente toma hoje em dia. E traziam e botavam nas calha pra gente tomar água, bem fresquinha. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013)

Dardel, (2011) aponta para a relação do lugar com o morar, com a base do aconchego da nossa subjetividade. Para Bordieu, (1997) o espaço social é determinado pela ação dos agentes sociais, que estabelecem relações com um determinado espaço ou lugar, sendo os sujeitos responsáveis pela estruturação de uma identidade entre os

indivíduos e o lugar. A relação com o lugar revela-se também pela proximidade com a natureza, como a satisfação de viver naquele lugar, apesar das dificuldades. Isso demonstra o elo afetivo como expressa Tuan (1980) e suas dimensões de pertencimento.

Mais ou menos onde eu moro o barro dava assim na altura do joelho, que a enchente tinha abaixado, sabe, mas eu caminhava por dentro do barro, feliz, porque eu tava dentro da ilha... Né, digo, com todo esse sacrifício aqui, eu prefiro a ilha. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Revelou-se que a relação de identidade entre os moradores lhes permite reconhecer quem são os ilhéus, mesmo quando não se conhece alguma pessoa. Na fala seguinte é apresentada essa situação:

Se entrar um morador novo a gente sabe que aquela pessoa não é daqui. Por incrível que pareça, né? Se a gente tiver na parada do ônibus ali, e tiver dez moradores e chegar um diferente, a gente sabe que aquela pessoa não é da ilha. Até pelo cheiro da pessoa, por incrível que pareça. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Hall, (2004) aponta que a questão da identidade do sujeito sociológico está baseada na relação com o seu grupo social, a partir de uma leitura de mundo, de significações sociais que lhe servem como referência e de um reconhecimento entre os indivíduos do grupo a que pertence.

O engajamento político demanda sentido de justiça e do direito à permanência no território das ilhas, pelo bem que possuem. Contudo, percebe-se a união dos moradores como membros de uma comunidade, bem integrados e articulados.

Nós chegamos a encontrar uma plaquinha na Restinga dizendo: “área reservada para os ilhéus”. Fizemos um griteiro. E chamamos uma audiência pública e dissemos em alto e bom tom: “Ninguém sai das ilhas. Ninguém! Vocês tem que nos respeitar. Vocês vão nos respeitar. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Hall, (2004) atribui a dependência dos membros de um grupo social à concepção sociológica de identidade. Nessa perspectiva, isto está relacionado a uma identidade de grupo, de coletivo e não meramente individual. Verificou-se a relação do lugar com a proximidade com a natureza, manifesto por uma apego, preocupação e saudosismo.

É pensando no futuro. É ter esta agua limpa de volta. É ter essa fauna linda, maravilhosa! É ter os animais que nós tínhamos e nós não temos mais não. Não tanto por nós. Porque nós não conseguimos fazer mansões e contenções e tudo mais. Não podemos. Nós escolhemos ali um cantinho, que deveria ser assim o mundo inteiro né? Para todos, igualdade. A gente faz um cantinho ali pra se viver e é isso. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Para Tuan, (1980), o lugar é uma concreção de valor, mesmo que não seja uma coisa valiosa, é um objeto no qual se pode morar, e ele se concretiza a partir do momento em que se torna um espaço familiar.

❖ NATUREZA

O eixo de representação Natureza apresentou aspectos referentes à riqueza natural, que contribui para o bem estar e qualidade de vida, às práticas relacionadas à natureza e às simbologias, associados à proximidade com a natureza do lugar em que se vive.

Os elementos da natureza são representados como um bem, que contribui para a qualidade de vida dos moradores, remetendo novamente a ligação entre natureza e lugar, distanciando as relações com a cidade.

Porque as ilhas são o oásis. Elas são lindas, elas são belas, todas elas! Essa fauna e essa flora maravilhosa que se tem aqui, isso não é pouca coisa. Morar aqui, pra mim significa o paraíso, no sentido ambiente, qualidade de vida, natureza, porque eu jamais, jamais conseguiria viver morando numa selva de pedra. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Então as ilhas, dá a oportunidade e oferece pra população dela, tudo aquilo que muitas pessoas gostariam de ter e não tem. Porque é diferente arborizar Porto Alegre, por exemplo né. Faz lá o chamado condomínio “parará” e planta as árvores. Não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa tu acordar, ter os passarinhos das mais diferentes espécies. Ali no teu pátio, tu ter esta proximidade. Tem pessoas que nem sabem o que que é o bicho gambá. Nós sabemos o que que é o gambá. Ele mora com nós. O jacaré, o que que é uma cobra, o que que é um João de Barro o que que é um Colibri... Nós sabemos porque nós convivemos com eles. Até porque eles chegaram primeiro que a gente né. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Esta concepção de natureza remete ao segundo momento de produção histórica da relação entre cidade e natureza (Henrique, 2004), quando a natureza esteve associada ao mito, obras divinas, e separadas da cidade. É empregada como paraíso e cenário de riqueza, sendo inclusive utilizada por romancistas para descrição de cenário de paraíso, refúgio, da intimidade, da beleza e do sublime (Corbin, 1989 apud Diegues, 2004). A proximidade com a natureza com o habitat em que se vive oferece a aprazibilidade que remete ao bem estar para o sentido de lugar, visto que o lugar permite significações que estão associadas à qualidade de vida e bem estar.

❖ OS OUTROS MORADORES

Com relação ao eixo de representação “os outros moradores” foi apontado pelos moradores deste grupo focal uma significação à falta de cultura e invasão, em relação aos moradores de alta renda e outros ainda, de condições muito precárias, diferentemente da tradição e da cultura dos pescadores.

Para o grupo entrevistado, foi revelado que a população de condições muito precárias resultou de intervenção da administração pública de Porto Alegre, que instalou o lixão nas ilhas na década de 70. Ocorre nesta fala a justificativa do problema das ilhas, os moradores de condições extremamente precárias, sendo a administração pública a causadora deste problema. Para o grupo considerado “baixa renda” expor a existência de um grupo de condições extremamente precária, percebe-se que existe um outro grupo de moradores, o qual o grupo entrevistado não reconhece como pertencente: *“foi que a prefeitura que botou essas pessoas com as casa quebrada, sem emprego, de barraca, lona de papelão. Tu entendesse? Compensado...”*(Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

A partir desta fala, percebe-se que não existe a identidade sociológica de Hall (2004), que compreende o reconhecimento entre indivíduos do mesmo grupo social, figurando-se assim a existência de outro grupo, ou seja, o não reconhecimento de alguns membros como pertencentes ao seu grupo.

Levantou-se a questão da forma como os moradores de baixa renda ganham visibilidade a partir da mídia, sendo que a causa que lhes dá má fama é na verdade praticada pelos moradores de alta renda.

Sabe o que que acontecia? Como as pessoas trabalhavam com lixo, sabe o quê que os rico do carrão fazia? Eles trazia o lixo da casa deles e jogavam no meio da ponte. No rio. E aí caía a reportagem dizendo que era os maloqueiro da beira do rio que botava o lixo. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013)

Nesta fala, tem-se a estigmatização de inferioridade, figurando um desequilíbrio de poder (Elias e Scotson, 2000), visto que os moradores sentiam-se inferiorizados a partir da fama que lhes é atribuída na mídia. A relação com a natureza também se evidencia para a representação sobre os outros moradores. A eles é atribuído o termo de invasores, visto que não respeitam a natureza, por construírem mansões e não receberem advertências. Diferentemente, a relação que possuem de si mesmos em relação à natureza é uma relação integrada, baseada no respeito à natureza.

Pra quando tu mora num oásis, e eu iniciei dizendo que os olhos todos ficam voltados para cá, começam os invasores, e os invasores do poder. Aquele que destrói descaradamente, destrói a mãe natureza, constrói castelos imensos e nada pra ele acontece. E com isso, começa o desequilíbrio. Não porque os moradores que já estão aqui, não o fazem. Mas é muito diferente. Nós jamais vamos colocar nossa casa dentro do rio. Nós jamais vamos colocar nossa casa, adentrar o rio com aterramento. Nós jamais, porque nós precisamos do rio. É uma relação diferente, muito diferente. Nós temos uma relação de vida, né de integração, enquanto que esse invasor que chega, ele tem uma relação

de poder, né, sobre esse espaço e sobre essa natureza. Devastando tudo! E isso dói. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Tuan (1983) aponta para os conflitos decorrentes de pessoas diferentes projetando seus mundos na mesma área. Sendo a natureza inerente ao espaço, é um fator que contribui para o jogo de disputas e interesses de seus atributos, que oferecem, sobretudo, status e prestígio, porque o “homem importante” tem acesso a mais espaço que os menos importantes (ib, 1983).

A tipologia das residências faz parte de um conhecimento associado à inteligência humana, que permite que sejam feitas relações com o mundo e com aquilo que se sente, constituindo a consciência. Esta consciência permite discernir a respeito do modo de vida, da experiência de vida e sobre a cultura, que tem grande influência na interpretação do ambiente (Tuan, 1983).

Com relação aos moradores tradicionais, foi reconhecida a tradição a partir do conhecimento passado por gerações. Em contraponto à cultura dos moradores de alta renda, vista como sem cultura a não ser a cultura do poder aquisitivo. Percebe-se consciência desta realidade vista a partir da aparência das moradias, assim como os muros levantados pelos moradores de alta renda, que impedem a interação dos moradores do bairro.

A cultura a tradição está com quem já estava. Quem nasceu em berço do rio, quem nasceu no leito do rio,.. quem nasceu pescando com o pai na canoa. Todo esses magnata que tão aí, Quem conhece? Tu conhece? Não sabemos de onde vêm. Sabemos o que eles querem... eles não querem nem saber de nós. Olha os muro! Eles erguem uns muro enorme pra nem ver a gente. A cultura deles é a cultura da grana. Eles não têm cultura nenhuma. É a cultura de destruírem o outro pra eles se darem bem. Essa é a realidade. Nua e crua. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Com relação à cultura, associada aos pescadores, a visão dos moradores dialoga com a definição de comunidades tradicionais da constituição federal (BRASIL, 2007), que considera tradicionais os povos que, entre outros atributos, ocupam territórios com recursos naturais como condição à reprodução cultural, que utilizam conhecimentos que são transmitidos por gerações. Com relação a esta fala, verifica-se também a relação dos moradores, apresentada como segregada pelas obras arquitetônicas, que permitem a consciência sobre as experiências de vida, a cultura e sobre a interpretação que se tem do meio ambiente (Tuan, 1983).

A respeito dos outros moradores, foi levantado um problema que diz respeito à diferença das relações dos moradores com o ambiente. Para estes os moradores, os outros deveriam estabelecer uma relação de construção para o todo, entretanto esta relação não existe por parte dos moradores de alta renda. O que existem são interesses associados ao poder.

O problema é que existe uma diferença até humana. Porque estas pessoas, que também são nossos irmão, mesmo que sejam ricos, bem ricos, não importa. São seres humanos, estão no mesmo planeta que nós. Eles não tem interação nenhuma com o ambiente pra onde estão indo. Eles já começam desrespeitando a Mãe Terra, destruindo o que encontram, e se isolam dos demais. Enquanto que a comunidade tradicional, aquela que ali está, é uma outra relação. É uma relação de todo o dia, uma relação de construção para o todo. E não para alguns. É uma relação diferente. Então, aí tu poderia dizer: tá mas eles não tem o direito de vir pra cá? Têm! O mundo é pra todos. O mundo não é só para os ilhéus. Mas, deveria de ser, humanamente, uma relação diferenciada, né, que começasse com o respeito à Mãe Terra, às culturas aqui existentes. E uma relação próxima, não uma relação de afastamento. Então pra mim não existe relação. Existem interesses de poder mesmo, de não ter nenhuma relação com essa comunidade, nenhum respeito. Como se quem ali está não fosse nada, não existe. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Tuan (1983) aponta para a evidência de conflitos decorrente de diferentes pessoas projetando seus interesses em uma mesma área. As relações diferenciadas e de negação dos estigmatizados inferiormente, remete ao desequilíbrio de poder (Elias e Scotson, 2000), visto que a relação entre os moradores é negada.

❖ **POLÍTICA**

Sobre este eixo de representação foi possível verificar que os moradores deste grupo focal apresentam um engajamento político, que os fazem participar de reuniões para discussão dos problemas que envolvem as ilhas do Delta, sobretudo a respeito da moradia e da permanência nas ilhas.

A respeito das melhorias na estrutura urbana, os moradores reconhecem a dualidade que o termo “progresso” carrega. Ao mesmo tempo em que se permitiram melhorias na estrutura urbana, verificou-se que estas melhorias não eram para todos. Contudo, esta tomada de consciência foi o ponto que permitiu a vontade de fazer algo para mudar.

Por isso que o PROGRESSO, a palavra "progresso" ela me causa um certo distúrbio... até que ponto o progresso? Até que ponto, até onde se pode ir, né. Hoje já mudaram, de-sen-vol-vi-men-to, só muda as palavras, a porcaria é a mesma... O chamado progresso que agora não é progresso é desenvolvimento... A gente fica pensando né. Até que ponto desenvolver? Como? De que forma? E com sujeitos? E quais são os sujeitos desse desenvolvimento? Né, porque a gente, por um bom tempo, a gente ficou

olha... esse sujeito é qualquer um menos nós! Por que nós somos sujeitos!... A gente era muito mais feliz e não sabia... porque nós fomos sendo assim... engolidos por um tubarão quando a gente se deu conta: não para aí! Nós temos que mudar né, temos que inverter isso. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013).

Sobre o chamado progresso, ou desenvolvimento, os moradores se referem às melhorias provenientes das obras de engenharia, como as pontes e a pavimentação da BR, que permitiram facilidades de acesso aos moradores que já existiam nas ilhas, mas permitiu também maior visibilidade das ilhas, que culminaram na atração de novas pessoas e por fim, resultaram nos conflitos hoje existentes. Estas mudanças não refletem apenas aspectos negativos, já que foram importantes para a tomada de consciência dos moradores, em busca de mudanças. Castells, (1999) apud Santos, (2002), realça que a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço. Assim se formam as associações de moradores, estudantes e outros grupos sociais, com o objetivo de impedir a degradação de seus locais de moradia e trabalho.

A representação que se tem do sistema é que ele é opressor, visando o privilégio daqueles que possuem poder aquisitivo e desfavorece as minorias, sem se importar no melhor para elas.

E quando eu retiro a minoria, as chamadas minorias, eu jogo ela pra qualquer lugar. Daí tu tem casa de juiz, tu tem casa de jogador, tem casa da Xuxa, casa do Gerdau, tem casa dos Panvel... Bom, e aí? O sistema vai ser opressor contra essa gente? Mas é claro que não! (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013)

Com relação às formas diferenciadas de aplicação de justiça, verifica-se o desequilíbrio de poder para os chamados estabelecidos (Elias e Scotson, 2000), mas desta vez o sistema é considerado o estabelecido. Não obstante, o sistema é formado por pessoas de importância na sociedade.

Sobre as medidas tomadas pelo sistema, como a retirada das pessoas das áreas do Parque, Egestad, (2001) apud Santos, (2002), chama atenção para a forma como se dão os processos de certificação para resolução de problemas ambientais. Para que elas tenham sentido, é necessário apreender a origem social, contribuindo para criar novas instituições de manejo.

❖ AMBIENTE

A questão do ambiente e lixo é uma representação tocada com cuidado, visto que grande parte da população de baixa renda das ilhas realiza trabalhos de coleta de resíduos sólidos, da qual retira sua fonte de renda. Embora este trabalho seja de grande

importância ambiental, carrega um estigma para as pessoas que realizam esta prática. O eixo de representação voltado à questão do ambiente e lixo demonstra negligência pública, significação de fonte de renda e estigma negativo.

A prática associada à coleta e venda dos resíduos sólidos evidencia um conhecimento sobre o material e a noção de valor que lhe é atribuído para venda. Trata-se de um conhecimento compartilhado entre os moradores, que ensinam para os outros, além da relação de apoio no trabalho em comunidade.

Aí quê que acontecia? As pessoas vinham pra cá, atravessavam a ponte, sempre tem um pra ensinar! Isso aqui vende, isso aqui não vende. Era osso, vidro e ferro... aí começaram a juntar pra vender. A gurizada tudo ia pra lá, inclusive os meu. Aí o pessoal começou. Veio pra comprar papelão dos carroceiro. Começou a vim pras carroça, a buscar o papelão no centro, pra vender. Aí até eu entrei nessa, que eu atacava os caminhão, que vinha das firma, larga o lixo na ilha pras pessoas escolherem, pra vender. E aí morava na beira da faixa... Trabalhar com lixo e cuidava dos menino e dos filho dos outros. Aí, fui aprendendo. O lixo dá dinheiro, pra quem sabe vender. (Grupo Focal Moradores Baixa Renda em 21/09/2013)

A atividade com os resíduos sólidos é estigmatizada na sociedade. Diz-se da negligência da administração pública em relação a esta atividade porque deveria existir programas de apoio aos catadores, para valorizar o trabalho e as pessoas que vivem disto. Em reunião com gestor público da Secretaria Estadual do Meio Ambiente foi informado que após a publicação do Plano de Manejo, os galpões irregulares não poderiam mais atuar, por estarem em discordância com o zoneamento proposto no Plano.

8.3.Dos Moradores de Média a Alta Renda

Para o grupo de moradores de média a alta renda, destacaram-se eixos de representações associados a Lugar, Natureza, Os outros Moradores, Estrutura Urbana e Ambiente, como mostra a Figura 31.

Figura 31:: Eixos de Representação dos moradores de média a alta renda



Fonte: Amanda Bahi.

Estes eixos foram verificados, tendo em vista os aspectos em comum surgidos a partir das falas dos moradores.

❖ LUGAR

O eixo de representação associado a “lugar” foi mencionado como potencial para se ter qualidade de vida, em que ocorrem mutuamente a proximidade e a fuga da cidade.

O motivo pelo qual a gente buscou vir morar nas ilhas é em função de busca de qualidade de vida, porque a cidade cada vez mais cresce, maior agitação. E aqui tu consegue viver de uma forma mais tranquila, tá dentro de Porto Alegre, e consegue ter uma qualidade de vida melhor sabe, menos movimento, menos agitação, e um pouco de tranquilidade. É... eu acho que é o que todo mundo busca também por aqui. (Morador Média a Alta Renda em 12/12/2013)

Os atributos naturais e a apazibilidade das áreas verdes, associados à proximidade do centro das grandes cidades é o grande impulsionador do mercado imobiliário, tendendo a transformar os bens ambientais em mercadoria (Mullich, 2011). Os moradores de média a alta renda demonstram satisfação em possuir residências nas ilhas do Delta, tamanha a sensação de bem estar que a natureza lhes promove.

Entretanto, não percebem que a qualidade de vida associada à natureza, é inversamente proporcional ao aumento populacional em áreas deste tipo. Tendo em vista o aumento populacional de alta renda nas ilhas, é crescente o processo de contribuição para a segregação socioespacial entre as populações de alta, média e baixa renda.

❖ NATUREZA

O eixo de representação associado à natureza também evidencia uma proximidade com a cidade, associada a uma tranquilidade ocasionada pela proximidade com elementos da natureza, como o rio e o verde.

Mas numa das partes ali do meu pai, a minha empresa incorporou um condomínio de casas de bom padrão, e o tipo de público que mora lá inicialmente comprou como casa de fim de semana. Mas depois que tu começa a frequentar o lugar extremamente preservado e com contato com a natureza e tudo o mais. E tão perto e rápido de chegar a Porto Alegre, tu chega à conclusão de que aqui tu tem tudo: Tu tem tranquilidade, tu tem segurança, tu tem beleza natural. (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013)

A concepção de natureza e cidade, na compreensão destes moradores está associada ao quarto momento de Henrique, (2004), marcado pela difusão e maior facilidade de acessos e técnicas e transportes. Este período incorpora a vida social à natureza, e também compreende um pensamento que envolve a vida no campo por classes sociais que não estão envolvidas com a produção agrícola (Diegues, 2004). Concomitantemente, o quinto momento da concepção histórica de Henrique, (2004) em que a qualidade e vida é incorporada como atrativo para empreendimentos imobiliários.

❖ OS OUTROS

O grupo de média a alta renda apresentou representações que evidenciam um problema decorrente da diferença entre os moradores das ilhas. Segundo este grupo de moradores, é um problema de todos e demonstram interesse que esta situação melhore.

Os problemas decorrentes das cheias do lago Guaíba afetam principalmente os moradores de menor renda, sendo um problema que deve ser resolvido em coletividade, visto que sozinho, os moradores mais pobres não conseguirão.

Mesmo nesses períodos de cheia também. Todos dependem, um depende do outro pra viver, é isso o que falta nessa questão. Acho que o mais afetado, o que mais tem problema é as pessoas de baixa renda, que tem que ser resolvido o assunto de uma forma coletiva, não individual. Individual nem ele vai conseguir. (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013)

Os moradores manifestaram o sentido de interdependência, presentes no princípio Auto-eco-organizacional (Morin, 1999), que compreende a dependência entre

diferentes grupos ou a forma como se organizam os diferentes grupos que convivem em um mesmo espaço. Sobre a dependência dos grupos, entre estabelecidos e outsiders, Elias e Scotson, (2000) apontam para o equilíbrio de poder, que está associado à dependência de um grupo pelo outro. A fala argumenta dois fatores importantes: a dependência dos grupos é uma questão em falta, e que o morador mais afetado com as enchentes é o de baixa renda. Estes dois fatores permitem inferir que os grupos de moradores não apresentam dependências recíprocas, e que o morador de baixa renda necessita maior apoio em relação aos outros grupos. Verifica-se então que o equilíbrio de poder pende para os grupos mais bem posicionados, financeiramente e com melhores estruturas de moradia.

Foi apontada a falta de fiscalização como fator que contribui para a entrada de novas pessoas nas ilhas. Além de que, foi apontado que a questão do lixo nas ilhas foi trazida pelos moradores novos, por causa da negligência da administração pública.

Em relação aos moradores de baixa renda, na realidade alguns moram há muito tempo, e os novos estão entrando, principalmente pela falta de fiscalização. Ninguém assumiu a zona do Delta, nem a Prefeitura de Porto Alegre nem o estado, então propiciou que muita gente invadiu áreas de preservação e que não têm as mínimas condições de sanidade e, principalmente trazendo muito lixo pra cá, e por isso deveria ser regulamentado e dar a eles a oportunidade de uma vida digna, além do reassentamento de preferência dentro da área das ilhas e é uma população que tem que ser muito respeitada, porque o estado foi negligente. Tanto a Prefeitura quanto o Estado deixaram invadir e não deram a mínima estrutura pra eles. Então a qualidade de vida deles é muito ruim. (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013)

A ocupação crescente nas áreas do Delta decorre da falta de fiscalização. Enquanto os moradores de alta renda contribuem para o aumento da população do bairro, por meios associados à especulação imobiliária, os moradores de baixa renda aumentam a população do bairro por meios associados à falta de fiscalização.

Sobre os moradores de baixa renda e pescadores, os moradores de média a alta renda apresentaram aspectos referentes às formas como eles resolvem os problemas com as cheias: *“Os pescadores convivem bem com isso aqui, quem tem condição melhor resolve o seu caso, e os outros não tem.”* (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013).

Percebe-se com esta fala que as necessidades destes moradores estão associadas às ocorrências de inundação das águas do Delta. O equilíbrio e poder (Elias e Scotson, 2000) nesta situação, pende para o lado dos estabelecidos, visto que o grupo de baixa renda apresenta dificuldades com este problema. Enquanto o grupo de pescadores, tende

a permanecer neutro com relação ao equilíbrio de poder, por saber como lidar com este problema e não apresentar dificuldades quanto a isto.

Decorrente da falta da administração pública, os moradores de baixa renda foram identificados por dois grupos. Esta distinção decorre da falta da administração pública, que permitiu que novas pessoas se instalassem no Delta em um momento que não podiam mais ocorrer novas ocupações.

Não, é que a composição de baixa renda, ela tem dois tipos de composição: uma mais tradicional, que eu considero os ocupantes até 2005, quando houve uma estagnação das áreas ocupadas, com mapeamento via satélite e tudo o mais, e os que passaram a ocupar depois de 2005. Esses, claramente infringiram a lei estadual, mas não só por culpa deles, por culpa do estado, que foi ineficiente e incapaz de informar e de alertar essas pessoas que se tratava de uma invasão, de uma área pública, de uma área que não podia mais ser ocupada e que agora o estado vai ter que resolver - como não sei - mas vai ter que resolver, porque o problema maior foi administrativo. (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013)

Foi mencionada a tradição para um destes grupos, os que já estavam no Delta antes de 2005, e os infratores da lei, que passaram a ocupar as áreas do Delta após esse ano. A questão da falta, ou culpa, como mencionado, provém não apenas destes novos moradores, mas também do estado, que permitiu a irregularidade. Diante desta informação é preciso ponderar as questões referentes à tradição. Quais os critérios utilizados pelo morador para identificar alguns moradores de baixa renda como tradicional? Outra questão importante a ponderar faz referência à forma de resolução para o problema, que deverá ser provida pelo estado, de maneira ainda desconhecida.

❖ **ESTRUTURA URBANA**

Sobre a estrutura urbana, os moradores apontam a necessidade de criação de áreas de comércio para gerar fonte de renda para a população das ilhas: *“acredito que as ilhas, hoje, em Porto Alegre, elas têm um futuro na parte turística bastante interessante pra ser desenvolvida, melhorando a parte de comércio e dando esse foco tanto pra melhorar a qualidade desse pessoal...”* (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013). Esta fala do morador representa o interesse em tornar o cenário do Delta em algo voltado à apazibilidade, tendo importância para o turismo, enquanto alternativas de lazer e geração de renda para as pessoas do bairro. Evidente que as áreas do Delta possuem potencial turístico, entretanto há que considerar que o aumento de pessoas circulando nas áreas do Delta influirá no aumento da poluição, de produção de resíduos sólidos, além de transformar os moradores do Delta em empregados de estabelecimentos de lazer voltados para clientes de alto poder aquisitivo,

desconfigurando totalmente a caracterização atual do bairro e das unidades e conservação existentes em seu território.

A questão da infraestrutura urbana foi levantada como um problema para os moradores de baixa renda, visto que eles não conseguem resolver os problemas decorrentes de estrutura urbana, sozinhos: *“levanta e bota lá um caminhão de aterro no seu terreno. Mas ele não resolveu o problema dele, ele apenas tende a resolver a questão da água, porque ele continua sem ter saneamento básico, sem ter uma água decente, sem ter uma luz decente...”* (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013).

A questão da infraestrutura urbana, que deveria ser de responsabilidade da administração pública de Porto Alegre, mantém a espera pelo Plano de Manejo para resolver os problemas do bairro. A população de maior poder aquisitivo, tem potencial para arcar com os custos da infraestrutura necessária para sua residência. Já os moradores de baixa renda, sem condições de realizar as devidas estruturas para suas moradias, sofrem estigmatização com relação às estruturas de suas moradias. Sobre esta estigmatização, Elias e Scotson (2000) atribuem ao fato de que os grupos bem instalados acabam usando de estigmatização para exclusão dos grupos outsiders, configurando o equilíbrio instável de poder.

❖ AMBIENTE

A ideia de ambiente é associada ao contingente ou não de população estabelecida. Um exemplo mencionado foi a redução da população nos dias de feriado, fato que contribui para a qualidade de vida nestes dias: *“... até os feriados, esses três dias de feriados que teve em Porto Alegre, a qualidade de vida ficou completamente diferente sem aquela superpopulação...”* (Morador Média a Alta Renda em 14/11/2013).

Evidente que a cidade com menos população temporária alivia o estresse causado por superpopulação. Entretanto esta realidade é esporádica. A cidade apresenta intensa atividade e esta realidade passa a se tornar um problema para aqueles que possuem maior poder aquisitivo, pois o sentido de tranquilidade, qualidade de vida a que estão relacionados fica prejudicado, em decorrência do excesso de população que circula nos mesmos espaços.

Pertinente salientar a partir deste discurso, que a tranquilidade e bem estar, associados à natureza, necessitam distância do estresse urbano. Exclui os fatores externos quando há a necessidade de tranquilidade, colocando a natureza e a cidade a seu dispor, quando lhe convêm.

Juntamente ao aspecto ambiente, associou-se a consciência a respeito da forma como foram construídas suas residências, visto que possuem estrutura para moradia em terrenos como os das ilhas. Sobretudo, manifestou-se a consciência da necessidade da construção destas estruturas para a população mais pobre.

Por exemplo, lá no condomínio, cada casa tem um filtro anaeróbico e uma fossa, cada um tem o tamanho de um carro, enorme, justamente pra que ali possa-se fazer todo o tratamento e saia quase água, isso aí foi aprovado pela Fundação Zoobotânica quando se aprovou o condomínio, então claro que um cara que vive de catação de lixo não vai poder botar uma baita dum fossa e um baita dum filtro, mas tem que botar esgoto pra eles. (Grupo Focal Moradores Média a Alta Renda em 12/12/2013)

Com relação a esta fala, pode-se dizer que o uso das percepções que contribuem para o reconhecimento ambiental também pode ser oportunizado a partir das obras de construção (Tuan, 1983). Atribui-se a estas concepções, das diferenças nas obras, a percepção ambiental. Não apenas nas condições necessárias para moradia, mas possibilitam o aumento da consciência com relação aos que necessitam de mais apoio que os outros.

8.4. Impressões sobre a pesquisa

Dentro do contexto do problema da pesquisa e seus objetivos, a teoria das Representações Sociais permite que se faça um diálogo analítico para compreensão dos problemas existentes, e em que ponto cada grupo de morador se sente realmente afetado. A partir da leitura das representações sociais dos moradores foi possível verificar quais são as questões que representam valor e as questões que os incomoda. A respeito destas falas, pode-se dizer que as ilhas do Delta representam, para os três grupos, um paraíso, um oásis, pelos atributos de lugar para se viver, e de proximidade com a Natureza.

As relações com a significação para Lugar foram levantadas em aspectos como segurança, identidade e condição para moradia com qualidade de vida. Com relação às significações para a Natureza, verificaram-se as concepções que se tem a respeito dela. As concepções históricas apresentadas no estudo de Henrique, (2004) representam o quanto a Natureza influi sobre a sociedade, visto que garante apazibilidade, bem-estar e são fontes inspiradoras, sobretudo para as práticas religiosas, bem como se torna geradora de conflitos, por representar objeto de disputa e interesses.

A relação com os outros moradores foi apresentada por distintas formas. Os grupos de moradores não se manifestaram de forma correlata às representações a

respeito dos outros grupos, os quais não pertenciam. Um grupo manifestou-se de forma tímida, outro grupo manifestou-se de forma declarada, mas estas representações surgiram ao longo da conversa dos grupos focais, e não exatamente no momento da Pergunta 2 do Grupo Focal. O grupo de moradores de baixa renda foi o que se manifestou de forma mais clara e direta sobre os moradores de alta renda. A esta forma clara e objetiva atribui-se o fato de que estes moradores (os de baixa renda), se vêm como alvo de estigmatização dos moradores de alta renda, entretanto, o grupo de média a alta renda não demonstrou esta estigmatização em seus relatos. Aos moradores de baixa renda, o grupo de média a alta renda manifestou preocupação com as condições estruturais de suas moradias e com as invasões de moradores que adentraram as ilhas após o ano de 2005, mesmo com a lei que proibia a ocupação após esta data. Os pescadores não manifestaram relevância para esta questão por considerarem que a renda ou o poder aquisitivo das pessoas não é um fator segregador. Mas manifestaram uma valorização maior dos pescadores, por serem moradores tradicionais e de ocupação histórica.

Interessante observar que o termo “os outros” ou “eles”, foi constantemente manifesto na conversa, fazendo menção ao sistema, aos governantes, aos políticos e à gestão administrativos da SEMA. A falta na administração pública foi mencionada com muita veemência nas conversas, sendo este um dos eixos de representação abordado. Existe um conflito de interesses, gerados pelos moradores, e existe um mediador, a saber, representado pelo governo. Este mediador tenta articular os problemas provenientes dos grupos de moradores, mas muitas das questões apresentam entraves por razões técnicas, legais e burocráticas.

Como abordado neste estudo, muitas vezes os interesses pendem para o lado daqueles que possuem maior poder em relação aos outros. Presume-se que aqueles moradores que possuem maior poder aquisitivo, tendem a apresentar maior parte de suas reivindicações atendidas pelo governo (o mediador). Mas isto não foi verificado nas conversas e nas reuniões comparecidas. Os moradores de alta renda também apresentam constantes queixas de multas que devem pagar, enquanto muitos moradores invadem novas áreas e nada lhes acontece. Já a grande queixa dos moradores de baixa renda compreende a permanência em suas moradias, enquanto para os pescadores, as reivindicações compreendem não só as áreas para moradias, mas também a permanência nas áreas em que costumam realizar a pesca. Segundo os moradores tradicionais, estas áreas se justificam por conhecimentos ligados à atividade da pesca.

As Representações Sociais constituem a escuta de moradores que vivem em áreas de conflito, constituindo uma importante ferramenta para a redução dos conflitos e pode contribuir para a elaboração de estratégias e políticas que visam garantir uma relação mais equilibrada, não apenas entre moradores, mas também com o “sistema” que rege as leis e normas, principalmente em áreas de preservação ambiental.

9. CONSIDERAÇÕES

O andamento da pesquisa e os resultados obtidos, permitem fazer algumas avaliações. A escolha da Teoria das Representações Sociais e o pensamento da complexidade, a partir dos princípios de Morin foram de extrema importância para a compreensão da proposta da pesquisa. Os procedimentos escolhidos permitiram o diálogo entre sujeitos envolvidos no processo do problema levantado. Problema este, que resumido, pode ser expresso por existirem diferentes grupos de moradores fazendo uso de uma Unidade de Conservação, caracterizada por um processo histórico marcado por definições conturbadas e complexas. Atribui-se a estes diferentes grupos, concepções distintas daquilo que se compreende por natureza, moradia, e questões relevantes ao ambiente em que vivem, caracterizado como uma unidade de conservação.

Dentro dos estudos relativos às Unidades de Conservação, faz-se necessária a identificação dos moradores que vivem nestas áreas, visando manter o respeito e as práticas socioculturais de todos os moradores. Este estudo foi realizado para a Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí e Parque Estadual do Delta do Jacuí, identificando os grupos de moradores desta unidade. A partir desta classificação, surgem as formas de como cada grupo se relaciona com este espaço, como utiliza as áreas do Parque e como elas podem ser normatizadas, tendo em vista as limitações da unidade.

O estudo baseado em classificação de identidade, provenientes de fatores externos, compreende a sensação de estigmatização que podem sofrer as pessoas rotuladas com uma identidade específica. A identidade sociológica, vista neste estudo, consiste na identidade compartilhada com membros de um mesmo grupo, sendo as outras pessoas do mesmo, vistas como referências, de reconhecimento e uso de práticas e simbologias, constituindo assim, a estrutura desta identidade.

Considerando que este estudo foi baseado na divisão prévia de três grupos, verificou-se que os participantes dos grupos focais demonstraram estranhamento ao perceberem que cada grupo já havia sido denominado por parte de quem realizou a pesquisa e com isso trouxe questões que foram caracterizadas como alheias ao grupo que haviam sido identificados. Ou seja, tanto o grupo caracterizado como baixa renda como o grupo de média a alta renda demonstraram desconforto em saber que faziam parte de um grupo previamente estabelecido. A exceção verificou-se com o grupo de pescadores, por fazerem parte de uma categoria já constituída, a qual manifestam

orgulho e fazem questão de serem reconhecidos e respeitados como tais. Essas questões tornam-se pertinentes, principalmente, no debate sobre identidade e a maneira como reconhecemos nossos sujeitos pesquisados.

As Representações Sociais podem contribuir para distinguir diferentes grupos identitários que os estudos de áreas de preservação demandam, visto que parte de uma série de atributos manifestos pelos próprios moradores. A partir deste estudo, as representações sociais possibilitaram identificar outros grupos que vivem na APAEDJ, por apresentarem aspectos, que não faziam parte dos grupos levantados na pesquisa. Verificou-se a existência de outro grupo de moradores que compõem a classe de baixa renda. Ao ver dos moradores pesquisados, correspondem a pessoas que tomaram terras públicas por invasão, apresentam condições de moradia extremamente precárias e estão à margem de todo o processo das questões e decisões que envolvem os Planos de Manejo da APA e Parque.

O grupo de baixa renda que participou da pesquisa compreende pessoas que vivem nas ilhas há longa data, conforme seus relatos, desde seus antepassados. Fazem parte do processo histórico e já estabeleceram vínculos com o lugar. Participam de práticas que envolvem a comunidade, sejam práticas de lazer, culturais ou voltadas ao engajamento político, como a relação com os vizinhos, eventos de práticas religiosas e reuniões de associação de moradores e do Conselho Deliberativo da APA.

O grupo tratado na pesquisa, como média a alta renda, compreende moradores voltados à prática do lazer e da relação com o lugar voltada para o contato com a natureza. Tratam-se pessoas com maiores padrões de status e aquisitivos e não menos participantes nas questões relativas às decisões provenientes do governo. Participam de certa forma, mas alguns participam indiretamente, visto que nas reuniões do Conselho Deliberativo da APA, se faziam presentes os representantes enviados pelos moradores, bem como representantes de proprietários de estabelecimentos como clubes náuticos e marinas.

Já os pescadores, reconhecidos também como moradores tradicionais compreendem um grupo que possui, além de uma ocupação histórica, voltada na cultura e na tradição da atividade da pesca, um sentimento muito forte de identidade entre os membros do seu grupo, que cabe a este grupo de moradores, não ser associado meramente como “grupo”, mas sim como uma comunidade consistente, que mantém vínculos com o lugar, com suas práticas culturais e com os vizinhos, identificados

também como amigos. A palavra “amizade” foi muito levantada no grupo focal, o que atribui uma união muito forte entre estes moradores.

Nos grupos focais dos moradores de alta renda, foi levantada a identidade de moradores tradicionais não apenas para os pescadores, mas para aqueles que possuem ocupação histórica nas ilhas, e isto compreende tanto os moradores de alta, como os de baixa renda, contanto que suas ocupações sejam históricas nas ilhas.

A preocupação dos moradores circunda em torno da definição para o zoneamento das áreas de moradia, que serão definidas a partir da elaboração do plano de manejo. Como o Delta do Jacuí compreende uma unidade de conservação mista, salienta-se que o Plano de Manejo do Parque já foi publicado e está em vias de homologação. Já o Plano de Manejo da APA está em vias de elaboração, cujas questões gerais giram em torno das definições do uso sustentável, condição necessária para categoria de APA.

Para as questões referentes à identidade e definições de uso em unidades de conservação, sugere-se algumas medidas fundamentais para redução de conflitos. A identificação de grupos de moradores pode ser resgatada a partir de atividades que envolvam a comunidade de modo a serem levantadas pelos próprios moradores, questões relativas à sua identidade, às suas práticas, à sua ocupação e relação com o lugar.

Com relação à definição do que se considera comunidade tradicional, torna-se necessária uma definição mais clara e documentada por lei, bem como a divulgação do que este termo significa, contribuindo também, para o conhecimento compartilhado entre moradores. Bem como é de extrema importância uma gestão integrada que envolva educação ambiental efetiva e rica em atribuições que contribuam para um conhecimento mais aprofundado do que se compreende por ambiente, contribuindo para uma evolução da consciência ambiental.

Sobre as demandas que devem ser resolvidas pela administração pública, evidencia-se a resolução de problemas de estrutura urbana e sobre o destino dos moradores situados em áreas públicas. Para esta resolução, sabe-se que a administração pública de Porto Alegre aguarda a elaboração dos planos de Manejo do Parque e da APA, visto que se trata de uma unidade de conservação mista.

10.REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 7 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1990.

BORDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BORDIEU, Pierre (coord.) et al. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.159-166.

BRASIL. **Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Decreto_6040_2007.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 5 de Out. de 2011.

CARDOSO, P. M. et al. Inserindo o saber local para eficácia dos planos de gestão de unidades de conservação: o caso do Delta do Jacuí. In: **SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS**, 3., 2005, Porto Alegre. Anais do III Simpósio de áreas Protegidas. Pelotas: Sap, 2005. P. 0 – 0. CD-ROM.

_____. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual delta do Jacuí- RS**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí-RS** / Patrícia Moreira Cardoso. – Porto Alegre, 2006.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 3 ed. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2008.

CHIAPETTI, Ademir Baptista. **Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí: conflitos do uso territorial**. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

DARDEL, E. **O homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEVOS, R. V. **A “questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual do Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre/RS**. Tese de Doutorado em Antropologia Social da UFRGS. Porto Alegre, 2007.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRANTZ, P. S. **Carroceiros do Delta do Jacuí: um olhar a partir da lei dos carroceiros, Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2010 Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação).

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 7 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo. Editora Contexto, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

HASENACK, H.; Weber, E.; Marcuzzo, S. (org.). **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação e Ocupação**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84 p. ISBN 978-85-7727-129-0.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HEIDRICH, A. L. **Aspectos da Fratura Socioespacial na Cidade de Porto Alegre**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica – Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/heidrich.htm>>. Acesso em: 5 de Out de 2011.

HENRIQUE, W. **O Direito à Natureza na Cidade. Ideologias e práticas na História**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2004. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104354/henrique_w_dr_rcla.pdf?sequence=1 Acesso em dezembro de 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

METROPLAN. **Programa para o desenvolvimento racional, recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Relatório de pesquisa social qualitativa, percepções e expectativas da população residente no Parque Estadual Delta do Jacuí**. Porto Alegre, 1999.

MORAES, A. **Duas ou três coisas a respeito de regularização fundiária**. Porto Alegre. Demhab, 2007.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, Francisco M; SILVA, Juremir M (orgs). Para navegar no século XXI. Porto Alegre : Sulina/Edipucrs, 1999. p. 19-42

_____. **A necessidade de um pensamento complexo.** In: Representação e complexidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MOSCOVISCI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** 8 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MÜLLICH, E. P. M. **Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental.** O caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado 2011.

OLIVEIRA, M. L. A de; PORTO, M.L. **Ecologia de Paisagem do Parque Estadual do Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil:** mapa da cobertura do solo e da vegetação, a partir da imagem do Landsat TM5. Lheringia, Sér, Bot., Porto Alegre, n. 52, p. 145-162. 1999.

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS).** / Cristiano Quaresma de Paula. – Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

PINTO, K. S. **Representações sociais atribuídas ao (sub)espaço geográfico escola.** Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2010.

PLANDEL – Grupo de Planejamento do Parque Estadual do Delta do Jacuí, **Plano Básico,** 1979, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria do Planejamento Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Bússola do Desenvolvimento.** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://ehles.com/bussola/about.php>> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

_____. **História dos bairros de Porto Alegre.** Secretaria Municipal de Urbanismo. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental.** Secretaria de Urbanismo. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=205> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

PECK, A. B. ; SILVA, C. P. ; MORAES, F.D. ; CUNHA, R. . Ilhas do Delta do Jacuí: conflitos de gestão, uso e ocupação do solo e identidade territorial. In: **4º Encontro Nacional de Grupos PET Geografia**, 2009, Três Lagoas. Anais. Três Lagoas : PET Geografia – UFMS, 2009. P. 444-461.

PESSOA, M. L. **Ocupação Irregular e regularização fundiária de Interesse Social em áreas de Proteção Ambiental: O caso da Ilha Grande dos Marinheiros.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre. UFRGS. 2014.

POL, Enric. **The Theoretical Background of the City-Identity-Sustainability Network.** *Environment and Behavior*, n.34, p. 8-25. 2002. Disponível em: <http://eab.sagepub.com/content/34/1/8.full.pdf> . Acesso em: 1 jun 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. **Proposta para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí.** Porto Alegre, 2002.

_____. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. **Proposta para redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí.** Porto Alegre, 2004.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Portaria SEMA Nº 007,03 de fevereiro de 2010.** Porto Alegre, 2010.

_____. Ministério Público. **Regularização Fundiária – Como implementar.** Porto Alegre, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Alianza Editorial/Editora Hucitec, 1980.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEMA. **Versão Preliminar do Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí.** Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=4&cod_conteudo=8648 > Acesso em 18 de junho de 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo in SUERTEGARAY, D. M. A., BASSO, L. A. e VERDUM, R. (org.). **Ambiente e lugar no urbano/A grande Porto Alegre.** Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

TUAN, Yu-Fu. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.288 p.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo : DIFEL, 1983.

ANEXOS

ANEXO I

RELATO DA REUNIÃO ORGANIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO DELTA DO JACUÍ

Amanda Bahi de Souza e Andrea Jaeger Foresti⁴⁰

A reunião do Plano de Manejo se realizou no dia 12 de abril de 2013, às 9hs no Ministério Público em Porto Alegre. Para a seguinte reunião trazemos as seguintes anotações da problemática e do que foi abordado no encontro que reuniu a **Promotoria de Defesa do Meio Ambiente** representada pela Promotora Anelise Steigleder, a **Promotoria em Defesa da Ordem Urbanística** representada pelo Promotor Luciano Brasil, a **Secretaria do Meio Ambiente** representado pelo Secretário Carlos Fernando Niedersberg, a **Fundação Zoobotânica** representada pela Presidente Arlete Ieda Pasqualetto e profissionais envolvidos na elaboração do Plano de Manejo do Parque Delta do Jacuí, além de **moradores do Delta do Jacuí e cidadãos de alguma forma envolvidos com a questão**.

O Parque Delta do Jacuí foi criado em 1976.

“Trata-se uma Unidade de Proteção Integral que tem a sua regra no âmbito da legislação federal, Lei 9985 de 2000. Então, trata-se de uma unidade de proteção integral que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É uma área pública, conseqüentemente, para sua devida implantação, o Estado precisa desapropriar essas áreas”. (Steigleder, 2013)

Conforme a Lei 9985/2000, quando houver populações tradicionais ocupando o Parque, será necessário realocalizá-las, já que esta lei não admite o uso direto dos bens ambientais existentes na área. Na prática essas pessoas devem ser indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias que geraram ao espaço ocupado e devidamente relocadas pelo Poder Público em local e condições acordados entre as partes.

⁴⁰ - Engenheira, assistente social e mestranda do PPGE/UFGRS.

A partir dos documentos da sua criação, não era permitida a construção de moradias, no entanto, estas já existiam, sendo ocupadas por populações ribeirinhas e que viviam tradicionalmente da atividade da pesca. Para resolver este desencontro, em 2005 foi criada a APA, que segue o regime jurídico de uma unidade de uso sustentável, com possibilidade de ocupação humana.

“Diante da ausência dos planos de manejo, que se constitui em um impeditivo para que a prefeitura de Porto Alegre pudesse ditar o regime urbanístico para a APA, gerando uma clandestinidade de forma geral, para construções, a promotoria de defesa urbanística ingressou com essa ACP em 2008. O município de Porto Alegre foi considerado réu porque havia necessidade de regularização fundiária da APA, por ter grande parte da área localizada no município de Porto Alegre e também, em virtude da situação dos resíduos sólidos que são objeto de atividades dentro da APA.” (Steigleder, 2013).

Dessa forma, o Delta do Jacuí se constitui como unidade de conservação mista, com área de **APA** no entorno, e **Parque** no seu interior. Como nas áreas do Parque ainda encontravam-se algumas moradias, as quais deveriam ser realocadas após o Plano de Manejo, em 2011 foi feito um acordo parcial nos autos da Ação Civil Pública diante do juiz, em que o Estado se comprometeu a apresentar os planos de manejo até o mês de março de 2013. Como o mês de março chegou, passou, e não foi apresentado o Plano de Manejo, o Ministério Público teve que intervir e realizar as reuniões para a efetivação do Plano de Manejo, para que, por fim, pudessem ser tomadas as devidas providências quanto ao regramento de uso das respectivas unidades de conservação.

Compareceram na reunião entidades políticas dos municípios que compõem o Delta, religiosas, moradores, formados, sobretudo, por pescadores, estudantes entre outros. A reunião foi gravada em vídeo e as autoridades presentes afirmaram que o material estaria disponível no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, no prazo de até 10 dias.

A reunião começou com a apresentação das características do Delta, tal como suas riquezas e justificativas para a sua preservação, seguindo o contraponto em questão com a situação dos moradores do Parque, tendo em vista que a moradia é um direito universal. Outra questão muito referida na reunião foi sobre a atividade da pesca, que seria proibida tendo em vista que o Parque não deve possuir extração do uso de bens ambientais, conforme o art 11 da Lei 9985 de 2000. Entidades políticas ressaltaram o

fato de o Parque possuir áreas que sofriam inundações em épocas de chuva, o que coloca em risco a saúde e integridade física da população que lá vive. Contudo, a diretora da Fundação Zoobotânica (Arlete Ieda Pasqualetto) afirmou que nenhuma atitude seria tomada sem que houvesse previamente diálogo entre governo e população.

O Parque foi colocado numa situação de verdadeira e tamanha fragilidade e riqueza ambiental, um bem universal que deve ser preservado por todos. Também foi observada a complexidade do tema, tendo em vista que se trata de uma área localizada na região metropolitana, sobretudo, no município de Porto Alegre, somado ao fato de ser atravessada por rodovia federal que, por sua vez, de acordo com o promotor Luciano Brasil, *“é explorada por uma concessionária, e nem sequer está sob o domínio direto da União”*.

Trata-se de uma área de grande importância ambiental onde também prevalecem os interesses de gestão urbana. Reconheceu-se também o nível de degradação ambiental da APA e a vontade de impedir que o Parque se torne tão degradado quanto à APA.

Foi apresentado que a legislação não permite uso da área, nem para moradia, nem para extração de recursos naturais, incluindo as atividades mineradoras, de pesca e ainda, a presença de espécies exóticas, se identificadas, serão retiradas. Também foi ressaltado o fato de existir uma diferença entre a lei e o que ocorre na realidade, e para resolver isso, as autoridades entendem que possa ser feito um acordo. Este acordo prevê a remoção dos moradores, fato que demonstrou maior preocupação, além da atividade da pesca artesanal. Foi afirmado que os moradores não seriam realocados para áreas distantes e garantido que a área futura seria em domínios da APA.

Foi apresentado também mapeamento elaborado pela Fundação Zoobotânica. Os mapas temáticos apresentaram informações referentes às riquezas naturais e uso do solo, bem como localização das moradias do Parque, que, segundo o técnico que apresentou o mapa, não chegam a 100 moradias.

Para possíveis discussões, a promotora ressaltou a importância de que as perguntas fossem anotadas em papéis distribuídos entre a plateia, e encaminhadas à mesa, fato que também gerou preocupação, pois muitos moradores presentes informaram que não sabiam ler nem escrever.

Houve alguns momentos de tensão, considerando a diferença de vocabulários das pessoas presentes, em que muitos moradores informavam que não estavam entendendo nada do que estava sendo dito. O que mais preocupava os moradores era a situação da moradia, pois estavam impossibilitados de fazer qualquer construção em suas casas, a partir das informações que circulam entre as comunidades de ilhéus, que serão removidos. Por parte das autoridades, em relação a esta questão, a resposta coube ao secretário estadual do meio ambiente, no que diz respeito ao compromisso de articular os gestores municipais, já que os territórios pertencem aos municípios que compõem o Delta do Jacuí. O prazo para esta reunião de articulação entre SEMA e gestores municipais se daria no período de uma semana a dez dias, na Colônia de Pescadores Z-5 na Ilha da Pintada.

Pouco antes do fim deste encontro alguns moradores se manifestaram através da fala, reivindicada por um dos líderes comunitários (Juramar), já que suas perguntas por escrito, não haviam sido lidas. Manifestaram suas dúvidas referentes à indenização caso se negassem à remoção. Revelaram também sua indignação sobre a causa da remoção, que esta estava sendo promovida em função da construção da nova ponte e não porque o governo estava preocupado com o ambiente e com a integridade física e saúde da população. Outra questão pertinente foi levantada pelos moradores, sobre a venda de lotes na APA. Argumentaram que, se as áreas da APA estavam sendo vendidas para pessoas ricas, e a remoção demorasse a ser efetivada, não sobrariam áreas na APA para suas realocações, evidenciando a emergência das decisões a serem tomadas.

Diversas vezes, tanto por parte da SEMA quanto da Fundação Zoobotânica, foi reiterado o fato do

“governo se pautar pelo diálogo e o desejo de tranquilizar a todos de que nenhuma atitude será tomada em relação aos moradores do Parque sem que antes se tenha um diálogo com o governo. Nada do que tem para acontecer será feito do dia para noite sem que haja antes um diálogo na busca de uma proposta para solucionar os problemas dos que lá residem.”

O secretário Carlos Fernando Niedersberg, químico e técnico científico licenciado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), assumiu o compromisso de articular com a prefeitura as questões que se referem à gestão das áreas de Parque, tanto no que diz respeito à situação de desapropriação, quanto à das áreas de APA, em

situação de risco. Também reforçou que a prioridade de atendimento será atribuída, nesta ordem: em primeiro lugar resolverão os problemas dos moradores do Parque e em segundo lugar às famílias localizadas na APA em zonas de risco.

A reunião foi gravada na íntegra, em áudio e vídeo, e seu conteúdo será transferido para cd's que serão copiados e entregues aos órgãos públicos que estão envolvidos com este processo.

ANEXO II

Notícia divulgada pelo jornal Correio do Povo, na data de 10 de Abril de 2013



Sema apresentou proposta da Fundação Zoobotânica sobre indicação de áreas e períodos para atividade pesqueira

Plano para Delta preocupa ribeirinhos

Comunidade de pescadores teme perder casa e trabalho com o parque

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) apresentou ontem, na Colônia de Pescadores Z5 da Ilha da Pintada, na Capital, estudo solicitado à Fundação Zoobotânica para orientar a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí. A implementação do plano é uma exigência legal necessária à preservação ambiental, cobrada pelo Ministério Público em ação civil ajuizada contra o Estado.

Contudo, a apresentação tomou de surpresa parte da comunidade ribeirinha, que teme perder seu ambiente de habitação e trabalho. Uma das diretrizes atingirá cerca de 200 famílias, que atualmente estariam em condição ilegal no parque, e incidirá também sobre a determinação de áreas e períodos da atividade pesqueira. Embora o intuito seja conservar a

natureza, a proposta constituiu um clima de insegurança e preocupação entre os ribeirinhos.

O encontro teve momentos de tensão, e o salão onde tradicionalmente ocorrem as festas populares ficou lotado de pessoas aflitas com o futuro. O presidente da colônia, Vilmar Coelho, sintetizou o sentimento da comunidade. "Parece que o pescador não significa muito para o governo. Nossa atividade é tão antiga quanto a cidade. Somos mais de 1,2 mil pescadores, só em Porto Alegre, e podemos perder nossa casa e trabalho", disse, prometendo mobilização da categoria.

A promotora de Justiça Anelise Steigleder explicou que o plano de manejo não é uma ação de governo e defendeu a implementação pela necessidade de preservar o Delta do Jacuí, "de indiscutível importância para

a vida na região", e assegurou que o plano prevê a regularização fundiária em áreas possíveis de remoção de famílias para moradias dignas, em locais adequados e, eventualmente, mediante indenização. Anelise lembrou que o descumprimento por parte do Estado já tem mais de uma década e por isso houve a intervenção do MP. "Precisamos estabelecer onde é possível permitir pesca, mineração, habitação, navegação e onde não é tolerável pelo dano ambiental", resumiu.

A chefe da Divisão de Unidades de Conservação da Sema e gestora do parque estadual, Márcia Corrêa, disse acreditar que o embate de ideias é necessário para que se construa um plano adequado à sociedade. Garantiu que o Estado reconhece a necessidade do plano e está empenhado em cumprir a exigência do MP.

Canal leva caso para a Câmara

O caso, que tomou contornos de polémica, também integrará a pauta na Câmara Municipal de Porto Alegre. Presente no encontro, o vereador Waldir Canal (PRB) mostrou-se solidário aos pescadores e garantiu que chamará audiência pública na Casa Legislativa da Capital para que a comunidade tenha foro para ter suas reivindicações ouvidas. "Creio que é um tema muito relevante, mas que precisa de mais debate", concluiu Canal.

Associação Funerária e Religiosa
FUNERÁRIA S. JOSÉ

Plano de Conservação do Delta
Uma proposta para o futuro
Fundação Zoobotânica
Associação Funerária e Religiosa

Agendamento e Missas de 7º Dia
Iris Maria Loch